Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Nathália Assis Pereira Vilela

Bens Tombados, Novos Contextos Sociais e a Qualificação dos Entornos: um estudo de Santo Amaro das Brotas em Sergipe

Rio de Janeiro
2018

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Nathália Assis Pereira Vilela

Bens Tombados, Novos Contextos Sociais e a Qualificação dos Entornos: um estudo de Santo Amaro das Brotas em Sergipe

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.
Orientadora: Profª. Drª. Lia Motta

Rio de Janeiro

2018

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do Iphan de Sergipe, em Aracaju.

VILELA, Nathália Assis Pereira

Bens Tombados, Novos Contextos Sociais e a Qualificação dos Entornos: um estudo de Santo Amaro das Brotas em Sergipe/ Nathália Assis Pereira Vilela – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2018.

150 f. : il.

Orientadora: Lia Motta.

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2018.

1. Patrimônio cultural. 2. Entorno de bens tombados. 3. Referência Cultural. 4. Qualificação Urbana. 5. Santo Amaro das Brotas – Sergipe. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). II. Bens Tombados, Novos Contextos Sociais e a Qualificação dos Entornos: um estudo de Santo Amaro das Brotas em Sergipe.

AGRADECIMENTOS

À querida Lia Motta, que tive o prazer de ter como orientadora. Muito obrigada pelo apoio e estímulo durante todo o mestrado.

À minha família: pai, mãe, Guilherme, Letícia, Carol e Rafael, que estiveram sempre presentes, encurtando as distâncias e compartilhando bons momentos em Aracaju.

Ao Gustavo, meu companheiro e maior encorajador.

Aos colegas da Superintendência do IPHAN/SE pelo convívio diário e amizade. Obrigada por me mostrarem as riquezas do patrimônio cultural sergipano.

Aos colegas da 7ª Turma do PEP/MP, em especial às minhas amigas/manas do apartamento 304, que tornaram o período de aulas no Rio de Janeiro mais leve e divertido.

Aos meus amigos de Santo Amaro das Brotas, por todo o acolhimento e colaboração durante a pesquisa.

RESUMO

VILELA, Nathalia Assis Pereira. **Bens Tombados, Novos Contextos Sociais e a Qualificação dos Entornos: um estudo de Santo Amaro das Brotas em Sergipe**. 2018. Dissertação – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2018.

Esta dissertação discute a abrangência multidisciplinar atribuída ao entorno dos bens tombados pelas discussões patrimoniais atuais, e fundamenta-se na noção de referência cultural indicada pela Constituição Federal de 1988. Considerando que na prática institucional os métodos de delimitação e gestão das áreas de entorno dos bens tombados pelo IPHAN em poucos casos acompanharam a evolução conceitual defendida pelos discursos internacionais e do instituto nacional – o que é verificado pela predominância da abordagem tradicional de entorno centrada no critério da visibilidade –, buscou-se refletir a respeito de uma abordagem que acompanhasse a atualização do tema. Desta forma, tendo a cidade de Santo Amaro das Brotas, em Sergipe, como exemplo e sítio da pesquisa de campo, colocou-se em questão como os bens religiosos tombados individualmente em um contexto anterior, a partir de determinados valores e objetivos de construção de identidades, em seus novos contextos sociais podem contribuir para a preservação das relações estabelecidas entre eles, suas áreas de entorno e o uso social do conjunto que formam. E em que medida, a partir de um estudo de entorno que considere os aspectos sociais, culturais e ambientais, esses bens religiosos podem contribuir para a qualificação dos sítios a eles relacionados e para a construção de uma identidade urbana. Constata-se, com base nessa experiência, que esses bens, em seus novos contextos sociais, se constituem como importantes referências identitárias a serem consideradas nos estudos de delimitação e qualificação dos entornos, segundo concepções atuais dessa figura jurídica do Decreto lei 25 de 1937.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Entorno de Bens Tombados; Referência Cultural; Qualificação Urbana; Santo Amaro das Brotas/SE.

ABSTRACT

VILELA, Nathalia Assis Pereira. **Bens Tombados, Novos Contextos Sociais e a Qualificação dos Entornos: um estudo de Santo Amaro das Brotas em Sergipe**. 2018. Dissertação – Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

This thesis discusses the multidisciplinary scope attributed to the areas surrounding cultural buildings by the current patrimonial issues, and is based on the notion of cultural reference, as established by the Federal Constitution of 1988. Considering that in institutional practice the methods of delimitation and management of the enclosed areas of protected buildings by IPHAN in few cases followed the conceptual evolution defended by the international discourses and recommendations of the national institute, which is verified by the predominance of the traditional approach of surroundings centered on visibility criteria, we tried to reflect on a new proposal for action, accompanying the updating of the theme. Thus, having as field of study the city of Santo Amaro das Brotas, in Sergipe, it was questioned how the religious buildings protected by IPHAN in an earlier context, based on certain values and goals of identity construction, in their new social contexts can contribute to the preservation of the relations established between them, their envolving areas and the social use of the whole that they form. And to what extent, from the study of the envolving areas that considers social and environmental aspects, these religious buildings can contribute to qualification of the sites related to them and to the construction of an urban identity. Based on this experience, these religious buildings, in their new social contexts, constitute important identity references to be considered in the delimitation and qualification studies of the surrounding areas, according to current conceptions of this legal figure of Decree-Law 25 of 1937.

Keywords: Cultural heritage; Surrounding Protected Buildings; Cultural reference; Urban Qualification; Santo Amaro das Brotas/SE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Morro do Bonfim, observando as ocupações irregulares na área tombada. Laranjeiras/SE. 29
Figura 2 - Vila do Conde, Portugal, 2016 35
Figura 3 - Vila do Conde, Portugal, 2015 35
Figura 4 - Mapa do Estado de Sergipe indicando os municípios que apresentam bens individualmente tombados em centros urbanos não tombados. 36
Figura 5 - Mapa indicando a proposição inicial de área de entorno (em vermelho) da Igreja Matriz Nosso Senhor dos Passos (em preto) baseada na visibilidade imediata do bem. Rio Ganhamoroba em azul.. 38
Figura 6 - Vistas da Igreja Matriz de Maruim pelo Bairro Lachez 39
Figura 7 - Mapa apresentado na Informação Técnica com hachura amarela indicando a área que influencia a vista notável da Igreja a partir do Bairro Lachez.. 39
Figura 8 - Mapa apresentado na Informação Técnica indicando área de proteção do pano de fundo (em vermelho), definida pelo raio de 300 metros a partir da igreja.. 40
Figura 9 - Mapa de delimitação do entorno da Igreja Matriz de Maruim apresentado pela Informação Técnica. 41
Figura 10 - Mapa de pré-setorização da área de entorno da Igreja Matriz de Maruim, indicada pela poligonal vermelha e dividida em dois setores: setor praça e setor feira..... 42
Figura 11 - Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro de Tomar do Geru. 45
Figura 12 - Vila de Nossa Senhora do Socorro. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro à esquerda..... 47
Figura 13 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, apresentando o cruzeiro, ainda sem a escadaria. 47
Figura 14 - Vista aérea de Nossa Senhora do Socorro indicando a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. 48
Figura 15 - Vista aérea da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 2017. 48
Figura 16 - Vista da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro..... 49
Figura 17 - Vista da Igreja Matriz e da Capela de Nossa Senhora do Amparo, do município de Nossa Senhora do Socorro..... 49
Figura 18 - Vistas da Capela de Nossa Senhora do Amparo, Município de Nossa Senhora do Socorro 50

Figura 19 - Vista da quadra esportiva com a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro ao fundo 50
Figura 20 - Vista aérea de Divina Pastora com seta vermelha indicando o caminho de acesso à Igreja Matriz pela entrada da cidade, observando a copa das arvores plantadas em todo o percurso. 52
Figura 21 - Vista aérea da praça da Igreja Matriz durante a Peregrinação ao Santuário de Divina Pastora, s/d 52
Figura 22 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas ainda com o cruzeiro a frente do edifício. 53
Figura 23 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas em 1968.. 53
Figura 24 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas em 1979. 54
Figura 25 - Vista aérea da praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas, 2016 54
Figura 26 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas. 55
Figura 27 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas.. 55
Figura 28 - Mapa de Santo Amaro das Brotas indicando os bens religiosos a serem considerados no estudo de entorno 62
Figura 29 - Mapas do Estado de Sergipe indicando a localização do Município de Santo Amaro das Brotas na Região da Cotinguiba, Leste Sergipano 63
Figura 30 - Mapa do município de Santo Amaro das Brotas indicando os municípios limítrofes e os rios que banham o território. A hachura em vermelho indica a área urbana. As linhas marrons correspondem às estradas principais. Também estão pontuados os povoados mais antigos, entre eles: Flecheiras, Boa Fé, Areias, Aldeia, Sapé. 64
Figura 31 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com indicação, em vermelho, do núcleo urbano inicial da vila 67
Figura 32 - Vista aérea da área urbana do município de Santo Amaro das Brotas e propriedades rurais vizinhas. 68
Figura 33 - Trapiche alfandegário do Porto das Redes em 1860 71
Figura 34 - Porto das Redes, Santo Amaro das Brotas, 2016. 72
Figura 35 - Santo Amaro das Brotas, Sergipe.. 74
Figura 36 - Santo Amaro das Brotas, Sergipe 74
Figura 37 - Santo Amaro das Brotas, Sergipe. 75
Figura 38 - Santo Amaro das Brotas, Sergipe 75
Figura 39 - Registros “Convento do Carmo de Santo Amaro das Brotas” 78

Figura 40 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com seta vermelha indicando a localização do antigo Hospício do Carmo sugerida pela população local 79
Figura 41 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com seta vermelha indicando a localização do antigo Mercado Municipal, que havia sido construído no local da primitiva Ermida de Nossa Senhora das Brotas 81
Figura 42 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com seta vermelha indicando a Rua Eronides de Carvalho apresentada como referência do extinto hospício do Carmo. As setas pretas indicam as duas possíveis localizações 82
Figura 43 - Capela de Nossa Senhora do Rosário em ruína 83
Figura 44 - Capela do Amparo (atual São Benedito) em ruína 84
Figura 45 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com setas vermelhas indicando as possíveis localizações da capela do Rosário 85
Figura 46 - Mapa de Santo Amaro das Brotas indicando a ocupação inicial da vila no traçado urbano atual 86
Figura 47 - Capela Nossa Senhora da Conceição avistada da rodovia SE-240 87
Figura 48 - Capela de N. Sra. da Conceição avistada na entrada da cidade de Santo Amaro das Brotas 88
Figura 49 - Capela Nossa Senhora da Conceição 88
Figura 50 - Vista aérea da área urbana de Santo Amaro das Brotas indicando a localização da capela rural de N. S. da Conceição, da Igreja Matriz de Santo Amaro e da Igreja de São Benedito 89
Figura 51 - Vista aérea de Santo Amaro das Brotas com setas amarelas indicando o caminho da procissão que sai da Igreja Matriz em direção à Capela da Conceição, no dia de Nossa Senhora da Conceição 90
Figura 52 - Procissão em direção à Capela de Nossa Senhora da Conceição, pela rodovia de acesso à cidade, Roney Santos da Silva 90
Figura 53 - Procissão em direção à Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Estrada Alto da Boa Vista 91
Figura 54 - Festa de Nossa Senhora da Conceição, 2016 91
Figura 55 - Festa de Nossa Senhora da Conceição 91
Figura 56 - Vista aérea de Santo Amaro das Brotas. Poligonal vermelha indicando área de extração da fábrica 92

Figura 57 - Mapa de localização da fábrica de cimento Apodi conforme apresentado no relatório de impacto ambiental. A seta preta indica a localização da Capela da Conceição. Poligonal vermelha: área de extração; Poligonal amarela: área de construção da fábrica. 92
Figura 58 - Mapa esquemático da área de influência direta do empreendimento, apresentado pela empresa Apodi no relatório de impacto ambiental. A poligonal vermelha indica a Área Diretamente Afetada. A poligonal amarela indica a área de extração. A hachura branca indicada a área de construção da fábrica 93
Figura 59 - Cortejo dos grupos de matriz africana de Santo Amaro das Brotas, 2010 101
Figura 60 - Lavagem das escadarias da Igreja de São Benedito pelas religiões de matriz africana 101
Figura 61 - Lavagem das escadarias da Igreja de São Benedito pelas religiões de matriz africana 102
Figura 62 - Igreja de São Benedito cercada com grade 102
Figura 63 - Procissão do padroeiro Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas.....103
Figura 64 - Procissão do padroeiro Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas.....104
Figura 65 - Festa do Padroeiro Santo Amaro, 2017. 105
Figura 66 - Procissão do Padroeiro Santo Amaro, 2017 105
Figura 67 - Procissão de Santo Amaro, 2017. 106
Figura 68 - Imagens dos enfeites e altares montados nas portas das casas pelos fiéis para a procissão de Santo Amaro. 106
Figura 69 - Festa do co-padroeiro São Benedito, 2016. 107
Figura 70 - Procissão de São Benedito, 2016.....107
Figura 71 - Procissão de São Benedito, 2016.....108
Figura 72 - Procissão de São Benedito, 2016.....108
Figura 73 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com tracejado indicando o caminho da procissão de N. S. da Conceição.....109
Figura 74 - Procissão de Nossa Senhora da Conceição, 2016.....109
Figura 75 - Procissão de Nossa Senhora da Conceição, 2016.....110
Figura 76 - Festa de Nossa Senhora da Conceição, 2016.....110
Figura 77 - Missa de Nossa Senhora da Conceição, 2016.....111
Figura 78 - Missa de Nossa Senhora da Conceição, 2016.....111
Figura 79 - Rodovia de acesso à sede de Santo Amaro das Brotas, mostrando parte do calçamento e iluminação pública instalados.....112
Figura 80 - Procissão de Senhor Morto e Ofício da Paixão, 2015.. 113

Figura 81 - Encenação da Paixão e Morte de Cristo, 2017 113
Figura 82 - Encenação da Paixão e Morte de Cristo, 2017 114
Figura 83 - Movimento Cultural Ciranda Alternativa em cortejo pela cidade de Santo Amaro das Brotas. 117
Figura 84 - Jovens santoamarenses em cortejo junto ao Movimento Cultural Ciranda Alternativa. 117
Figura 85 - Praça da Igreja Matriz indicando o Espaço Cirandar e a Escola Municipal Esperidião Monteiro.. 118
Figura 86 - Escola Municipal Esperidião Monteiro, à esquerda, e Espaço Cirandar, à direita 118
Figura 87 - Bloco de carnaval “Pinto do meio dia” organizado pelo Movimento Cultural Ciranda Alternativa, com a participação do Grupo Teatral Pernas de Pau, 2014. 119
Figura 88 – Apresentação do Grupo Teatral Pernas de Pau, em Santo Amaro das Brotas. ... 120
Figura 89 - Cortejo folclórico com as crianças da escola Menino Jesus de Sion 122
Figura 90 - Apresentação de Maculelê com o professor de capoeira da escola Menino Jesus de Sion 122
Figura 91 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com tracejado vermelho indicando o caminho do cortejo folclórico 123
Figura 92 - Foto aérea de Santo Amaro das Brotas com tracejado indicando o caminho do cortejo folclórico 123
Figura 93 - Cortejo Folclórico V Semana do Folclore. Santo Amaro das Brotas, 2016.. 124
Figura 94 - Cortejo Folclórico IV Semana do Folclore. Santo Amaro das Brotas, 2015 124
Figura 95 - Reisado Tia Lindolfa, Vª Semana do Folclore, 2016 125
Figura 96 - Cortejo IV Semana do Folclore, 2015 125
Figura 97 - Grupo Teatral Pernas de Pau no cortejo da Vª Semana do Folclore, 2016. 126
Figura 98 - Cortejo da VI Semana do Folclore, 2017 126
Figura 99 - Culminância dos grupos folclórico na praça da Igreja Matriz, Vª Semana do Folclore, 2016 127
Figura 100 - Batalhão Senhor do Bonfim no cortejo da Vª Semana do Folclore, 2016 127
Figura 101 - Ruas de Santo Amaro das Brotas 129
Figura 102 - Avenida de Santo Amaro das Brotas observando a ausência de passeios públicos. 130
Figura 103 – Vistas do largo da Igreja de São Benedito, quando ainda em ruína no século XIX. 131

Figura 104 - Ocupações na praça da Igreja de São Benedito, que está indicada pela seta vermelha. 132
Figura 105 - Praça de Eventos de Santo Amaro das Brotas 133
Figura 106 - Praça de Eventos de Santo Amaro das Brotas 133
Figura 107 - Mapa de Santo Amaro das Brotas indicando a rua e travessa Valdemar Sobral em vermelho, a rua Matias Curvelo de Melo em azul e a Avenida Lourival Batista em amarelo 134
Figura 108 - Vista aérea de Santo Amaro das Brotas indicando a rua e travessa Valdemar Sobral em vermelho, a rua Matias Curvelo de Melo em azul e a Avenida Lourival Batista em amarelo.. 134
Figura 109 - Mapas de Santo Amaro das Brotas indicando caminhos já realizados na procissão de Santo Amaro das Brotas 135
Figura 110 - Mapas de Santo Amaro das Brotas indicando caminhos já realizados na procissão de São Benedito 135
Figura 111 - Área correspondente ao raio de 500 metros a partir da capela da Conceição.. . 136
Figura 112 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com a proposta de delimitação de entorno dos bens tombados. 138
Figura 113 - Mapa da proposta de delimitação de entorno dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas, com linha tracejada em preto indicando a localização proposta para a nova estrada de acesso à capela rural tombada 139
Figura 114 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com trecho verde da delimitação de entorno indicando o logradouro de entrada da cidade proposto para receber agenciamento urbanístico e paisagístico como TAC 140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos bens religiosos individualmente tombados em Sergipe.....27
Quadro 2 - Princípios de qualificação do entorno dos bens tombados sintetizados a partir do contato com os sujeitos locais. 141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Copedoc	Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação do Iphan
CNRC	Centro Nacional de Referências Culturais
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
PEP/MP	Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Iphan
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPHAN/SE	Superintendência do Iphan em Sergipe
SE	Estado de Sergipe
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão do Iphan
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1. O ENTORNO DE BENS INDIVIDUALMENTE TOMBADOS EM SERGIPE 26

1.1 Os bens tombados e a situação atual dos entornos 26

1.2 As concepções atuais de entorno e a abordagem tradicional do IPHAN 30

1.2.1 O exemplo da experiência de Vila do Conde, em Portugal 33

1.3 As igrejas tombadas em centros urbanos não tombados de Sergipe 35

1.3.1 A delimitação de entorno da Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos, Maruim . 37

1.3.2 A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro, em Tomar do Geru 44

1.3.3 A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Nossa Senhora do Socorro 46

1.3.4 A Igreja Matriz de Nossa Senhora Divina Pastora, em Divina Pastora 51

1.3.5 A Igreja Matriz de Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas 53

1.4 Considerações acerca de nova abordagem ao entorno dos bens tombados 58

2. SANTO AMARO DAS BROTAS: CAMPO DE ESTUDO SOBRE O ENTORNO 61

2.1 Motivações para o estudo em Santo Amaro das Brotas 61

2.2 O Município de Santo Amaro das Brotas 63

2.3. Formação e desenvolvimento da Vila de Santo Amaro das Brotas 64

2.4 O território religioso 75

2.5 A Capela de Nossa Senhora da Conceição do antigo Engenho Caieira 87

3. O ESTUDO DE DELIMITAÇÃO DO ENTORNO DOS BENS TOMBADOS DE SANTO AMARO DAS BROTAS 96

3.1 Religiosidade e referências culturais: bases para a delimitação de entorno dos bens tombados 96

3.2 Os Espaços das Práticas Sociais 128

3.3 A proposta de delimitação e os princípios de qualificação do entorno 137

CONSIDERAÇÕES FINAIS 143

REFERÊNCIAS 146

INTRODUÇÃO

A fim de apresentar o tema a ser abordado e os objetivos desta dissertação, considero importante, inicialmente, situar o programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN – PEP/MP – e seus propósitos dentro da instituição federal. Conforme descrito pela coordenação, o mestrado "decorre da experiência positiva do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), que se dedicava à formação interdisciplinar de profissionais graduados em diversas áreas de conhecimento para atuarem no campo da preservação do patrimônio cultural"[1]. Implantado em 2004, o PEP foi uma das iniciativas do corpo técnico do IPHAN num período político marcado pelo intuito de promover e instrumentalizar o alargamento do conceito de patrimônio cultural brasileiro, aliando a experiência técnica acumulada até então às novas "reflexões necessárias a um trabalho ampliado de inclusão social, conforme determina a Constituição brasileira" (MOTTA, 2011, p. 198).

Neste sentido, a partir da necessidade de buscar a aproximação e o diálogo entre as instituições de patrimônio e as comunidades detentoras dos bens culturais, a primeira década do século XXI se apresentou como um momento importante no processo de reestruturação interna do órgão federal e atualização das práticas institucionais de preservação – pretendida desde ações políticas e propostas conceituais que assinalaram as décadas de 1970 e 1980. A começar pela aprovação, já no ano 2000, do Decreto-lei nº. 3551 que instituiu o registro dos bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), além de uma série de ações, nos anos seguintes, voltadas ao incentivo à pesquisa, à projetos de preservação participativa e educação patrimonial, e ao desenvolvimento local, com a descentralização da estrutura institucional para os Estados. Neste contexto, o PEP surgiu no âmbito da Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc) como uma proposta de formação profissional multidisciplinar que associou a prática de preservação nas unidades estaduais do IPHAN ao aprendizado teórico-metodológico e ao desenvolvimento de pesquisa científica, visando a produção de conhecimento a nível regional e local. Sobre o campo institucional, Motta (2011) considera que

> As instituições de preservação, onde se desenvolvem as práticas cotidianas, são lugares privilegiados de elaboração do pensamento sobre o patrimônio e sua atualização. A lida diária é capaz de alimentar o processo de produção de conhecimento e uma reflexão crítica sobre o próprio trabalho institucional. Estas instituições não se limitam, portanto, a ser instâncias burocráticas, mas são lugares onde se internalizam reflexões sobre suas práticas. Capacitam-se, assim, para a

[1] Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/243>.

> construção ou adoção de novos conceitos, para propor novos métodos de trabalho e instrumentos normativos, necessários à preservação. Trata-se de um processo de formação de cultura institucional, que deve ser considerado, visando o respeito à autoridade institucional no cumprimento de seus deveres e competências com a preservação do patrimônio brasileiro (MOTTA, 2011, p.189).

Desta forma, o programa do PEP/MP proporcionou um espaço de reflexão e troca de experiências entre os bolsistas e servidores que vem contribuindo, desde então, para a atualização profissional e revisão do "processo de formação de cultura institucional", junto a outras iniciativas da Instituição voltadas às novas concepções e políticas patrimoniais.

O presente estudo, desenvolvido no âmbito do PEP/MP, tem como objeto central o entorno de bens tombados, tema de interesse internacional no campo da preservação cultural, abordado por organizações de alcance mundial como o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e tradicionalmente tratado no IPHAN quanto à sua abrangência conceitual e metodológica enquanto instrumento de proteção. No contexto nacional, entretanto, apesar da ampliação da discussão acerca do conceito de entorno, desde a abordagem inicial de proteção da "visibilidade" do bem tombado definida no Artigo 18º do Decreto-lei nº 25 de 1937, atualmente se verifica um descompasso entre os discursos teóricos institucionais e a atuação prática do órgão federal sobre estas áreas. Desta forma, a partir da temática do entorno, busca-se refletir a respeito da apropriação das novas concepções patrimoniais e constitucionais nas ações referentes à preservação do patrimônio material, considerando sua inserção nas cidades e, portanto, em realidades urbanas atuais e dinâmicas.

O tema abordado foi proposto com base na demanda, apresentada pela superintendência de Sergipe, de regulamentação das áreas de entorno dos bens individualmente tombados no Estado. A regional expôs, como prioridade, a questão dos entornos de igrejas situadas em centros urbanos não tombados, a partir do que se definiu, como campo de pesquisa, a cidade de Santo Amaro das Brotas (SE), onde se situam dois bens religiosos com tombamentos de 1943: a Igreja Matriz de Santo Amaro e a Capela Rural de Nossa Senhora da Conceição. Localizada no Leste Sergipano e distante aproximadamente 32 km da capital Aracaju, a cidade tem uma população estimada de 12.086 habitantes (IBGE, 2016). Tendo sido uma das primeiras e mais importantes vilas da província de Sergipe no século XVIII, quando se tornou a antecâmara da então capital São Cristóvão (FREIRE, 1914), Santo Amaro das Brotas perdeu seu prestígio político para outras localidades nos períodos seguintes, o que contribuiu para o fraco desenvolvimento econômico vivenciado a partir de então. Atualmente o município apresenta infraestrutura urbana insuficiente e escassez de equipamentos públicos, o que prejudica a fruição dos espaços urbanos pela população. Apesar do traçado inicial do sítio ainda ser

percebido através dos vestígios materiais, como antigos logradouros e edifícios históricos, a arquitetura civil de Santo Amaro das Brotas em geral foi substituída e atualmente configura uma identidade construtiva que não corresponde aos padrões estilísticos historicamente considerados pelo IPHAN.

Em meio a essa realidade local, os bens tombados pelo IPHAN em Santo Amaro das Brotas estão relacionados a importantes movimentos socioculturais de parcela significativa da comunidade local. Contudo, apesar dos tombamentos individuais, esses bens continuam sujeitos a transformações em suas áreas de entorno feitas sem planejamento e sem diálogo com as políticas de preservação, ou por empreendimentos que, defendidos por interesses exclusivamente econômicos, não levam em consideração aspectos sociais e culturais fundamentais à proteção e apropriação pública destes espaços. Diante disso, coloca-se em questão como esses bens religiosos reconhecidos pelo IPHAN em um contexto anterior podem contribuir, hoje, para a valorização e preservação cultural que dê sentido às relações estabelecidas entre eles, suas áreas de entorno e o uso social do conjunto que formam. Em que medida, partindo das concepções patrimoniais atuais, as áreas de entorno podem contribuir para a proteção dos bens e das práticas sociais que os integram e lhes dão sentido enquanto elementos da coletividade e da vida urbana. Além disso, considerando a realidade urbana do interior do Estado, em que medida o trabalho com os entornos pode contribuir para a qualificação dos sítios relacionados aos bens tombados e para a construção de uma "identidade urbana"[2]. Assim, a reflexão proposta parte da experiência vivenciada com a prática profissional na superintendência do IPHAN/SE – pela qual foi possível compreender a atuação institucional nas áreas de entorno dos bens tombados, apontando exemplos em todo o Estado – e da realidade sociocultural e urbana do município de Santo Amaro das Brotas.

Tendo em vista que os elementos que motivaram a pesquisa, os bens tombados do município, se tratam de uma categoria de patrimônio predominante nas três primeiras décadas da política nacional do tombamento – a arquitetura religiosa colonial de caráter excepcional –, faz-se necessário distinguir a motivação desta seleção na década de 1940, enquanto símbolos da identidade nacional, e os sentidos da preservação desses bens religiosos hoje. Portanto, o olhar técnico proposto se fundamenta na atualização conceitual do campo do patrimônio pela Constituição de 1988 – que buscou apoio no caráter antropológico de cultura, enquanto processo social e dinâmico, ao considerar os diversos atores sociais, suas práticas e os valores

[2] A ideia de identidade urbana será tratada adiante usando como referência o trabalho desenvolvido em Vila do Conde, Portugal, pelo arquiteto e Coordenador-Geral de Bens Imóveis – CGBI/DEPAM/IPHAN, Antônio Miguel Lopes de Sousa.

culturais por eles atribuídos –, e nas propostas políticas de preservação e democratização do patrimônio decorrentes desse novo universo cultural. As concepções constitucionais evidenciaram a necessidade de políticas de preservação centradas no caráter multidisciplinar do campo do patrimônio e na aproximação com as comunidades locais para o reconhecimento e proteção dos bens culturais. Nas palavras de Fonseca,

> (...) uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. É imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa, das políticas de preservação (FONSECA, 2005, p.36).

Deste modo, a compreensão dessa "dimensão menos visível" e mais social das políticas de preservação ofereceu suporte para legitimar a atuação sobre os "bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação, e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", conforme definido o patrimônio cultural pelo Artigo 216 da Constituição Federal. Neste sentido, a noção de "referência cultural", defendida por propostas conceituais da década de 1970[3], passou a fundamentar as novas diretrizes constitucionais ao colocar em questão os sentidos culturais e sociais impressos na materialidade do patrimônio, isto é, ao "deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu 'peso' material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de valor e sentidos. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco" (FONSECA, 2003, p.85). Assim, a identificação de referências culturais para dado grupo pressupõe o reconhecimento de seus bens culturais a partir dos diversos valores a eles atribuídos por atores locais que com eles se interagem socialmente, e que deles se valem no processo de construção de identidades e memórias coletivas. Nas ações referentes ao patrimônio material, o olhar técnico baseado no princípio da referência cultural deve considerar, junto à materialidade, os processos identitários construídos através dos usos, práticas sociais e culturais que legitimam a preservação. Segundo Fonseca,

> Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas de natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora, etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados

[3] A ideia de patrimônio como referência cultural teve início em 1975 com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural, por meio de um convênio firmado entre o Ministério de Industria e Comércio, o Governo do Distrito Federal e a Universidade Federal de Brasília. Os seus trabalhos tinham como objetivo desenvolver pesquisas a respeito da produção popular brasileira como referência de uma fisionomia dos produtos industriais brasileiros contemporâneos. Também pretendiam dar apoio à dinamização da produção popular por eles identificada. Em 1979 houve a fusão do CNRC com o IPHAN, favorecendo a implantação de novos trabalhos de valorização de bens culturais usando a noção de referência cultural.

> sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constroem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes (FONSECA, 2003, p.88).

A partir de então, a afirmação da diversidade cultural do país, expressa constitucionalmente por bens de referência a identidades culturais múltiplas e dinâmicas, refutou a ideia hegemônica de identidade nacional defendida no contexto nacionalista de criação do IPHAN, em 1937. O sociólogo Manuel Casttels (2008)[4], ao afirmar que "do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída" (CASTTELS, 2008, p.23) e, ainda, que "a construção da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder" (CASTTELS, 2008, p.24), apresenta, dentre as formas de construção de identidades, a noção de "identidade legitimadora", como aquela "introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que (...) se aplica a diversas teorias do nacionalismo" (CASTTELS, 2008, p.24). Desta maneira, voltando-se à origem das políticas culturais no Brasil, esta definição contribui para compreender como o projeto de construção da unidade nacional pretendida pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937) interferiu na definição da política do tombamento e nos critérios de seleção patrimonial empregados tradicionalmente, circunscritos aos valores artísticos e formais dos bens materiais, que conformaram os símbolos da "identidade legitimadora" da cultura nacional.

Contudo, este caráter limitado ou restritivo da identidade cultural nacional construída nas primeiras décadas não se deu simplesmente pelos parâmetros formais estabelecidos aos bens selecionados, mas, sobretudo, em razão da leitura ou do discurso feito a partir deles pelo IPHAN. Sobre isso, o sociólogo Stuart Hall (2003), ao definir a/s identidade/s cultural/ais da pós-modernidade enquanto "celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam" (HALL, 2003, p.13), volta sua análise às identidades nacionais e explica como são construídas:

> Uma cultura nacional é um *discurso* – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (...). As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que delas são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma "comunidade imaginada" (HALL, 2003, p. 50, 51).

[4] Ao refletir acerca das transformações tecnológicas e seus impactos socioculturais através do conceito de "sociedade em rede", Manuel Casttels (2008) se volta para o estudo de movimentos sociais e processos políticos em diversos contextos do mundo contemporâneo globalizado.

Hall considera, ainda, que por meio dos discursos nacionais o caráter amplo e difuso de uma realidade cultural dá lugar a uma versão restrita e unificada da mesma. Segundo ele,

> Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensa-las como constituindo um *dispositivo discursivo* que representa a diferença como unidade ou identidade. Elas são atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo "unificadas" apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural (HALL, 2003, p. 61, 62).

Neste sentido, Fonseca (2003) contribui com o entendimento do caráter "unificador" dos discursos nacionais consagrados pelo IPHAN ao trazer o exemplo do tombamento da Praça XV, no Rio de Janeiro, que segundo a autora não expressa o amplo valor histórico e cultural do local enquanto registro da presença africana no período escravocrata:

> O exemplo da Praça XV é significativo. Nesse local não é possível encontrar nenhuma marca ou menção, atualmente, à presença constante dos escravos pegando água no Chafariz do Mestre Valentim, que lá ainda permanece apenas como mera extensão do Paço Imperial. Se, como pesquisas históricas vêm comprovando, o Rio de Janeiro foi uma cidade quase africana durante a primeira metade do século XIX, essa informação não ficou registrada nos bens que ali são identificados como patrimônio cultural brasileiro, nem na leitura que deles fazem os órgãos de preservação (FONSECA, 2003, p. 57).

Em outro momento, ao avaliar a crítica feita pelo Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) à atuação do IPHAN no contexto político da década de 1970 – "associando o patrimônio tombado pelo Iphan exclusivamente às classes política e economicamente mais poderosas" –, Fonseca (2005) considera que

> (...) essa crítica, até bastante procedente, pecava ao não distinguir os bens que haviam sido tombados – e que, enquanto patrimônio, não referiam apenas aos grupos dominantes – da leitura e do tratamento que o Iphan havia dado a esses bens, esses sim, frequentemente desvinculados dos valores de outros grupos sociais que não as elites intelectualizadas. Nesse sentido, o interesse da preservação aparecia como distante e até mesmo como contrário aos interesses das classes populares (2005, p. 173).

Diante disso, entende-se que a perpetuação desta prática discursiva durante as três primeiras décadas de atuação do IPHAN refletiu e ainda reflete nas práticas subsequentes, demonstrando a dificuldade de ruptura da visão tradicional da política de patrimônio mesmo com a atualização dos conceitos e discursos patrimoniais, o que se verifica pela predominância dos critérios estético-estilísticos-barrocos na identificação e na leitura dos bens ainda nas décadas seguintes. Segundo Motta (2000, p.133),

> O trabalho fundador do patrimônio no Brasil, que abriu caminho para que se pensasse o patrimônio de maneira mais ampla, nas décadas de 70 e 80, construiu com tal competência uma imagem para a identidade nacional que esta serviu de referência para os critérios de construção de patrimônio *lato sensu*. Construiu com suas práticas uma memória que contribuiu para a reprodução dos procedimentos e códigos de trabalho pelas instituições de preservação, assim como pelos agentes de fora delas. Uma memória social que traz à lembrança, como valor de patrimônio, os imóveis que têm estilo, excepcionalidade.

Até o fim do século, apesar dos discursos patrimoniais pós-constituição estarem focados nas referências da diversidade cultural e da cidadania, buscando a participação social para o reconhecimento, apropriação e preservação patrimonial, na prática as ações pouco desprenderam dos padrões técnicos anteriores e pouco evoluíram na defesa de outros valores culturais além do formal. Se mostrou necessário, pois, a revisão da postura institucional no reconhecimento dos bens culturais e na forma de se apropriar dos instrumentos vigentes, superando o olhar técnico ainda revestido de preceitos estéticos relacionados a determinados estilos que limitavam a abrangência de significações que os bens poderiam enunciar. Como ilustrado por Motta (2000),

> Não bastava apenas opor o terreiro de candomblé, os coretos e fragmentos urbanos de aspecto mais popular às igrejas barrocas. Teria sido necessário basear os critérios de seleção em métodos e procedimentos referentes à ocupação do território e à história, que não excluíssem *a priori* o que não correspondesse à estética consagrada, à excepcionalidade e à uniformidade urbana – o que é feio, o que é novo, o que é alto ou despido de estilo, ou seja, o que compõe as cidades com sua diversidade como o lugar da cultura e de sua socialização (MOTTA, 2000, p. 134).

Assim, no que se refere ao patrimônio material, a partir do que foi exposto, é possível avaliar os impasses do processo de atualização das práticas de preservação segundo abordagens mais amplas e inclusivas, a começar pela própria cisão do conceito de patrimônio cultural em "material" e "imaterial", que não favorece a referência ao bem cultural em seu sentido pleno. Essa noção integral do patrimônio cultural é fundamental para a efetividade das políticas de preservação uma vez que, como colocado por Sant'Anna (2011, p.197), "os bens culturais de natureza material têm uma face imaterial que se vincula aos valores coletivos a ele atribuídos e, ainda, aos que resultam do seu uso e da sua apropriação social: patrimônio material e patrimônio imaterial resultam, assim, em diferentes dimensões, de uma mesma ideia". Desta forma, fica claro o desafio de lidar na prática com os elementos da materialidade enquanto referências culturais em termos de identidade, memória e ação para determinado grupo e, portanto, carregados de significados e valores diversos, para além dos estético-estilísticos, que devem ser reconhecidos e preservados.

O tema do entorno de bens tombados se apresenta como exemplo do desafio institucional de revisão prática-conceitual, sendo protagonista de uma trajetória de embates políticos e revisões conceituais desde a primeira fase da política do tombamento, e hoje ainda debatido a partir das noções de visibilidade e ambiência, que serão aqui problematizadas a partir da realidade de Santo Amaro das Brotas. Sobre a evolução da discussão acerca do entorno, Fonseca (2005) coloca que,

> Como a própria noção de entorno evoluiu da ideia inicial de preservar a visibilidade do bem para a de garantir a manutenção de uma ambiência, a definição desse entorno tornou-se uma questão bem mais complexa. Também nesse caso, a abordagem

> exclusivamente arquitetônica é hoje insuficiente, sendo imprescindível o recurso a outros especialistas. (...) O fato é que é evidente que essa nova orientação, centrada no conceito de ambiência, implica, mais ainda que a anterior, a colaboração dos moradores para ser implementada (FONSECA, 2005, p.199, 200).

Assim, além de buscar suporte em abordagens teóricas de outros campos do conhecimento, como das ciências sociais, o estudo também recorre a contribuições conceituais de experiências internacionais sobre o tema, sendo a mais recente, a Declaração de Xi'an de 2005, "sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural", fundamental ao pensamento preservacionista atual. A Declaração de Xi'an aborda a importância de um trabalho multidisciplinar para orientar a intervenção nos entornos, considerando que as ações restritas ao edifício isolado não são suficientes para garantir a preservação de suas significações. Ao "reconhecer a contribuição do entorno para o significado dos monumentos, sítios e áreas de patrimônio cultural", a Declaração afirma:

> Mas, além dos aspectos físicos e visuais, o entorno supõe uma interação com o ambiente natural, práticas sociais ou espirituais passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível que criaram e formaram o espaço, assim como o contexto atual e dinâmico de natureza cultural, social e econômica (Xi'an, 2005).

Deste modo, além da análise formal e visual que pode orientar a conservação das áreas que envolvem os bens tombados, a compreensão do entorno pela Declaração de Xi'an se aproxima/apropria da noção de referência cultural ao propor a apreensão do ambiente a partir de "aspectos do patrimônio cultural intangível" – práticas sociais, conhecimentos tradicionais, usos –, o que pressupõe a aproximação com atores locais e a identificação dos sujeitos da atribuição de valor. Neste sentido, a busca pelos sujeitos e suas práticas na leitura do entorno garante a percepção do bem cultural em seu sentido pleno, considerando o entendimento contemporâneo de que, como colocado por Carsalade (2007), "a preservação se faz nesses meandros da relação entre o objeto e o sujeito, nas dimensões material e imaterial do patrimônio, na sua presença física e nos significados, valores e funções que a sociedade lhe concede" (CARSALADE, 2007, p. 246).

Stuart Hall define o sujeito pós-moderno a partir da concepção de suas identidades múltiplas que se processam nas relações sociais, nos usos e apropriações do meio sociocultural, considerando que,

> (...) à medida que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiriam uma forma mais coletiva e social. (...). Emergiu, então, uma concepção mais social do sujeito. O indivíduo passou a ser visto como mais localizado e "definido" no interior dessas grandes estruturas e formações sustentadoras da sociedade moderna (HALL, 2003 p. 29, 30).

Essa concepção sociológica do sujeito moderno mostra o quanto as categorias culturais da vida social – como a religiosidade, que compreende nosso estudo – são agregadoras e estruturantes

dos grupos. Desta forma, a fim de explorar a religiosidade enquanto aspecto da identidade cultural no município de Santo Amaro das Brotas, podemos verificar processos identitários distintos que envolvem os bens religiosos, como no momento atual, com um universo religioso múltiplo, de fortes sincretismos religiosos, em que as igrejas apresentam múltiplas significações para os sujeitos locais, seja como símbolo de fé, do processo histórico ou de um processo de resistência social e cultural. Em vista disso, nos interessa compreender o papel dos sujeitos nos processos atuais de construção e reafirmação das identidades culturais.

O sociólogo Alain Touraine, ao examinar o papel dos sujeitos na democracia, ou nas "culturas democráticas", os apresenta enquanto atores sociais que se colocam como agentes de mudança e representatividade na sociedade, tornando a democracia possível. Em suas palavras:

> Designo por sujeito a construção do indivíduo (ou grupo) como ator, através da associação de sua liberdade afirmada com sua experiência de vida assumida e reinterpretada. O sujeito é o esforço de transformação de uma situação vivida em ação livre; introduz a liberdade no que aparece, em primeiro lugar, como determinantes sociais e herança cultural (TOURAINE, 1996, p. 23, 24).
>
> O sujeito integra identidade e técnicas, construindo-se como ator capaz de modificar seu meio ambiente e transformar suas experiências de vida em provas de sua liberdade (TOURAINE, 1996, p. 171).

Com base nesse entendimento, para a leitura e definição do entorno dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas, a pesquisa propõe identificar os sujeitos da atribuição de valor: aqueles atores sociais a partir dos quais se identifica a proatividade para o fortalecimento de uma relação cultural com os bens em seus contextos espaciais, o que faz com que permaneçam vivos no cotidiano e sejam apropriados pela sociedade. O interesse da pesquisa no diálogo com os atores locais e suas práticas sociais é reforçado, ainda, pelo fato – aparentemente óbvio – de se tratar de bens patrimoniais inseridos na cidade, sendo esta fruto da ação humana e do trabalho social, o que leva ao entendimento primário e basilar da área de entorno do bem tombado enquanto espaço urbano, público e coletivo.

Henri Lefebvre, filósofo marxista e sociólogo francês, ao traçar seu pensamento teórico sobre a cidade e o "direito à cidade", coloca no centro da análise a problemática urbana, concebendo o urbano a partir de uma "virtualidade" em marcha, ou seja, da possibilidade de realização de uma sociedade urbana onde o cidadão se apropria do espaço urbano e é atuante/participante na construção da cidade enquanto "obra" e "valor de uso". Para Lefebvre,

> (...) a cidade é obra a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução de seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições, que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas (LEFEBVRE, 2001, p.52).

Assim, a noção de direito à cidade enquanto "forma superior dos direitos" (LEFEBVRE, 2001, p.134) se abre inteiramente à sociedade, enfatizando seus conflitos, contradições e transformações, onde "o urbano é assim, mais ou menos, a obra dos citadinos em lugar de se impor a eles como um sistema: como um livro já acabado" (LEFEBVRE, 2001, p.72). Desta forma, a partir de Lefebvre, compreende-se que o conhecimento do urbano para uma atuação consciente sobre o mesmo só se faz possível através da vivência e da experiência, indo além da leitura distanciada do desenho ou mapa do traçado urbano. Nas palavras de Lefebvre (2001),

> Sim, lê-se a cidade porque ela se escreve, porque ela foi uma escrita. Entretanto, não basta examinar esse texto sem recorrer ao contexto. Escrever sobre a escrita ou sobre essa linguagem, elaborar a *metalinguagem* da cidade não é conhecer a cidade e o urbano. O contexto, aquilo que está sob o texto a ser decifrado (a vida cotidiana, as relações imediatas, o inconsciente do "urbano", aquilo que não se diz mais e que se escreve menos ainda, aquilo que se esconde nos espaços habitados (...), aquilo que está *acima* desse texto urbano (as instituições, as ideologias), isso não pode ser esquecido na decifração (LEFEBVRE, 2001, p. 61).

Neste sentido, a preservação do patrimônio cultural enquanto diretriz da política urbana, que "tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana" (BRASIL, Lei 10257/2001, Art. 2º), como aponta o Estatuto da Cidade, se apresenta entre os direitos sociais fundamentais à realização do direito à cidade. Partindo da realidade urbana atual das cidades brasileiras, o patrimônio cultural, ao ser apropriado pela comunidade local, permite que o espaço urbano seja apreendido em seu valor de uso e, assim, ressignificado. Lefebvre (2001) ilustra essa relação entre a preservação/apropriação do patrimônio cultural e o direito à cidade na manutenção da vida urbana, considerando que:

> A realidade urbana, no próprio âmago de sua deslocação, persiste e se densifica nos centros de decisão e de informação. Os habitantes (quais? cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca. É um grande jogo que se está realizando sob nossos olhos, com episódios diversos cujo sentido nem sempre aparece (LEFEBVRE, 2001, p.84).

Com isso, a motivação por respostas ou orientações às questões aqui colocadas ao objeto do entorno de bens tombados se sustenta na evidência da filosofia de Lefebvre de que não há evolução do pensamento sem exploração do possível, sem utopia. Para o filósofo, a utopia deve ser exercitada, testada e trabalhada de forma experimental:

> Atualmente quem não é *utópico*? Só os práticos estreitamente especializados que trabalham sob encomenda sem submeter ao menor exame crítico as normas e coações estipuladas, só esses personagens pouco interessantes escapam ao utopismo. (...) A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços "bem sucedidos", isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa (LEFEBVRE, 2001, p.110).

Deste modo, partindo das reflexões teóricas expostas, a abordagem a ser proposta ao entorno dos bens tombados busca entende-lo não como cenário de fundo de um monumento principal, mas enquanto palco de manifestações culturais atraídas pelos bens e de potencialidades e qualidades a serem trabalhadas a favor da preservação, encarando o contexto e a realidade urbana em questão. Trata-se de um exercício na tentativa de aliar teoria e prática, conhecimento técnico e realidades concretas.

O primeiro capítulo desta dissertação tem como objetivo tratar do entorno dos bens individualmente tombados no Estado de Sergipe, a partir de casos acompanhados durante a prática profissional do PEP/MP na superintendência estadual, assim como fazer uma avaliação da política de delimitação e gestão das áreas de entorno pelo IPHAN, confrontando a prática institucional tradicionalmente adotada com os recentes discursos e recomendações sobre o tema. Por fim, o conteúdo desta análise pretende dar suporte à reflexão de uma nova abordagem ao estudo do entorno, considerando seus aspectos sociais e ambientais com a finalidade de proteger os valores dos bens tombados como referência cultural para os grupos locais.

O segundo capítulo apresenta a cidade de Santo Amaro das Brotas, expondo as motivações que levaram à escolha por um dos casos inicialmente apresentados pela superintendência estadual para o trabalho com os entornos de bens individualmente tombados em centros urbanos não tombados. O capítulo também traz aspectos da história de Santo Amaro e parâmetros do desenvolvimento local que retratam a condição urbana atual. Em seguida, a leitura do território religioso no qual os bens religiosos se inserem é feita com base nas narrativas apresentadas pela população, no intuito de identificar os valores coletivos atribuídos aos bens que serão considerados no estudo.

Por fim, o terceiro capítulo traz o estudo do entorno dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas, fundamentado na identificação das práticas sociais a eles relacionadas e dos sujeitos locais para os quais os bens se constituem como referências culturais. A partir da delimitação de entorno proposta, são apresentados os parâmetros de atuação e qualificação das áreas de entorno sintetizados junto aos grupos locais.

Constata-se, com base nessa experiência, que os bens tombados individualmente em um contexto anterior, a partir de determinados valores e objetivos de construção de identidades, em seus novos contextos sociais se constituem como importantes referências identitárias a serem consideradas nas reflexões e estudos de delimitação e tratamento dos entornos, de forma que a apropriação dos bens culturais e de seus entornos pelas práticas sociais a eles relacionadas seja valorizada como potencialidade para o processo de qualificação dos espaços urbanos que os compreendem.

1. O ENTORNO DE BENS INDIVIDUALMENTE TOMBADOS EM SERGIPE

Este primeiro capítulo foi elaborado a partir das atividades desenvolvidas junto aos técnicos da superintendência do IPHAN em Sergipe, que proporcionaram o contato com os bens tombados e sítios urbanos, assim como o acompanhamento das ações de preservação e da atuação nas áreas de entorno dos bens individualmente tombados. Desta forma, diante da complexidade das questões urbanas e culturais observadas, se mostrou necessário contextualizar a prática institucional de delimitação e proteção dos entornos tendo em vista as atuais discussões teóricas e recomendações da instituição federal sobre o tema.

Com esse intuito, o capítulo vai apresentar os bens individualmente tombados em Sergipe e trazer uma primeira análise da situação atual daqueles que se localizam nos centros urbanos do Estado, mostrando as dificuldades de proteção de suas áreas envoltórias e as limitações das ações de preservação diante da ausência dos estudos de delimitação dos entornos. Em paralelo a essa análise, o capítulo abordará sobre a evolução das concepções de entorno nas discussões atuais, mostrando, porém, que a abrangência conceitual atribuída ao entorno pelos discursos teóricos nacionais e internacionais não é verificada nos métodos predominantes de atuação do IPHAN, ainda centrados na visibilidade do bem tombado.

Desta forma, a partir dessas reflexões e à luz das noções patrimoniais atuais, serão apresentadas questões relacionadas às áreas envoltórias das quatro igrejas localizadas em centros urbanos não tombados, assim como será analisado o estudo de delimitação de entorno elaborado pela superintendência estadual para a Igreja Matriz de Maruim, recentemente tombada. Por fim, a análise dos casos vai possibilitar uma avaliação acerca dos limites da abordagem tradicional de entorno adotada pela instituição federal e dar suporte à reflexão de uma nova abordagem ao estudo de delimitação de entorno dos bens individualmente tombados, a ser desenvolvida nos capítulos seguintes.

1.1 Os bens tombados e a situação atual dos entornos

A arquitetura religiosa de Sergipe, reconhecida pelo IPHAN como patrimônio nacional a partir da década de 1941, compreende vinte edifícios tombados, entre eles igrejas, conventos e capelas rurais. Este patrimônio está distribuído nas áreas urbanas e rurais das duas cidades históricas tombadas – Laranjeiras e São Cristóvão –, e de outros sete municípios sergipanos, conforme listado no quadro a seguir:

Bens Religiosos Individualmente Tombados no Estado de Sergipe			Ano do Tombamento
Igrejas/ Conventos	Centros Urbanos Não Tombados	Igreja Matriz de Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas	1943
		Igreja Matriz de Nossa Senhora Divina Pastora, em Divina Pastora.	1943
		Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Nossa Senhora do Socorro.	1943
		Igreja de Nossa Senhora do Socorro, em Tomar do Geru.	1943
		Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos, em Maruim.	Provisório Abertura: 2001
	Centros Urbanos Tombados	Convento e Igreja de Santa Cruz, em São Cristóvão.	1941
		Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, em São Cristóvão.	1943
		Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em São Cristóvão.	1943
		Igreja Matriz do Coração de Jesus, em Laranjeiras.	1943
		Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em São Cristóvão.	1943
		Convento e Igreja do Carmo, em São Cristóvão.	1943
		Igreja e Casa da Misericórdia, em São Cristóvão.	1944
		Igreja de Nossa Senhora do Amparo, em São Cristóvão.	1962
	Área Rural	Igreja da Comandaroba, em Laranjeiras.	1943
Capelas	Área Rural	Capela do Conjunto Tejupeba, em Itaporanga D'Ajuda.	1943
		Capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Poxim, em São Cristóvão.	1943
		Capela de Nossa Senhora do Engenho Penha, em Riachuelo.	1943
		Capela do Engenho Jesus, Maria, José, em Laranjeiras.	1943
		Capela de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Caieira, em Santo Amaro das Brotas.	1944
		Capela de Santo Antônio do Engenho Retiro, em Laranjeiras.	1944

Quadro 1 - Relação dos bens religiosos individualmente tombados em Sergipe.
Fonte: a autora (2017).

A proposta de trabalho com o instrumento do entorno apresentada pela superintendência do IPHAN/SE para a presente pesquisa partiu da demanda de regulamentação das áreas de entorno dos bens individualmente tombados no Estado. Também resultou dessa iniciativa de trabalho o estudo das capelas rurais tombadas desenvolvido pela arquiteta Tamyres Oliveira[5] no âmbito do PEP/MP. Neste estudo, a arquiteta ressaltou os contextos paisagísticos das capelas como vestígios de antigos assentamentos rurais, aprofundando-se no caso da Capela de Nossa Senhora do Engenho Penha, em Riachuelo (SE), onde um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) trouxe novas questões para a discussão desses entornos. Dos demais bens religiosos tombados, apenas a Igreja Matriz de Maruim apresenta estudo de delimitação de entorno elaborado pela superintendência estadual, uma vez

[5] A pesquisa desenvolvida na Capela da Penha por Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira é referente à sua dissertação (mestrado) intitulada "Entorno de bens tombados em áreas rurais face a processos recentes de ocupação agrária: o caso da Capela da Penha em Riachuelo/SE" (2014).

que se trata de um processo de tombamento recente, aberto após a edição da Portaria do IPHAN nº 11 de 1986, que estabelece que o pedido de tombamento a ser encaminhado pelas unidades estaduais da instituição deve contar com a delimitação da área de entorno do bem ou conjunto. Deste modo, para o presente estudo, a superintendência apresentou como prioridade de trabalho a delimitação de entorno dos bens religiosos situados em centros urbanos não tombados, entre eles a Igreja Matriz de Nossa Senhora Divina Pastora, em Divina Pastora; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro, em Tomar do Geru; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Nossa Senhora do Socorro; e a Igreja Matriz de Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas.

As atividades desenvolvidas durante a prática profissional do PEP/MP proporcionaram um panorama geral acerca dos problemas enfrentados pela superintendência de Sergipe nas áreas de entorno dos bens tombados. A ausência de delimitação de entorno prejudica a atuação dos técnicos do IPHAN nas fiscalizações e no diálogo com os poderes municipais e comunidades locais. Em grande parte dos casos, principalmente nos centros urbanos não tombados, as demandas de obras públicas e residenciais nas áreas envoltórias dos edifícios tombados não são previamente apresentadas para aprovação da superintendência, como estabelece o Artigo 18 do Decreto-Lei nº 25/1937. Muitas vezes o controle e a proteção dessas áreas pela instituição federal contam com as denúncias, feitas por populares, de obras irregulares em execução, a partir das quais a fiscalização é prontamente realizada para autuação e embargo. Assim, a falta de estudos de delimitação de entorno que promovam o conhecimento do patrimônio cultural junto às comunidades locais dificulta a compreensão, por parte da população, dos sentidos e da importância das ações de preservação que envolvem tais áreas urbanas.

Nos centros urbanos tombados, apesar da proteção do conjunto onde os bens religiosos se inserem e da presença mais frequente do IPHAN por meio das visitas técnicas semanais, as dificuldades de preservação das áreas que envolvem os edifícios religiosos também são comuns diante dos conflitos urbanísticos existentes. Em Laranjeiras (SE), por exemplo, a crescente ocupação irregular dos morros do Bonfim e do Bom Jesus – cada um coroado com a igreja histórica de mesmo nome e localizados dentro dos perímetros de tombamento e entorno do sítio[6] –, prejudica não só a paisagem tombada, mas o acesso e a fruição dos respectivos bens religiosos pela população local e visitantes. O processo de ocupação irregular e favelização dos morros, além de ocasionar danos ambientais e condições precárias de moradia, cria um

[6] A Igreja do Senhor do Bonfim está localizada dentro do perímetro de tombamento da cidade de Laranjeiras e a Igreja de Bom Jesus dos Navegantes na área de entorno do sítio tombado.

ambiente inóspito à região devido ao aumento da taxa de criminalidade, motivo pelo qual a polícia militar de Laranjeiras aconselha que as visitações às igrejas históricas dos morros sejam feitas na presença de guardas municipais ou guias locais. A ação civil pública nº 0802468-11.2015.4.05.8500, movida pelo Ministério Público Federal em Sergipe para conter as ocupações irregulares dos Morros do Bonfim e Bom Jesus, determinou ao IPHAN e ao Município de Laranjeiras a obrigatoriedade de fazer a contínua vigilância da área de modo a impedir novas ocupações e providenciar um levantamento detalhado dos moradores já instalados para futura regularização[7].



Figura 1 - Morro do Bonfim, observando as ocupações irregulares na área tombada. Laranjeiras/SE.
Fonte: acervo IPHAN/SE, 2011.

Desta forma, a situação de Laranjeiras demonstra a necessidade da atuação conjunta entre IPHAN e prefeituras municipais para a efetiva preservação dos bens culturais, de seus entornos e acessos, seja em áreas urbanas tombadas ou não tombadas. Neste sentido, pode-se constatar que a proteção das áreas envoltórias dos bens tombados é complexa, mesmo quando estão inseridas em ambientes legalmente protegidos, como os centros históricos tombados, pois envolvem questões sociais, econômicas e culturais, assim como múltiplos interesses. Assim, o estudo do entorno dos bens tombados pelo IPHAN, incluindo os grupos sociais que lhes dão uso, é um importante meio para que o entendimento acerca das áreas urbanas que os

[7] O trabalho desenvolvido em Laranjeiras resultou no 1º Produto da disciplina "Práticas Supervisionadas" realizado pela autora enquanto aluna-bolsista do PEP/MP em Sergipe, e correspondeu à revisão e elaboração dos mapas urbanísticos referentes às Fichas de Pré-Setorização e Caracterização dos Setores, do Processo de Normatização de Laranjeiras/SE. O produto foi proposto a partir da participação da autora na etapa de Revisão da Minuta da Normativa do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Laranjeiras, conforme solicitação do DEPAM em setembro de 2015, tendo em vista a minuta de portaria para proteção do sítio tombado elaborada em 2012, através do processo 01504.001304/2012-28.

compreendem e de suas diretrizes de preservação seja transmitido aos órgãos municipais, facilitando o comprometimento de uma atuação conjunta. Além disso, a participação social e os sentidos atribuídos pelos grupos justificam a ação do poder público e ao mesmo tempo relativizam diferentes valores em disputa, entre grupos e o próprio poder público, favorecendo medidas de proteção e gestão dos bens culturais.

1.2 As concepções atuais de entorno e a abordagem tradicional do IPHAN

Para a compreensão da abrangência do tema do entorno nas discussões atuais destacam-se as contribuições da arquiteta doutora Cristiane Cabreira, que em sua tese[8] analisa o entorno de edifícios históricos a partir de aspectos da qualidade ambiental. Como exposto por Cabreira (2016), tal proposição "se trata de saber ver a arquitetura segundo o pensamento contemporâneo da complexidade que, por sua vez, considera a transdisciplinaridade dos fenômenos de maneira a permitir uma atuação eficaz na preservação de edifícios históricos" (CABREIRA, 2016, p. 105). Ao pesquisar os métodos predominantes na atuação do IPHAN para a delimitação dos entornos – através da análise de portarias de entorno[9], pareceres técnicos, estudos disponíveis no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, e da publicação "Entorno de Bens Tombados"[10] –, Cabreira (2016) atenta para a tendência de generalização do critério da visibilidade, observando que "a consideração de outros critérios que não o da visibilidade ou o seu alargamento (...) ainda são tidos como incomuns e como exceção em uma regra consolidada no Instituto" (CABREIRA, 2016, p. 83).

Na pesquisa em questão foram identificados cinco métodos de delimitação de entorno aplicados pelo IPHAN, nomeados pela autora como: método das visuais, cartografia histórica, análise visual urbana, unidades de paisagem e análise da morfologia urbana. A análise de exemplos referentes a cada método permitiu pontuar os critérios de delimitação e os parâmetros estabelecidos para o controle das intervenções nas áreas de entorno. Por fim, a síntese das informações mostrou que em todos os métodos, além da visibilidade aparecer como critério geral, os parâmetros de atuação foram basicamente os mesmos, com poucas variações. Sobre as considerações resultantes desta análise, Cabreira, Ribeiro e Krause (2013) apontam que,

---

[8] A tese (doutorado) de Cristiane Cabreira é intitulada "Qualidade ambiental de edifícios históricos em ambiente urbano: agregando novos atributos à delimitação do Entorno" (2016).

[9] As Portarias são instrumentos administrativos, acessíveis ao público, usados para regulamentação de procedimentos estabelecidos pelas instituições públicas. O IPHAN faz uso das Portarias de Entorno para a definição e regulamentação de áreas de entorno.

[10] Entorno de bens tombados / [Pesquisa e texto de Lia Motta e Analucia Thompson]. – Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010. 174 p. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN).

> Os critérios utilizados na delimitação do entorno de bens tombados em geral são equivalentes e ainda que a escolha do método a ser utilizado seja fortemente influenciada por eles, não há uma discussão institucional sobre a validade ou eficiência destes métodos conforme a condição do bem e sua contextualização. (...) Foi possível também identificar uma uniformização dos parâmetros de atuação, geralmente calcados na limitação do gabarito, das taxas de ocupação e do controle da publicidade, além de restrições no tratamento de fachadas (CABREIRA; RIBEIRO; KRAUSE, 2013, p.43).

A partir desta constatação, Cabreira, Ribeiro e Krause (2013) avaliam a efetividade da abordagem tradicional de entorno aplicada pelo IPHAN diante das orientações estabelecidas por documentos internacionais, como a Operational Guidelines da UNESCO e a Declaração de Xi'an já apresentada, ambas de 2005, que trazem uma leitura multidisciplinar sobre o tema, superando as premissas visuais e propondo a associação aos contextos ambientais, econômicos, sociais e culturais para a definição e gestão das áreas de entorno dos bens tombados. Conforme concluíram neste momento,

> A análise de critérios, métodos e parâmetros resultantes face aos documentos internacionais mais recentes que tratam da atuação no entorno de bens imóveis de relevância cultural e histórica revela a ineficiência na aplicação dos critérios no Brasil. A determinação de uma abordagem multicriterial e sistêmica considerando o todo, suas partes e as inter-relações existentes entre elas, conforme orientado pelos documentos internacionais, visa agregar aos critérios de legibilidade, visibilidade e ambiência, critérios de qualidade ambiental que possuem influência direta na caracterização do sítio, na sua conservação e uso (CABREIRA; RIBEIRO; KRAUSE, 2013, p.43).

Nos discursos e recomendações técnicas do IPHAN a respeito do instrumento de entorno, ao ser afirmada a evolução conceitual do tema, as noções inicias de "visibilidade" e "vizinhança" são apresentadas no sentido expandido de garantir a "ambiência" do bem tombado. De acordo com a Nota Técnica Nº 001/2011/DEPAM do IPHAN, sobre o "estabelecimento de procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados",

> Após a edição do referido Decreto-Lei nº25/37 o conceito de "vizinhança" vem sendo ampliado, e atualmente pode ser entendido como equivalente à "ambiência". A área de entorno teria como função principal, portanto, **preservar a qualidade ambiental e paisagística adequadas para a fruição e compreensão do bem protegido e dos valores a ele associados**, funcionando como uma "área de amortecimento" entre ele e o restante da cidade (NT 001/2011/DEPAM, grifo nosso).

Assim, o conceito de "ambiência", ao pressupor a preservação da "qualidade ambiental", termo de cunho científico que envolve uma diversidade de aspectos em sua definição – materiais, naturais, climáticos, sociais, entre outros –, transmite ao entorno o papel de garantir essa nova complexidade em seu entendimento. Sobre a abrangência da noção de "qualidade ambiental", Cabreira (2016) traça uma síntese de referências que nos permite identificar importantes aspectos que a compreendem:

> A qualidade das interações do homem com seu meio construído sejam elas de cunho subjetivo e/ ou objetivo é sistematizada no termo qualidade ambiental. Segundo

> Bassani (2001) a qualidade ambiental remete a uma diversidade de comportamentos do homem sejam eles afetivos, perceptivos ou cognitivos adquiridos ao longo de sua vida em resposta aos diversos ambientes a que esteve submetido. Segundo a European Environment Agency – EEA (s/d) o termo é genérico e pode se referir a características variadas como condições do ar e da água (pureza ou poluição), ruído, acesso a espaços abertos ou efeitos visuais dos edifícios considerando seus impactos potenciais na saúde física e mental do homem. Refere-se a propriedades e características de um ambiente que incidem sobre os seres humanos e outros organismos ocasionando determinados efeitos (CABREIRA, 2016, p. 135).

Neste sentido, a Nota Técnica Nº 001/2011/DEPAM do IPHAN contribui para a compreensão desta pluralidade de aspectos e atributos que envolvem a definição do entorno apoiado na noção de ambiência ao citar as "características que configuram a ambiência do bem tombado", segundo a qual,

> Essa análise deve, preferencialmente, partir da definição de quais características configuram a ambiência do bem tombado, como por exemplo: relações espaciais, visuais, implantação, relação com os imóveis vizinhos, relação com o ambiente natural (vegetação, rios, mar), **acessos, manifestações de natureza imaterial diretamente relacionadas ao bem protegido (caminho de procissões ou festividades, áreas comerciais e/ou espaços de abastecimento) etc.** A partir dessa compreensão devem ser estabelecidos os limites para a leitura da ambiência do bem, assim como serão definidos os critérios para intervenção na área (sempre se relacionando à ambiência do bem tombado, e não aos próprios bens que compõe o entorno) (NT 001/2011/DEPAM, grifo nosso).

Desta forma, ao considerar as "manifestações de natureza imaterial diretamente relacionadas ao bem protegido", o aspecto das práticas sociais aparece como elemento estruturante da ambiência. No entanto, este aspecto – que envolve os usos e a apropriação dos espaços de influência do bem pelos grupos sociais – não é tido como orientador da definição do entorno ou, quando mencionado, em geral aparece sem aprofundamento nas análises e nos parâmetros de atuação.

Conforme foi exposto, a abrangência multidisciplinar do entorno defendida pelos documentos internacionais e reconhecida pelos discursos e recomendações da instituição federal, dialoga com a noção constitucional de referência cultural no que tange a apreensão e preservação das práticas sociais e dos valores que integram os bens tombados, expressos em suas áreas de entorno. Desta forma, considerando que a abordagem tradicional de entorno centrada no critério da visibilidade ainda é frequentemente adotada na prática institucional, fica evidente a necessidade de revisão e atualização prática em relação ao tema, de forma que os aspectos sociais e ambientais que envolvem os bens culturais e seus usos sejam tratados como parâmetros norteadores da definição e proteção do entorno junto aos outros já considerados.

1.2.1 O exemplo da experiência de Vila do Conde, em Portugal

Embora alguns outros casos pudessem ser trazidos para a discussão a respeito da atualização prática e conceitual do entorno enquanto instrumento de proteção dos bens tombados, como o trabalho do Morro da Conceição, na Zona Portuária do Rio de Janeiro, desenvolvido pela servidora do IPHAN Jurema Arnaut (1984) – tendo como preocupação a manutenção da ambiência e dos modos de vida no entorno dos bens tombados da localidade –, e como o trabalho de Rafael Arrelaro (2008) – que considerou as festas religiosas relacionadas às igrejas tombadas em Sabará/MG para definição dos entornos –, aqui será apresentada a experiência de Vila do Conde, em Portugal. Considerou-se para essa escolha a contribuição das discussões recentes apresentadas no "Ciclo de Debates sobre Normas de Preservação e Entorno", promovido pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) em 2016, para o avanço das reflexões sobre o tema dentro da instituição federal.

A experiência de "Planejamento e gestão do centro histórico da cidade de Vila do Conde", em Portugal, foi exposta pelo arquiteto e Coordenador-Geral de Bens Imóveis – CGBI/DEPAM, Antônio Miguel Lopes de Sousa[11]. Conforme exposto, o trabalho desenvolvido em Vila do Conde, por meio da interação entre os órgãos federal e municipal, teve como objetivo qualificar a cidade a partir do seu centro histórico, sendo este entendido como "uma espécie de motor da dinâmica de transformação urbana". Ou seja, foi proposta a "construção de uma identidade urbana que se reconheça na cidade a partir do centro histórico e das qualidades nele reconhecidas". Neste sentido o entorno foi trabalhado como "expansão dos valores dos bens tombados para a cidade". O arquiteto Antônio Miguel explica que uma das frentes de trabalho foi

> Requalificar o uso público da cidade, os arruamentos, calçadas, mobilidade, acessibilidade, ou seja, o debate sobre o projeto e a qualificação do urbano. Então é um **conjunto de intervenções feitas em torno do monumento nacional e na área urbana no sentido de qualificar não já o edificado do ponto de vista da sua dotação dos equipamentos, mas o uso da própria cidade**. Então esses elementos referenciais vão servir de base para as intervenções. E esta intervenção do espaço público mereceu em 2000 prêmio nacional de design universal e acessibilidade (Grifo nosso).

Vila do Conde apresenta uma área urbana pontuada por monumentos nacionais tombados isoladamente, para os quais o perímetro de proteção em Portugal é definido como cinquenta metros não edificantes em torno do bem. Além desta área não edificante também se define a "área de proteção especial do monumento nacional", que neste caso foi entendida pelo

[11] As citações referentes à apresentação de Antônio Miguel Lopes de Sousa sobre a experiência de Vila do Conde foram transcritas pela autora a partir do vídeo disponível em: <https://youtu.be/y4H8R9zb2io>. Acessado em março de 2017.

município como a área do centro histórico. Assim, nessa área de proteção especial dos monumentos nacionais, ou seja, no próprio centro histórico de Vila do Conde, foram identificados valores e elementos necessários à sua qualificação, como coloca Antônio Miguel:

> O processo de qualificação das intervenções é entender a questão dos valores essenciais a serem preservados (...). Os valores essenciais que compõem a qualidade daqueles espaços e que permitem moldar e formular as condicionantes às intervenções. Vão ser montados um conjunto de qualidades daquele espaço que vão orientar as intervenções nos centros históricos. Isso ao mesmo tempo que são qualificados os espaços públicos (Grifo nosso).

Como resultado, o arquiteto considera que "o sentido de que a cidade se transforma de acordo com as qualidades reconhecidas permitiu fazer a mudança da forma de se entender as expansões urbanas", e mostra que "esta estratégia, que tem a ver com o edificado e com a intervenção do espaço público, foi levada até o limite da cidade". Antônio Miguel define que se trata, por fim, de um

> Conjunto de intervenções novas na cidade que vão integrando elementos de qualificação do monumento nacional. Não se deixa de marcar a identidade ligada ao centro histórico a partir daquilo que é o design do espaço público, ou seja, olhando para o espaço público reconhecemos que pertence a mesma cidade pelos elementos, daquilo que é do ponto de vista das relações de escala: da calçada, do espaço de circulação, etc.

A importante contribuição desta experiência para a discussão atual sobre os entornos está, pois, no ponto de partida que determinou o processo de intervenção e qualificação urbana de Vila do Conde: os valores locais e os elementos qualificadores do espaço identificados a partir dos bens culturais; e no que o arquiteto Antônio Miguel considera em sua conclusão: "uma coisa que ficou clara ao longo de todo esse processo de intervenção da cidade é que as pessoas valem mais do que as coisas. Por isso as calçadas sempre foram mais qualificadas que os espaços dos automóveis, com faixas de ciclistas, pedestres, acessibilidade, etc". A experiência também evidencia a importância de um trabalho conjunto entre as esferas de poder federal e municipal na preservação cultural e na requalificação urbana.



Figura 2 - Vila do Conde, Portugal, 2016.
Fonte: Google Maps.



Figura 3 - Vila do Conde, Portugal, 2015.
Fonte: José Cândido, disponível em Google Maps.

1.3 As igrejas tombadas em centros urbanos não tombados de Sergipe

Com base nas reflexões feitas acerca do tema do entorno e no contato estabelecido com os bens culturais, sítios e comunidades junto aos técnicos do IPHAN/SE, serão aqui

apresentados os quatro casos, inicialmente indicados, das igrejas localizadas em centros urbanos não tombados do Estado de Sergipe, a fim de avaliar os problemas e as potencialidades a serem considerados nos estudos dos entornos. Além disso, será apresentado o estudo de delimitação de entorno elaborado pela superintendência estadual para o tombamento da Igreja Matriz de Maruim, analisando, através dos documentos internos da instituição, as etapas de discussão junto ao DEPAM, assim como a abordagem e os conceitos adotados. Por fim, a análise dos casos em Sergipe irá fundamentar a discussão acerca de uma nova abordagem ao tema do entorno de bens isolados, a ser proposta em conformidade com os princípios patrimoniais atuais. O mapa a seguir indica a localização dos casos em questão no Estado de Sergipe: a Igreja Matriz de Nossa Senhora Divina Pastora, em Divina Pastora; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro, em Tomar do Geru; a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Nossa Senhora do Socorro; a Igreja Matriz de Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas; e a Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos, em Maruim.

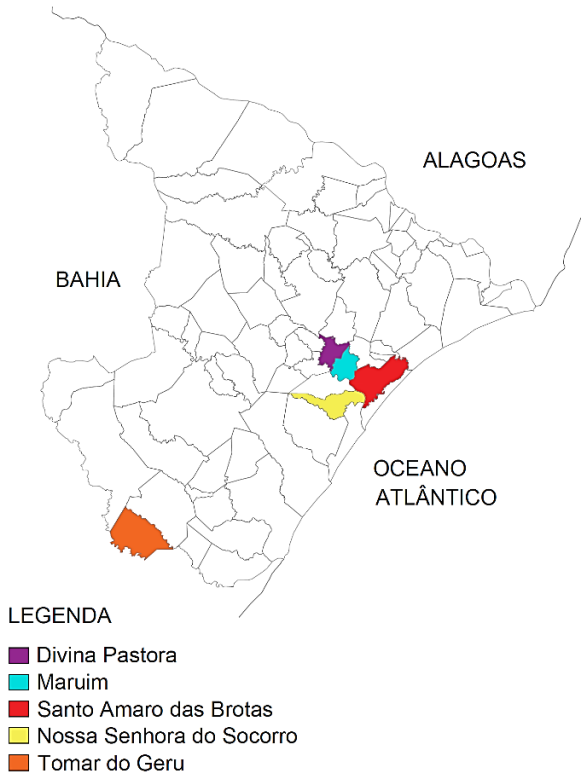


Figura 4 - Mapa do Estado de Sergipe indicando os municípios que apresentam bens individualmente tombados em centros urbanos não tombados.
Fonte: a autora (2017).

1.3.1 A delimitação de entorno da Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos, em Maruim

O primeiro caso a ser analisado é referente ao tombamento individual, ainda provisório, da Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos do município de Maruim/SE. Por ser o primeiro bem individualmente tombado no Estado após a edição da Portaria do IPHAN nº 11 de 1986, a análise do estudo de delimitação do entorno elaborado pela superintendência estadual junto às recomendações do DEPAM traz uma compreensão atual de como o tema tem sido trabalhado na prática pela instituição federal. Para isso, a leitura da Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE – "Proposição para a delimitação de área de entorno da Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos de Maruim/SE" – de 20/06/2013, e da Ficha SICG M201 Pré-Setorização: "Área de Entorno - Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos, Maruim", de 27/09/2013, será feita no intuito de analisar como o estudo do entorno foi conduzido, os critérios usados na delimitação e os parâmetros de intervenção que respondem a esses critérios.

Podemos considerar que o método de delimitação do entorno aplicado para a Igreja Matriz de Maruim (SE) se refere ao que Cabreira (2016) identificou como "método das visuais", correspondente à abordagem tradicional do IPHAN por ter como preocupação central a visibilidade do bem tombado. Na definição de Cabreira (2016),

> O método das visuais, termo emprestado da geometria descritiva com o objetivo de estabelecer um pensamento norteador para grande parte das ações do IPHAN nas áreas envoltórias desde o início de sua criação, zela pela identificação da relação visual mantida entre um ponto de interesse e sua percepção a partir de outros pontos em nível do observador. Como fim pretende-se que a partir das relações visuais identificadas seja feita uma análise para que se estabeleçam cenários de possíveis intervenções que desestabilizariam tal relação, permitindo indicar parâmetros para controle da mesma. Em uma primeira abordagem o resultado da aplicação do método geraria um perfil de fundo para o monumento ou sítio histórico compondo com este quase uma imagem figurativa (CABREIRA, 2016, p. 107).

A Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE, elaborada pela superintendência de Sergipe a fim de auxiliar a instrução do processo de tombamento da Igreja Matriz de Maruim, descreve as etapas do estudo de delimitação da área de entorno do bem, desde o perímetro inicialmente apresentado até a proposta alcançada ao passar por revisões recomendadas pelo DEPAM. Segundo este documento, a proposta inicial da Superintendência do IPHAN/SE para a delimitação da área de entorno, apresentada "pelo estudo desenvolvido por esta superintendência entre 2007 e 2008", focava no "princípio da visibilidade imediata do bem, conforme consta na conclusão do estudo (páginas n°. 211 - 214 do processo de tombamento n°1482-T-01)". O mapa abaixo, apresentado na Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE, representa esta proposta inicial, com o perímetro de entorno indicado pela poligonal em vermelho.

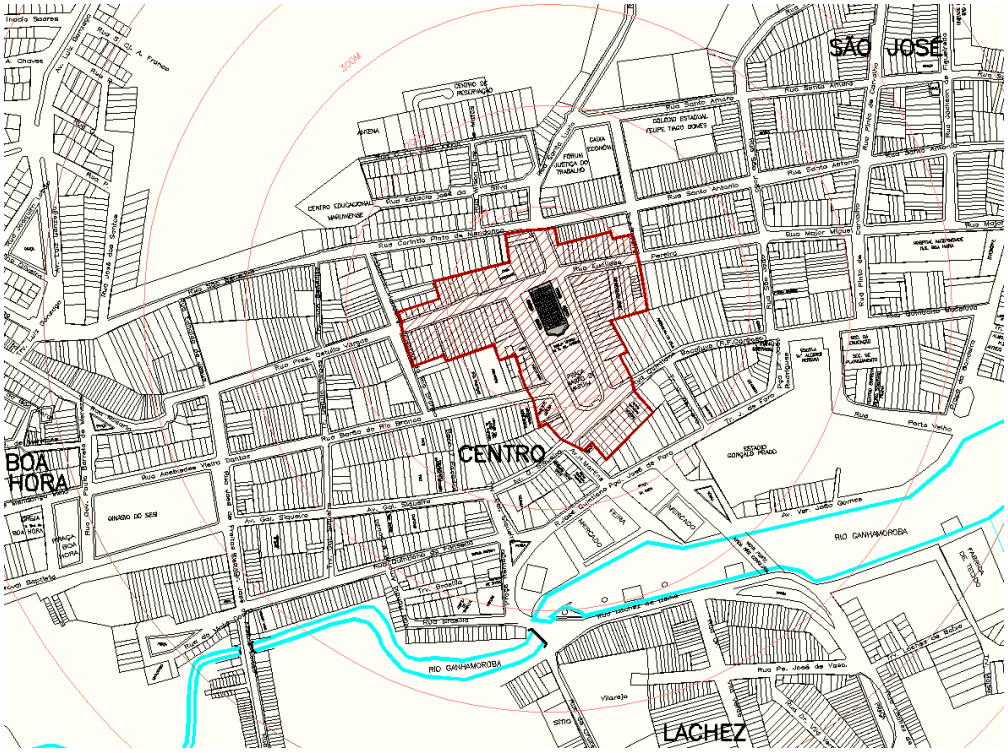


Figura 5 - Mapa indicando a proposição inicial de área de entorno (em vermelho) da Igreja Matriz Nosso Senhor dos Passos (em preto) baseada na visibilidade imediata do bem. Rio Ganhamoroba em azul.
Fonte: Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE.

O mesmo documento relata que, em resposta à proposta inicial, “as considerações do DEPAM trazem à luz uma preocupação maior, ou seja, a ambiência do bem”, levantando questões como “o receio de verticalização do entorno, a relação de escala entre o bem tombado e os bens do entorno, a integração histórica entre a igreja e o sítio, inclusive o Rio Ganhamoroba, e o Contexto Histórico e Ambiental”. Por fim, a Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE explica que o DEPAM concluiu pela “manutenção da poligonal proposta inicialmente pela Superintendência do IPHAN-SE, baseada na visibilidade imediata do bem, com o acréscimo de uma área que garanta a relação histórica e ambiental da Igreja com o rio Ganhamoroba e a preservação da vista da igreja do outro lado da margem”, o que foi estabelecido como parâmetro norteador da definição da área de entorno do bem a ser tombado.

Desta forma, a partir do estudo inicial, como consta na Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE, foi elaborado pelos técnicos do IPHAN/SE um “mapa de visibilidade do bem com relatório fotográfico” que contribuiu para reafirmar a opinião do DEPAM de preservar “a vista da igreja desde o outro lado da margem do Rio Ganhamoroba, (...) por conta do destaque que a Igreja tem em relação à cidade e da relação da igreja com o meio circundante, especialmente com o Rio Ganhamoroba e a colina onde se implanta”.



Figura 6 - Vistas da Igreja Matriz de Maruim pelo Bairro Lachez.
Fonte: Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE.

Com isso, partindo deste propósito de "preservação da vista notável" da Igreja Matriz pelo outro lado do rio, foi traçado no mapa um plano geométrico definido pelos limites do edifício tombado e da margem do rio, como sendo a "área à frente da igreja que influencia a vista a partir do Bairro Lachez", conforme o mapa a seguir, também apresentado na Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE.

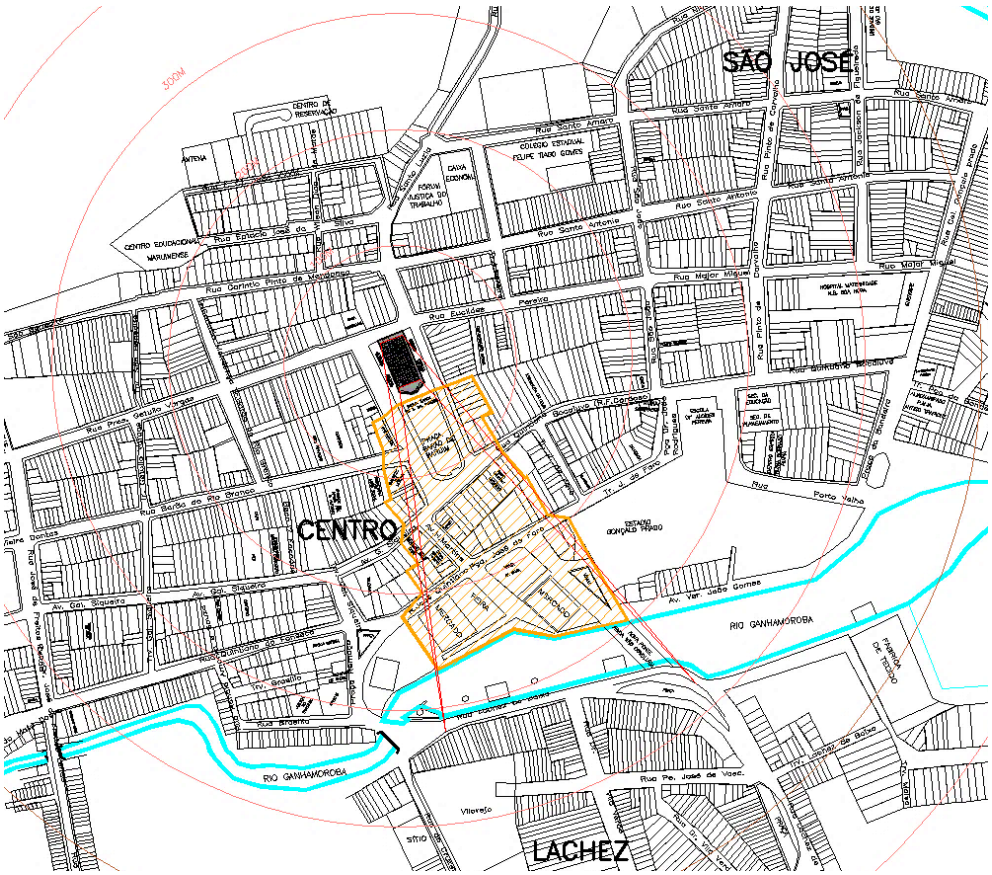


Figura 7 - Mapa apresentado na Informação Técnica com hachura amarela indicando a área que influencia a vista notável da Igreja a partir do Bairro Lachez.
Fonte: Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE.

Assim, a partir desse plano demarcado pela visibilidade do bem, a Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE mostra que foram identificados no traçado urbano correspondente os elementos que “abrangem a relação histórica entre a Igreja Matriz e o Rio Ganhamoroba”, com os quais se definiu, para o entorno, que “a delimitação dessa área incide sobre a quadra entre a Praça Barão de Maruim e o Rio Ganhamoroba, bem como toda a área da feira e dos mercados e parte das edificações da citada praça”.

Em seguida, a Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE relata a atenção do referido estudo de visibilidade para a “questão das interferências de pano de fundo”. Neste sentido, ao analisar a presença de estruturas elevadas na paisagem aos fundos da igreja, e a possibilidade da “vista notável” do bem ser prejudicada por volumes indesejáveis em seu pano de fundo, foi proposto o exercício de traçar no mapa “um círculo de trezentos metros de raio, com centro no ponto de intersecções das diagonais da forma retangular da igreja em planta baixa”.



Figura 8 - Mapa apresentado na Informação Técnica indicando área de proteção do pano de fundo (em vermelho), definida pelo raio de 300 metros a partir da igreja.
Fonte: Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE.

Contudo, a proposta do raio de proteção trouxe outras questões a serem consideradas no estudo, como a inclusão de “trechos irrelevantes ao sul e ao norte da área da Igreja”, e a dificuldade da gestão e fiscalização do sítio decorrente da forma em raio da poligonal. Por fim, a Informação Técnica Nº 12/2013/IPHAN-SE traz como proposta de delimitação de entorno da Igreja Matriz de Maruim (SE) a poligonal apresentada pelo mapa a seguir.

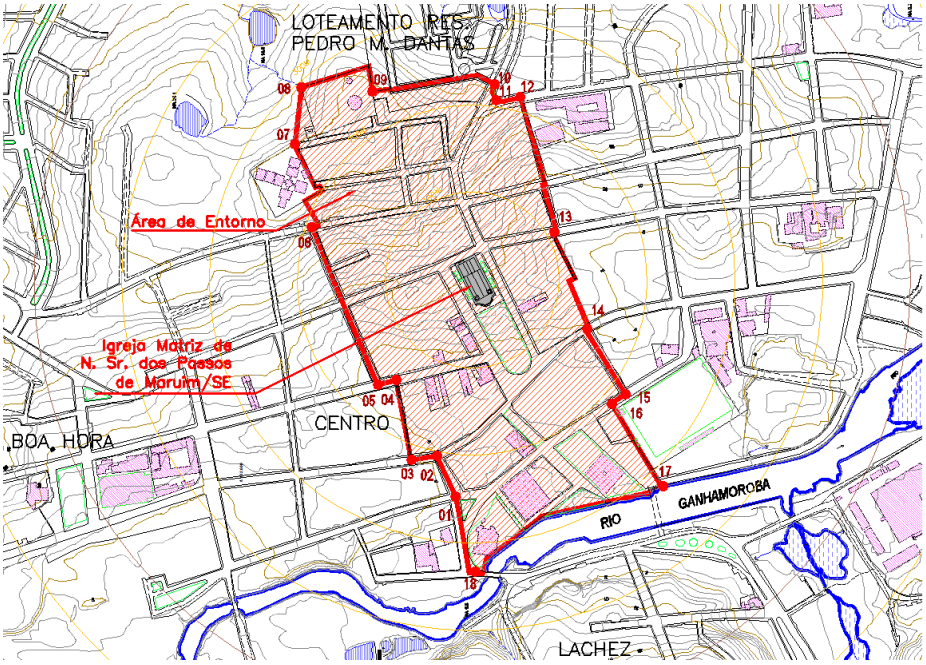


Figura 9 - Mapa de delimitação do entorno da Igreja Matriz de Maruim apresentado pela Informação Técnica.
Fonte: Informação Técnica Nº 12/2013/IPHAN-SE.

Ademais, dentre as "diretrizes e normas de preservação da área de entorno" apresentadas na Informação Técnica Nº12/2013/IPHAN-SE, para além daquelas relacionadas à proteção e controle das "vistas notáveis" do bem, é feita menção ao dever das autoridades locais de manter os espaços em bom estado de conservação. Além disso, foi recomendado à Prefeitura Municipal de Maruim que "proteja as edificações históricas (especialmente as construções do século XIX, do ecletismo e bens expressivos do art-déco na cidade) e os calçamentos antigos de pedra ainda existentes, bem como promova as manifestações, festejos e práticas tradicionais que aconteçam na área de entorno".

Já na Ficha SICG M201 – Pré-setorização/Área de Entorno, documento elaborado por servidores do IPHAN/SE em 2013, mas posteriormente à Informação Técnica Nº 12/2013/IPHAN-SE, a área de entorno proposta à Igreja Matriz de Maruim aparece com alteração em relação ao perímetro anterior, que corresponde à redução da área voltada para a fachada posterior do edifício, destinada a proteger seu pano de fundo. Além disso, a poligonal de entorno aparece dividida em dois setores, denominados "Setor Praça" e "Setor Feira", como mostra o mapa de pré-setorização apresentado na Ficha.



Figura 10 - Mapa de pré-setorização da área de entorno da Igreja Matriz de Maruim, indicada pela poligonal vermelha e dividida em dois setores: setor praça e setor feira.
Fonte: Ficha SICG M201/IPHAN/SE, 2013.

Ao fundamentar a divisão da poligonal de entorno em dois setores, a Ficha de pré-setorização menciona o critério de "apropriação dos espaços urbanos pela população", até então não explorado. Como colocado na Ficha:

> (...) **por conta dos critérios de apropriação dos espaços urbanos pela população** e de elementos da paisagem urbana associados à visibilidade da Igreja Matriz, percebemos duas zonas na área de entorno. A primeira seria formada pela Praça Barão de Maruim e as quadras vizinhas, excluídas aquelas a oeste das ruas General Siqueira e Fausto Cardoso. E a segunda formada pela área da Praça da Feira com seus mercados e quadras vizinha (IPHAN, Ficha SICG M201, 2013, grifo nosso).

Já nas considerações seguintes, ao tratar das condições necessárias para a proteção da ambiência, a Ficha retoma a preocupação com a visibilidade do bem e com a preservação dos elementos do espaço urbano que abrangem as relações históricas. O "critério de apropriação dos espaços urbanos pela população" não é discutido para além da referência feita às "práticas tradicionais de comércio" no setor da feira, conforme exposto no trecho a seguir.

> Ambos os setores contribuem para a preservação da ambiência da Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos se neles não houver construções que disturbem ou impeça a visibilidade do bem tombado e em neles se preservando as características históricas, sejam arquitetônicas, urbanísticas ou paisagísticas, da época de construção da Igreja Matriz ou relacionados à sua história ou evolução. Já o Setor Feira é importante também por ser palco de práticas tradicionais de comércio que estão presentes na cidade desde o seu primórdio (IPHAN, Ficha SICG M201, 2013).

Deste modo, para ambos os setores, as diretrizes principais consideradas foram: “a preservação da visibilidade do bem tombado, a manutenção das edificações e pavimentações históricas, e cuidados para se evitar poluição visual”. Já para o “Setor Feira” foi feita a ressalva de “se considerar a feira como um elemento importante da paisagem urbana próxima ao bem tombado e que também pode ser associado à promoção do Patrimônio Cultural Maruinense e participar de ações de desenvolvimento social sustentável”.

Por fim, no último tópico da Ficha, referente às “premissas gerais sobre planos e normatizações necessárias à preservação do bem”, é mencionada a importância da manutenção das atividades existentes no entorno e da participação da população nas ações referentes à preservação do patrimônio cultural:

> As normas para a preservação da Área de Entorno da Igreja Matriz de Nosso Senhor dos Passos devem focar na proteção da visibilidade do bem tombado juntamente com a manutenção das características históricas do conjunto edificado, do traçado urbano e das **atividades que nele existem, levando em conta a evolução da paisagem urbana e as atuais demandas da sociedade do local. Nesse intuito, busca-se a conciliação de seus anseios e as expectativas da comunidade à preservação dos elementos tradicionais, materiais e imateriais, que devem ser compreendidos como agregadores de valor ao sítio.** Sua valorização deve ser inserida nas políticas urbanas e territoriais praticadas em todas as instâncias governamentais, pretendendo estabelecer um pacto que vise o bem estar da população e a garantia do seu direito à fruição do patrimônio cultural (IPHAN, Ficha SICG M201, 2013, grifo nosso).

Deste modo, a partir destas premissas gerais de preservação apresentadas, colocamos as seguintes questões: quais são essas atividades existentes que integram o bem ao seu entorno? Quais os valores agregados ao sítio a partir dessas práticas sociais? Quais são os espaços onde ocorrem essas manifestações? Quais as atuais demandas da sociedade nos espaços de influência do bem cultural? A definição de entorno proposta contempla essas práticas e valores? Como assegurar o alcance de tais premissas de preservação sem o contato e o diálogo com os atores locais? Como cobrar e incentivar a proteção e a promoção do bem cultural aos poderes municipais sem o reconhecimento dos valores sociais impressos no seu entorno?

Assim, a partir do que foi exposto sobre o trabalho do IPHAN/SE na definição do entorno da Igreja Matriz de Maruim, com base na Informação Técnica Nº 12/2013/IPHAN-SE e na Ficha SICG M201 Pré-Setorização/Área de Entorno, ambas de 2013, nos interessa fazer algumas considerações acerca do olhar técnico direcionado ao bem cultural em questão. Em primeiro lugar, fica nítido o esforço da superintendência de Sergipe em seguir as orientações do DEPAM na revisão da proposta de delimitação inicial, o que pode ser percebido pela comparação entre a primeira poligonal elaborada, limitada à visibilidade imediata do bem, e a poligonal final mais abrangente. No entanto, a noção de ambiência considerada no estudo se limitou aos aspectos visuais e formais da paisagem, pela identificação das vistas notáveis e dos elementos naturais e construídos de destaque no traçado urbano: o rio, a colina onde se implanta

a igreja, a arquitetura dos mercados, as praças e as edificações históricas. Neste sentido, o estudo de entorno desenvolvido não faz associação aos aspectos socioculturais dos espaços de influência do bem tombado. Apesar de ser mencionado o "critério de apropriação dos espaços urbanos pela população", o mesmo não foi explorado no sentido de investigar as formas de apropriação popular nestes espaços, os usos, as manifestações religiosas e culturais relacionadas ao bem. Tal critério ficou restrito à identificação da feira municipal como "elemento importante da paisagem urbana próxima ao bem tombado" (IPHAN, Ficha SICG M201, 2013). Apesar da nomeação dos setores – setor praça e setor feira – remeter ao uso público, esta dimensão social e intangível do espaço urbano não foi apresentada na descrição dos setores.

A premissa expressa na Ficha SICG de levar em conta as atuais demandas e as expectativas da comunidade em relação à preservação do patrimônio cultural, para se concretizar, poderia ter sido desenvolvida como parâmetro norteador da delimitação do entorno junto ao aspecto da visibilidade. O conhecimento das práticas que envolvem o bem é fundamental para o reconhecimento dos espaços que o integram, dando assim as bases para uma delimitação de entorno que compreenda esses valores e garanta uma atuação efetiva dos órgãos do patrimônio, tanto na proteção dos espaços e de seus acessos quanto na promoção de suas manifestações culturais.

1.3.2 A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro, em Tomar do Geru

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro, em Tomar do Geru, foi tombada pelo IPHAN através do Processo n. 291-T-41, de 1943, e inscrita nos Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes. No dia 29/06/2016 foi feita uma vistoria técnica do IPHAN/SE no município de Tomar do Geru, motivada por denúncia de obra de reforma no entorno imediato ao bem tombado, na qual estiveram presentes a arquiteta da divisão técnica Tatiana Costa e a arqueóloga da divisão técnica Miriam Cazzetta[12]. No ato da vistoria foram emitidos dois termos de embargo pela irregularidade de início de execução de obra nas imediações do bem tombado sem prévia análise e aprovação do IPHAN. Além disso, foi feito um registro fotográfico a fim

[12] A autora, enquanto aluna-bolsista do PEP/MP na superintendência do IPHAN/SE, acompanhou a vistoria técnica e, posteriormente, desenvolveu junto à arqueóloga Mirian Cazzeta e a arquiteta Tatiana Costa, o Produto das Práticas Supervisionadas intitulado "Mapeamento e elaboração das Fichas de Cadastro de Bens para pesquisa da área de potencial histórico e arqueológico no entorno do bem tombado de Tomar do Geru".

de documentar a situação do contexto atual de ocupação, que apresenta imóveis com fachadas descaracterizadas, pavimentos superiores e, ainda, a presença de duas construções particulares na área pública da praça da Igreja Matriz, que se configuram como danos consolidados.



Figura 11 - Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro de Tomar do Geru.
Fonte: Relatório de Viagem Mirian Cazzetta, IPHAN/SE, 2016.

Na ocasião, através do Relatório de Viagem apresentado à superintendência, a arqueóloga Miriam Cazzeta recomendou "iniciar um estudo para definição do perímetro da área de potencial arqueológico, de forma integrada à definição da área de proteção do entorno do bem tombado". Acerca dos valores culturais do sítio de implantação da igreja tombada, que se configura como antigo aldeamento religioso, Miriam Cazzeta trouxe no Relatório de Viagem a contextualização histórica do bem protegido, informando que

> quando as missões religiosas ambulantes no final do século XVI foram gradativamente substituídas pelas missões aldeamentos, os jesuítas (O Superior da Ordem na localidade, Pe. Luiz Maniami, e padres João de Barros, João Baptista, João Matheus de Falleto e o Irmão Manoel de Sampaio) assumiram a direção espiritual da Aldeia de Geru no decorrer do século XVII (1683-1758), fundando a Missão de Nossa Senhora do Socorro entre os índios, cuja igreja foi erguida em 1688 (CAZZETTA, Relatório de Viagem, IPHAN,2016).

Assim, entre as considerações apresentadas no Relatório de Viagem em questão, a arqueóloga colocou que,

> Pela narrativa historiográfica sobre Tomar do Geru, considera-se, para além da sede do município, área de alto potencial arqueológico, apresentando grandes possibilidades de se desenvolver um estudo no âmbito da arqueologia urbana e pública, com vistas a valoração e diagnóstico do potencial arqueológico em relação ao uso e ocupação do solo estabelecido ao longo do tempo histórico (CAZZETTA, Relatório de Viagem, IPHAN,2016).

Ainda no Relatório de Viagem, a arqueóloga Miriam Cazzetta sugeriu, para o estudo proposto, "quatro aspectos para servirem de ponto de partida de uma investigação na região", entre eles:

> 1. O histórico, com atenção para a toponímia;
> 2. O geográfico, tanto no âmbito da fisionomia (geomorfologia, hidrografia, cobertura vegetal) como das características do subsolo (pedologia e geologia);
> 3. O perceptivo, dos moradores e gestores públicos sobre a cidade e a região de entorno, e a rede de relações estabelecidas entre os grupos organizados; e,
> 4. O valorado, a partir do conhecimento produzido sobre o patrimônio cultural e ambiental do Município, com o arrolamento das ações executadas e planejadas para administrar o patrimônio existente (CAZZETTA, Relatório de Viagem, IPHAN,2016).

Além disso, o documento apresentado pela arqueóloga à superintendência já apresentou importantes fontes de conhecimento sobre os aspectos sugeridos como ponto de partida para a pesquisa, como exemplo a descrição das práticas culturais do município:

> No quesito sobre o conhecimento produzido acerca do patrimônio cultural e ambiental do Município, o material arrolado de forma expedita indica: Dança de São Gonçalo, dança de São João e Bumba-Meu-Boi; Semana Santa e a Sexta feira da Paixão com a Procissão dos Homens e Penitentes; Festa do Carro de Bois (final de agosto); Festa da padroeira (8 de agosto) (CAZZETTA, Relatório de Viagem, IPHAN,2016).

Desta forma, ao indicar como um dos aspectos iniciais da pesquisa o "perceptivo, dos moradores e gestores públicos sobre a cidade e a região de entorno, e a rede de relações estabelecidas entre os grupos organizados", a proposta de estudo apresentada pela arqueóloga Mirian Cazzeta considera a participação social e a apreensão dos sentidos atribuídos pelos grupos locais ao patrimônio cultural, se apropriando do princípio do patrimônio – já constituído como tal – como referência cultural, e se aproximando do sentido de entorno proposto pela Declaração de Xi'an. Além disso, a proposta evidencia a necessidade de um trabalho multidisciplinar, proporcionando o diálogo entre os campos da arqueologia, da arquitetura, do urbanismo, da história e da sociologia na definição da área de influência cultural que compreende o entorno do bem tombado. Por fim, a delimitação pretendida, abrangendo elementos capazes de informar sobre a história e cultura local, pode contribuir para a construção de processos identitários que venham a favorecer o entendimento da população acerca das ações de preservação.

1.3.3 A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Nossa Senhora do Socorro

A Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no município de Nossa Senhora do Socorro, foi tombada pelo IPHAN em 1943. A igreja do século XVIII, que marca a passagem dos jesuítas em Sergipe, apresenta a data de 1714 inscrita na soleira da sacristia.

O largo da igreja tombada e seu entorno imediato sofreram significativas transformações no decorrer do processo de crescimento urbano, principalmente em relação à abertura de ruas e avenidas em frente ao bem, que romperam a relação do edifício religioso com seu adro. Assim,

o que seria a praça frontal da igreja matriz se reduziu a uma rotatória que orienta o trânsito das ruas. Os registros fotográficos históricos e atuais apresentados a seguir demonstram as transformações urbanas na área envoltória do bem tombado.



Figura 12 - Vila de Nossa Senhora do Socorro. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro à esquerda.
Fonte: Acervo do IBGE, s/d.



Figura 13 - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, apresentando o cruzeiro, ainda sem a escadaria.
Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Sessão Rio de Janeiro, 1976.



Figura 14 - Vista aérea de Nossa Senhora do Socorro indicando a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.
Fonte: Google Earth.



Figura 15 - Vista aérea da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, 2017.
Fonte: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Socorro.



Figura 16 - Vista da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.
Fonte: Google Earth.

Além da Igreja Matriz, o núcleo inicial de Nossa Senhora do Socorro também apresenta a capela histórica de Nossa Senhora do Amparo, co-padroeira da cidade. A frente da capela do Amparo, indicada como Praça Antônio Carlos Valadares, que configuraria um grande largo até a igreja matriz, foi ocupada por ruas asfaltadas e áreas de estacionamento, com estreitas calçadas e canteiro central, que não favorecem o uso público e a circulação de pedestres. Além disso, foi implantada uma quadra esportiva no centro das vias, sem calçadas laterais, como mostram as imagens a seguir.



Figura 17 - Vista da Igreja Matriz e da Capela de Nossa Senhora do Amparo, do município de Nossa Senhora do Socorro.
Fonte: Google Earth.



Figura 18 - Vistas da Capela de Nossa Senhora do Amparo, Município de Nossa Senhora do Socorro.
Fonte: Google Earth.



Figura 19 - Vista da quadra esportiva com a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro ao fundo.
Fonte: Google Earth.

Desta forma, o caso de Nossa Senhora do Socorro evidencia a necessidade dos estudos de delimitação de entorno dos bens tombados para o controle e orientação das transformações urbanas pelos órgãos responsáveis, protegendo os espaços de influência dos bens de forma que as mudanças decorrentes do crescimento urbano não prejudiquem, mas favoreçam, os usos públicos e as práticas culturais.

Em relação às práticas culturais e religiosas do município, destaca-se a festa da padroeira Nossa Senhora do Socorro, comemorada no dia 2 de fevereiro. O dia da padroeira é celebrado pela igreja católica com novenas, missas e procissões, e por grupos religiosos de matriz africana que fazem o cortejo e o ritual de lavagem das escadarias da Igreja Matriz em homenagem à Iemanjá, simbolizada pela imagem de Nossa Senhora do Socorro no sincretismo religioso. A lavagem das escadarias acontece a cerca de seis anos e, a partir de então, segundo os participantes, o evento cresceu e a festa da padroeira ficou conhecida no Estado de Sergipe pela demonstração da diversidade cultural e religiosa.

1.3.4 A Igreja Matriz de Nossa Senhora Divina Pastora, em Divina Pastora

A Igreja Matriz de Nossa Senhora Divina Pastora (SE), que tem em sua fachada principal a inscrição da data de 1782, foi tombada pelo IPHAN em 1943. Este bem tombado é responsável por uma das maiores manifestações religiosas do Estado de Sergipe: a peregrinação ao Santuário de Nossa Senhora Divina Pastora. Todos os anos a cidade é preparada para receber os milhares de fiéis durante a peregrinação, que percorre cerca de 10 km entre os municípios de Riachuelo e Divina Pastora. Iniciada no ano de 1958, a Peregrinação ao Santuário de Divina Pastora foi reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial de Sergipe, por meio do Decreto Lei nº 28.884 de 2014, "referendada que foi pela fé e pela força social em seu entorno e na figura de um agente religioso, o Arcebispo Dom Luciano José Cabral Duarte" (SANTOS, 2016, p.33). Conforme exposto por Santos (2016), sobre a história da peregrinação,

> A propósito de uma Igreja Católica que pretende ser hoje uma Igreja que caminha, que se desinstala, a relação entre a instituição, a sociedade e a universidade encontrou eco em Padre Luciano e se reinventa hoje no universo da Pastoral Universitária. Nunca é demais lembrar que foi num ambiente universitário, a JUC, de matriz apostolar, que se deu a Peregrinação a Divina Pastora. A busca por um Cristianismo autêntico impulsionou aqueles jovens, pelos idos de 1958, sob a liderança do Padre, a saírem em missão. Eles viveram uma "fraternidade cristã" no meio universitário e mesmo ao nível da política estudantil que ressoou no tempo e nas diversas categorias sociais, descolando daquele ambiente e alcançando patamares identitários e de pertencimento, patrimonializando-se, para além dos decretos governamentais, mas na vivência, no aceite e na guarida de seus devotos e não devotos (SANTOS, 2016, p. 42).

Com isso, a área urbana envoltória à igreja tombada de Divina Pastora, por onde a peregrinação se direciona, é constantemente qualificada por intervenções públicas que visam a valorização desta manifestação religiosa. Melhorias como iluminação, pavimentação e arborização das vias públicas ilustram a qualificação destes espaços pela prática religiosa. Sobre a obra de iluminação do trecho da rodovia por onde passa a peregrinação, atendendo à reivindicação dos fiéis, a Agência Sergipe de Notícias (2014) deu as seguintes informações:

> Todo o trajeto do "Caminho dos Peregrinos" que agora leva o nome do padre Raimundo Cruz, um dos responsáveis pela revitalização da tradição, recebeu a intervenção que contou com um investimento de R$ 920,6 mil, iluminando a rodovia SE-160, desde a rótula de acesso à cidade de Malhador, até a entrada principal de Divina Pastora. Ao longo dos oito quilômetros de extensão da via, foram implantados 240 postes em concreto, 13 transformadores trifásicos, 13 pára-raios, 227 luminárias e 227 lâmpadas de vapor de sódio (Agência Sergipe de Notícias, <agencia.se.gov.br>, 2014).

Além disso, todo o caminho que compreende a entrada da cidade de Divina Pastora, a Praça do Cruzeiro – um dos pontos de parada da peregrinação –, e a Praça da Igreja Matriz – onde os romeiros se concentram –, foi beneficiado com a sombra proporcionada pela plantação de árvores, como pode ser observado nas imagens seguintes. Desta forma, em Divina Pastora

podemos observar que o agenciamento urbanístico do caminho da peregrinação é culturalmente realizado pelo princípio de valorização das práticas tradicionais relacionadas ao bem tombado.

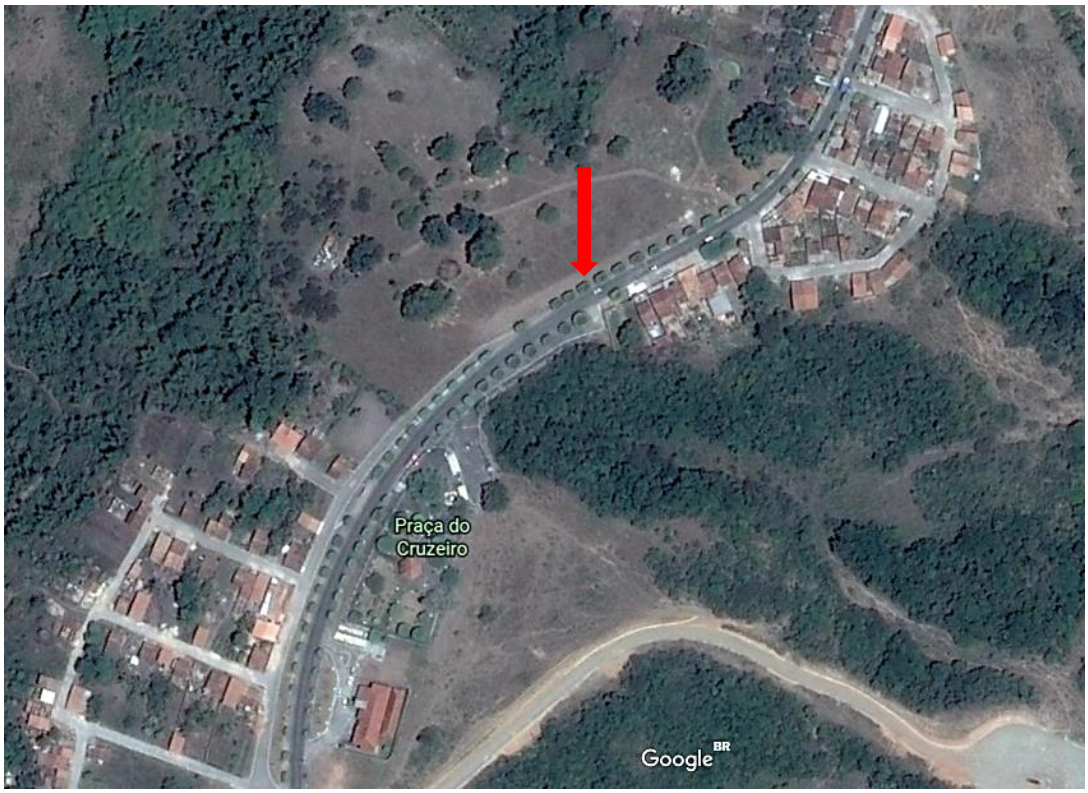


Figura 20 - Vista aérea de Divina Pastora com seta vermelha indicando o caminho de acesso à Igreja Matriz pela entrada da cidade, observando a copa das arvores plantadas em todo o percurso.
Fonte: Google Earth.



Figura 21 - Vista aérea da praça da Igreja Matriz durante a Peregrinação ao Santuário de Divina Pastora, s/d.
Fonte: Prefeitura Municipal de Divina Pastora.

1.3.5 A Igreja Matriz de Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas

A Igreja Matriz de Santo Amaro datada de 1728, que se tornou o estudo de caso da presente dissertação, foi tombada pelo IPHAN na década de 1943. A praça da Igreja Matriz, que se configura em duas porções laterais e uma frontal ao edifício, já passou por diversas alterações no decorrer do processo de urbanização do sítio, como pode ser observado pelos registros fotográficos da instituição federal e de moradores locais. As principais mudanças correspondem à demolição do cruzeiro, à abertura da rua em frente ao bem tombado cortando a praça, ao desenho dos canteiros, à retirada da vegetação e à instalação de novos equipamentos, como mostram as fotos a seguir.

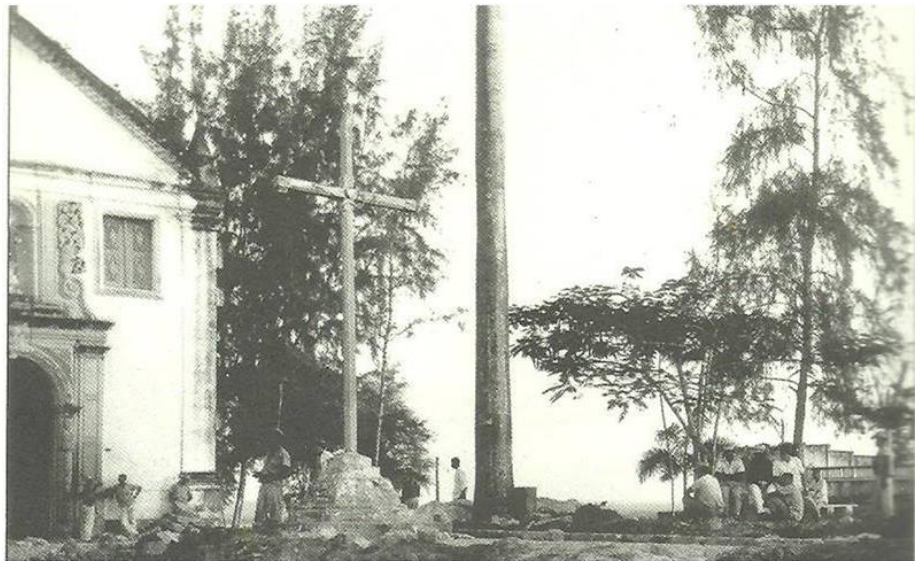


Figura 22 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas ainda com o cruzeiro a frente do edifício.
Fonte: arquivo pessoal Gilvan de Jesus Santos, s/d.



Figura 23 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas em 1968.
Fonte: Arquivo Superintendência do IPHAN na Bahia.



Figura 24 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas em 1979.
Fonte: Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro.



Figura 25 - Vista aérea da praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas, 2016.
Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas.



Figura 26 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas.
Fonte: a autora (2016)



Figura 27 - Praça da Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas.
Fonte: a autora (2016).

A praça concentra diversas atividades praticadas por grupos ligados à igreja, às escolas e aos movimentos socioculturais do município, como eventos de datas comemorativas, manifestações religiosas e festejos folclóricos, conforme será visto no terceiro capítulo. Neste contexto, a lateral esquerda da igreja, única porção da praça sem urbanização, mesmo descampada é constantemente apropriada pelas práticas sociais locais. Dentre essas práticas, o terreno é usado para celebrações cristãs tradicionais como as apresentações natalinas e da Semana Santa, quando acontece a encenação da Paixão de Cristo. Por outro lado, é frequente a ocorrência de usos indevidos que desconsideram o caráter público da área, como o

estacionamento de carros, ônibus escolares e caminhões no interior do terreno, a estocagem de materiais de construção civil ou a invasão de veículos desrespeitando os limites da faixa de rodagem.

A ausência de urbanização na lateral da igreja decorre do histórico de vestígios construtivos adjacentes ao bem tombado, o que torna necessário o estudo arqueológico do local antes de qualquer nova intervenção. Apesar do valor arqueológico ainda não explorado e de se tratar do entorno imediato do bem tombado, foi iniciada, em 2014, uma obra de urbanização do terreno da praça sem prévia autorização do IPHAN, da mesma forma que ocorreu nos anos anteriores em frente à igreja. Contudo, diferentemente da ocasião anterior, quando os danos foram consolidados, neste momento a atuação do IPHAN/SE teve a contribuição de moradores locais que fizeram a denúncia ao instituto federal logo no início da obra.

No dia 19/09/2014, após receber a denúncia da obra iniciada na lateral do bem tombado, os técnicos do IPHAN/SE visitaram o local e emitiram o Termo de Embargo à Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas, pela irregularidade de "início de execução de obra sem prévia análise e aprovação do IPHAN", já apresentando "delimitação do canteiro de obras, colocação de placas, remoção do meio fio e armazenamento de materiais". Como resposta, a secretaria de obras da prefeitura do município informou que a obra da praça estaria sendo viabilizada através da SEDURB (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano de Sergipe), e por isso todos os recursos e projetos seriam de responsabilidade da mesma. Em seguida, a superintendência encaminhou à SEDURB o Termo de Embargo nº 17202 e a Notificação para Apresentação de Documento nº 23304.

Após o encaminhamento do projeto pela SEDURB, o núcleo de arquitetura da Divisão Técnica do IPHAN/SE emitiu o parecer técnico nº 153/2014 desaprovando a proposta de intervenção. O projeto, que continha equipamentos de ginástica, equipamentos infantis, pergolados e bancos distribuídos na praça lateral do bem tombado, foi apresentado no memorial descritivo da secretaria estadual conforme o trecho a seguir:

> O projeto da Praça será constituído de pavimentação, 2 bancos sem encosto, 4 bancos e mesas com tabuleiros, 2 pergolados, 10 bancos padrões SEDURB, 16 equipamentos de ginástica, 7 equipamentos infantis, 20 luminárias para praça e marco inaugural. O objetivo principal desta proposta visa em criar espaço interativo para ambas às idades, visando ampliar programas de recreação infantil além de educação física para jovens e idosos da cidade. A distribuição do espaço foi visado no planejamento de criação de áreas verdes para geração de sombra (SEDURB, 2014).

Desta forma, as considerações do parecer técnico nº 153/2014 destacaram a questão do acúmulo de elementos na paisagem comprometendo o caráter estético e o caráter histórico do bem tombado, os quais, segundo a análise, devem ser entendidos como parâmetros para as diretrizes de intervenção em áreas de entorno de bens tombados. Conforme exposto no parecer,

> Com base nos aspectos destacados que embasam esta análise, verificamos que a proposta deverá ser revista, adequando a mesma para um uso de caráter contemplativo na praça, evitando instalação de novos equipamentos urbanos. Verificamos que no espaço urbano existente em frente à igreja, entorno imediato do Bem Tombado, foram feitas já reformas e instalações de vários equipamentos, sem prévia autorização do IPHAN, resultando já em acúmulo excessivo de novos elementos na paisagem. Portanto, para evitar aumento significativo de informações perceptivas no entorno, minimizando o impacto já existente, a proposta deverá se pautar na colocação de canteiros, vegetação, bancos, pergolado, mesas e bancos, lixeiras, iluminação adequada e garantir acessibilidade segundo a legislação que rege sobre o assunto. No que diz respeito à instância histórica, verificamos que a intervenção já sofrida no terreno lateral à igreja acarretou dano irreversível às ruínas das fundações pré-existentes, tendo as mesmas sofrido demolição para nivelamento do terreno (Parecer Técnico nº 153/2014, IPHAN/SE).

Em seguida, no dia 24/10/2014, a superintendência do IPHAN/SE encaminhou à SEDURB o Ofício nº 526/2014, informando a desaprovação da proposta de intervenção na Praça da Matriz, e o Ofício nº 527/2014, referente ao patrimônio arqueológico afetado pela obra de urbanização iniciada. O Ofício nº 527/2014 relatou que apesar da obra ter sido interrompida após a emissão do Termo de Embargo, o núcleo de arqueologia da Divisão Técnica verificou os seguintes impactos em relação ao patrimônio arqueológico: "instalação de placas publicitárias, o que promoveu intervenção no subsolo; cercamento da obra, o que promoveu intervenção intrusiva das estacas no subsolo; escavação para instalação de fundações; estocagem de materiais construtivos, o que promoveu a raspagem de camadas superficiais do terreno e demolição de estruturas arqueológicas". Diante disso, a Divisão Técnica recomendou ações mitigatórias e compensatórias à SEDURB, propondo como orientação das medidas compensatórias a elaboração de "estudos arqueológicos para diagnosticar o potencial arqueológico da área diretamente afetada por essa obra". Conforme comunicado pelo ofício,

> Diante da situação e certos de que a continuidade do empreendimento coloca o patrimônio arqueológico em risco por causa da falta dos estudos arqueológicos prévios, a Divisão Técnica desta Superintendência recomendou, em atendimento à legislação pertinente, ações mitigatórias e ações compensatórias. Com relação às primeiras, o embargo da obra deverá ser mantido, até que sejam realizadas as pesquisas arqueológicas, tal como se descreve no anexo a este ofício. A negociação das ações compensatórias aos impactos causados ao patrimônio arqueológico, deverá ser feita em reunião a ser posteriormente convocada, entre o IPHAN e a SEDURB, para a pactuação de um Termo de Ajustamento de Conduta (Oficio 527, IPHAN/SE, 2014).

Já no ano seguinte, com a mudança do superintendente do IPHAN em Sergipe, o processo permaneceu parado até 10/07/2015, quando o núcleo de arqueologia da Divisão Técnica realizou nova vistoria para identificar a situação da área, concluindo por manter a sugestão de pactuação do Termo de Ajustamento de Conduta. No entanto, o superintendente em exercício trouxe um entendimento contrário ao parecer, decidindo por "não acatar a recomendação da Divisão Técnica de se cobrar compensações do órgão estadual". Na análise do processo, dentre os registros pontuados, o superintendente considerou que,

> b) O local das praças ao redor dessa Igreja não é cadastrado como sítio arqueológico, conforme prevê a Lei nº. 3.924/1961, havendo, a princípio, apenas as limitações decorrentes de ser entorno de bem tombado, que **impõem a preservação da visibilidade do monumento tombado** (Grifo nosso).
>
> d) O processo registra que a extinta SEDURB acatou à época todas as determinações do IPHAN. Ela parou a obra assim que recebeu o embargo e apresentou o projeto, que não foi aprovado posteriormente pelo IPHAN com base em **parecer que considerou principalmente a apreciação estética do local, entendendo-o como de caráter contemplativo (argumento passível de críticas) e de proteção da visibilidade da igreja (justificativa legítima), para rejeitar o projeto.** Desde então, a obra foi suspensa e desmobilizada, não havendo mais nada no local. A nosso ver, enquanto arquiteto, entendemos que a obra mal tinha iniciado e parou conforme exposto ao longo dos autos e como atesta o fiscal à fl. 70 (Parecer Final, Proc. 01504.001523/2014-79, Grifo nosso).

Por fim, no que se refere às diretrizes de intervenção no entorno do bem tombado, nos interessa considerar que, apesar das divergências conceituais observadas no processo – ora pautadas em aspectos históricos e estéticos da paisagem, ora pautadas em interpretações literais dos termos "visibilidade" e "vizinhança" expostos no Artigo 18 do Decreto-Lei 25/1937 –, as análises não ponderaram sobre o aspecto das práticas sociais que se instalam naquele espaço. São evidentes os benefícios proporcionados às comunidades por projetos de urbanização como o proposto pela SEDURB, principalmente em realidades urbanas como a de Santo Amaro das Brotas, onde muitos espaços públicos se encontram abandonados e desprovidos de urbanização. No entanto, o que se questiona é o espaço escolhido para o referente projeto, por se tratar do entorno imediato da igreja tombada, que compreende o núcleo religioso e histórico do município, e por isso uma área de grande valor cultural para a comunidade. Neste sentido, além dos aspectos visuais, estéticos e históricos considerados nas análises de entorno apresentadas, o aspecto das práticas sociais se mostra necessário uma vez que o desenho arquitetônico proposto para a praça lateral do bem tombado – preenchido por equipamentos de ginástica e outros –, inviabilizaria os usos tradicionais e a apropriação do espaço pelas práticas religiosas e culturais, prejudicando assim os valores existentes. Desta forma, entende-se que o desenho arquitetônico e urbanístico a ser proposto para a área, ao serem desenvolvidos os devidos estudos arqueológicos, deve favorecer o conjunto de práticas sociais comuns a esse espaço de entorno do bem tombado.

1.4 Considerações acerca de nova abordagem ao entorno dos bens tombados

Os casos acompanhados em Sergipe evidenciaram os problemas decorrentes da ausência de estudos de delimitação e proteção das áreas de entorno dos bens individualmente tombados. Além disso, elucidaram os limites da abordagem tradicional de entorno do IPHAN na proteção dos bens religiosos como referências culturais dos grupos locais, demonstrando assim a

importância do tema e de sua evolução a partir das concepções patrimoniais atuais. Neste sentido, os casos apresentados ressaltaram a necessidade de uma nova abordagem ao estudo de delimitação do entorno, de forma a incluir os sujeitos e suas práticas na identificação dos contextos espaciais que integram os bens tombados. Em especial, o caso da Igreja Matriz de Divina Pastora trouxe um importante exemplo de como a área urbana que compreende o entorno do bem tombado é qualificada pelas manifestações culturais a ele relacionadas. Desta forma, as práticas sociais que envolvem o bem protegido são entendidas como elementos qualificadores do entorno, sendo este o espaço responsável pela reprodução de seus valores e sentidos.

Diante dos valores nacionais que determinaram a proteção deste patrimônio material em períodos anteriores, foi verificado o potencial desses bens tombados como referências de identidade local, de forma que, ao atrair manifestações a eles relacionadas, são ressignificados pelos grupos que deles se apropriam no contexto atual, atribuindo-lhes novos sentidos e valores. Deste modo, a fim de buscar a proteção dos bens individualmente tombados como referências culturais – não apenas da nacionalidade, conforme valorizado pelo IPHAN em outros tempos – , propõe-se trabalhar as qualidades das áreas envoltórias a partir dos usos a eles relacionados e de sua apropriação pelos sujeitos locais, para então se pensar nos parâmetros da materialidade que atendam a essas práticas. Esta nova abordagem proposta, que traz uma compreensão do entorno em concordância com as novas concepções patrimoniais – as quais defendem a preservação dos bens culturais em suas dimensões materiais e imateriais, sendo as últimas vinculadas aos valores socialmente atribuídos através dos usos –, encontra suporte na Declaração de Xi'an (2005). Como foi visto, ao propor um olhar multidisciplinar sobre o entorno, considerando sua interação com aspectos do patrimônio cultural intangível, como práticas sociais e espirituais, atividades e conhecimentos tradicionais, a Declaração de Xi'an defende que a definição do entorno "trata-se de um processo que deve considerar múltiplos fatores, inclusive a experiência de aproximação ao sítio e ao próprio bem cultural". Conforme exposto pela Declaração sobre o exercício de apreciação do entorno,

> Incluir o entorno nesta compreensão demanda uma abordagem multidisciplinar e a utilização de diversas fontes de informação. Tais fontes incluem acervos documentais e arquivos, descrições artísticas e científicas, histórias orais e conhecimentos tradicionais, as opiniões das comunidades locais e daquelas relacionadas ao bem, assim como uma análise das perspectivas visuais. As tradições culturais, os rituais, as práticas espirituais e os conceitos, assim como a história, a topografia, os valores do meio natural, os usos e outros fatores contribuem para criar o conjunto de valores e dimensões tangíveis e intangíveis do entorno. A definição do entorno deve conjugar harmoniosamente seu caráter, seus valores e sua relação com o bem cultural (Xi'an, 2005).

Assim, esse conjunto de aspectos da relação entre o bem cultural e seu entorno será considerado no estudo dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas, a fim de identificar os

espaços que contribuem para a apreensão dos bens como referências culturais para os grupos locais, e refletir acerca da qualificação dessas áreas urbanas a partir de seus usos. Para isso, a abordagem proposta parte do aspecto das práticas sociais e da busca pela identificação dos sujeitos da atribuição de valor aos bens culturais. Desta forma, o exercício de delimitação de entorno a ser desenvolvido nos capítulos seguintes tem como objetivo contribuir para o processo de revisão da prática institucional que se mostrou necessária.

2. SANTO AMARO DAS BROTAS: CAMPO DE ESTUDO SOBRE O ENTORNO

Nesse capítulo será apresentada a cidade de Santo Amaro das Brotas, escolhida como campo de estudo para a nova abordagem proposta ao entorno dos bens tombados. Para isso, serão expostos os aspectos que motivaram o aprofundamento da pesquisa a partir do contato com o sítio e do exercício de olhar sobre as práticas sociais que integram os bens religiosos.

O capítulo vai trazer, ainda, aspectos da história de Santo Amaro com o objetivo de contextualizar o processo de formação da vila e do território religioso que compreende as igrejas históricas. A revisão historiográfica também dará parâmetros para pensar sobre o desenvolvimento local e a condição urbana atual do município. Em seguida, será feita uma leitura do território religioso a partir de fontes documentais e das narrativas memoriais apresentadas pelos atores locais, contribuindo para a identificação de valores coletivos e do papel desempenhado pelos bens religiosos a serem considerados no estudo.

2.1 Motivações para o estudo em Santo Amaro das Brotas

O estudo de delimitação do entorno dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas parte da observação dos casos apresentados no capítulo anterior, que elucidam a importância da nova abordagem proposta ao tema. Destacam-se algumas observações como: as novas apropriações dos bens por manifestações de grupos locais; denúncias a respeito de obras, que demonstram o apreço pela preservação dos bens tombados e seus entornos; processos de adensamento urbano; obras de urbanização desconectadas de interesses das populações, assim como obras que atendem à qualificação urbana e interesses das populações, conforme se viu no caso da Peregrinação ao Santuário de Divina Pastora. Considerando isso, o conceito de entorno a ser trabalhado se desprende dos parâmetros exclusivos da materialidade e se fundamenta na narrativa de olhar sobre as práticas sociais, o espaço urbano onde ocorrem, e o território que criam junto aos bens tombados. A partir da compreensão dos valores históricos, culturais e religiosos desse espaço, os parâmetros de atuação sobre o seu suporte físico e territorial serão pensados no intuito de promover a qualificação do entorno dos bens tombados.

Tendo em vista essa concepção ampliada acerca dos entornos, que pressupõe a aproximação ao sítio e o contato com os grupos sociais para os quais os bens tombados se constituem como referências culturais, a escolha pelo aprofundamento em um dos quatro casos

apresentados pela superintendência de Sergipe para serem trabalhados se mostrou necessária diante da abordagem proposta e dos objetivos almejados à discussão dos entornos.

Nesta perspectiva, a escolha por Santo Amaro das Brotas se justifica pela relevância dos aspectos urbanos e culturais identificados a partir do contato com o sítio: a evidente situação de descuido dos espaços públicos; a presença de grupos sociais que se colocam como sujeitos da ação na busca por melhorias urbanas e pelo fortalecimento da cultura local; e a interação da Igreja Matriz com outros dois bens religiosos – uma igreja histórica de antiga irmandade dos negros recuperada da situação de ruína pela própria comunidade, a igreja de São Benedito; e a capela rural de Nossa Senhora da Conceição, tombada pelo IPHAN, e cuja articulação com a Matriz, estabelecida por meio de práticas religiosas tradicionais, se encontra ameaçada diante de interesses conflitantes em sua área envoltória. Assim, a condição de vulnerabilidade dos bens e de negligência do meio urbano correspondente, em paralelo às potencialidades apresentadas pelos grupos e práticas sociais entre os bens culturais, motivaram o trabalho de delimitação de entorno dos bens tombados em Santo Amaro das Brotas.

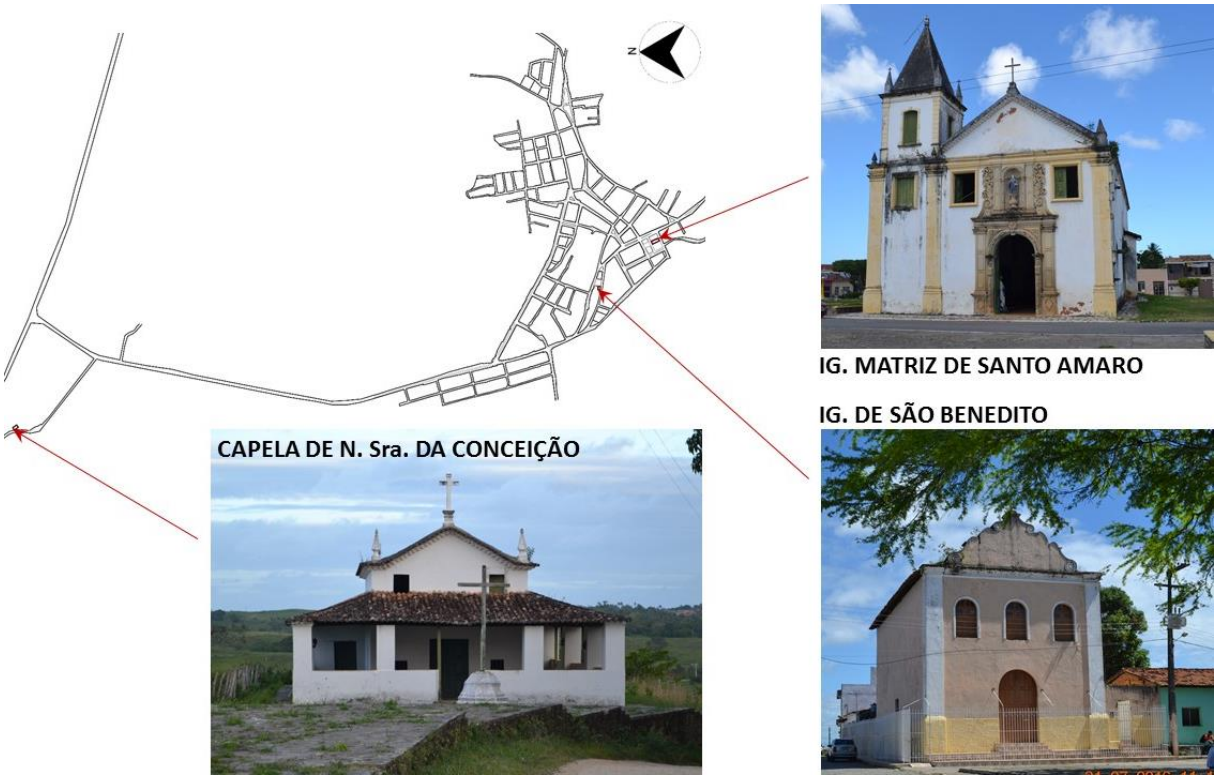


Figura 28 - Mapa de Santo Amaro das Brotas indicando os bens religiosos a serem considerados no estudo de entorno.
Fonte: a autora (2017).

2.2 O Município de Santo Amaro das Brotas

O município de Santo Amaro das Brotas está localizado na microrregião do baixo Cotinguiba, que integra a mesorregião da Cotinguiba, no Leste Sergipano, e inserido entre as bacias hidrográficas dos rios Sergipe e Japaratuba. O acesso viário à sede do município se dá pela rodovia estadual Delmiro Gouveia (SE-240), a partir da rodovia federal Governador Mário Covas (BR-101) ou da rodovia estadual litorânea (SE-100). A distância de Santo Amaro das Brotas à capital Aracaju é de aproximadamente 32 km pela rodovia SE-100, cuja via de ligação se estabeleceu por meio da construção da Ponte Aracaju-Barra dos Coqueiros, concluída em 2006, que facilitou o fluxo de pessoas e mercadorias.

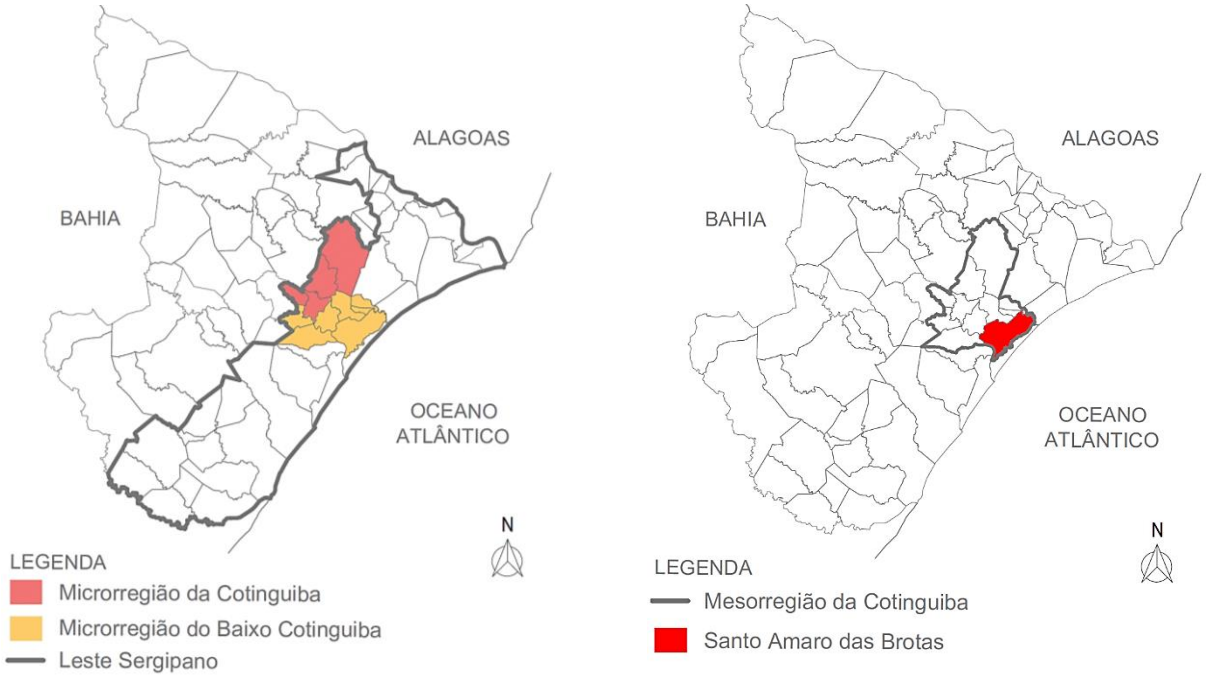


Figura 29 - Mapas do Estado de Sergipe indicando a localização do Município de Santo Amaro das Brotas na Região da Cotinguiba, Leste Sergipano.
Fonte: a autora (2016).



Figura 30 - Mapa do município de Santo Amaro das Brotas indicando os municípios limítrofes e os rios que banham o território. A hachura em vermelho indica a área urbana. As linhas marrons correspondem às estradas principais. Também estão pontuados os povoados mais antigos, entre eles: Flecheiras, Boa Fé, Areias, Aldeia, Sapé.
Fonte: a autora, a partir do "Mapa de pontos d'água" (BONFIM, 2002).

2.3. Formação e desenvolvimento da Vila de Santo Amaro das Brotas

A fim de apresentar a cidade de Santo Amaro das Brotas e buscar compreender sua condição urbana atual, a pesquisa história foi feita por meio da historiografia existente sobre o tema, acessada nos acervos do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, da Universidade Federal de Sergipe, da Biblioteca Pública Epifânio Dória e da Superintendência do IPHAN/SE. Além disso, pesquisas científicas que abrangem a região em questão também trouxeram importantes contribuições à revisão historiográfica feita.

O processo de ocupação das terras de Sergipe pelos portugueses é tratado por historiadores sergipanos como Campos (1972), Nunes (1992) e Freire (1995), que apresentam importantes aspectos da formação de Santo Amaro das Brotas no contexto de colonização do território, iniciado com a criação da Capitania de Sergipe d'El Rey[13] em 1590 e distribuição de sesmarias por Cristóvão de Barros, responsável pela tropa que rendeu os indígenas tupinambás da região. Neste primeiro momento a atividade econômica mais importante de Sergipe foi a pecuária, com extensas produções pastoris que abasteciam os centros vizinhos, como evidencia Risério (2010) ao citar que,

> Num dos capítulos do livro supramencionado, 'Atividades Produtivas', Maria da Glória Santana de Almeida chegou mesmo a escrever: 'A ocupação das terras sergipanas esteve durante o século XVII associada à expansão da cultura canavieira no Recôncavo Baiano. A criação de gado, principal atividade sergipana até fins do século XVIII, satisfaz as necessidades de força motriz, alimentação e transporte dos engenhos da Bahia, principalmente, e de Pernambuco' (RISÉRIO, 2010, p.98,99).

Já no século XVII teve início o cultivo de canaviais e a construção dos primeiros engenhos de açúcar. No entanto, fatores como a invasão holandesa, em 1637, e a resultante destruição da incipiente produção e economia açucareira sergipana, mantiveram a pecuária como principal suporte econômico da província de Sergipe até fins do século XVIII, quando o cultivo da cana começou a prosperar. A região da Cotinguiba foi o principal núcleo produtor de açúcar da província, onde se concentrou a maior quantidade de engenhos graças a uma conjuntura de fatores favoráveis à expansão dos canaviais, como o solo e a presença de importantes rios navegáveis. Sobre as vantagens dessa região para a produção açucareira, que a tornariam a mais próspera da província, Almeida (1976) complementa que,

> Desde os inícios do século XVII, quando o elemento colonizador começou a reivindicar as terras centro-litorâneas do território sergipano, as vantagens que os ricos vales formados pelos rios Cotinguiba, Sergipe e Japaratuba ofereciam à agricultura, em especial à cultura da cana-de-açucar, foram claramente percebidas. Constituído seu solo de ricas terras de massapê, a lavoura canavieira aí se desenvolveria, sem necessidade de constante renovação ou de técnicas que sacrificassem a sua ocupação, por longos períodos. Associava-se a essas vantagens a localização, aí, da melhor via de comunicação de que a Província dispunha, principal meio de escoamento da produção regional - o largo estuário que o Sergipe forma ao lançar suas águas no Atlântico, conhecido como Barra da Cotinguiba (ALMEIDA, 1976, p.511).

A vila do atual município de Santo Amaro das Brotas é a mais antiga da região da Cotinguiba e uma das primeiras da província no início dos setecentos. As terras onde mais tarde seria formada a vila foram doadas a Aires da Rocha, que construiu um curral de gado na região. Segundo pesquisa da Superintendência de Recursos Hídricos – SRH – do Governo de Sergipe,

[13] A capitania de Sergipe d'El Rey foi subordinada à capitania da Bahia até 1820, quando se tornou autônoma por decreto régio de Dom João VI.

o nome de Aires da Rocha consta em documento apresentado ao Conde Maurício de Nassau com a relação dos sesmeiros da capitania de Sergipe em meados de 1642:

> Em 1642 vinte e oito proprietários de terra mantinham, nas margens do rio Sergipe e seus 37 afluentes, os seus currais de gado, de acordo com a relação apresentada por Domingos Cruz Porto Carrero, em exposição entregue ao Conde Maurício de Nassau e Alto Conselho, sobre o povoamento de Sergipe e do rio São Francisco. Embora sem data, a relação está entre os documentos de 1642, dos manuscritos do Instituto Arqueológico de Pernambuco (SERGIPE, 2002).

O sítio de Aires da Rocha foi assim referido na escritura de doação desta porção de terras feita pelo proprietário sucessor, Antônio Martins de Azevedo, para a fundação da vila de Santo Amaro das Brotas:

> E logo pelo dito Antonio Martins de Azevedo foi dito em minha presença e das testemunhas ao diante nomeadas, assinadas, que entre os mais bens de raiz que tem, e possue, do qual he verdadeiro Senhor e Possuidor, e bem assim deste sitio de Ayres da Roxa, de cujos erdeiros os honra ele doador por título de compra, e como de novo se funda nele a dita vila (...).[14]

Ao tomar posse do território, Antônio Martins de Azevedo ocupou as terras à margem do rio Sergipe para a construção de um engenho de açúcar, onde foi instalado o Porto das Redes. Na parte alta da colina conhecida como Sítio Aires da Rocha, de onde se avistava a confluência dos rios Sergipe e Cotinguiba, Martins de Azevedo construiu uma ermida dedicada à Nossa Senhora das Brotas (RIBEIRO, 1945). A citada doação de terras se deu a partir do mandado da Coroa de erigir uma vila no Porto das Redes. A fim de atender a determinação oficial sem prejudicar sua produção no engenho, Martins de Azevedo doou duzentas braças de terras para a criação da vila na colina onde se encontrava a capela (CAMPOS, 1972), a três quilômetros do porto, como consta na escritura de doação de 1701. Este documento também indica que naquele ano já atuava o frei carmelita Sebastião do Nascimento como capelão da capela de Nossa Senhora das Brotas, o qual foi apresentado como testemunha da doação.

Apesar de serem apontadas diferentes datas da elevação da vila pelos autores pesquisados, como o ano de 1697 para Ribeiro (1945) e 1698 para Nunes (1992), é certo que no período posterior à doação das terras em 1701 o processo de ocupação se estabeleceu. Segundo Freire (1995, p. 63),

> A primeira vila criada no século XVIII foi a de Santo Amaro de Brotas, em 1720. Foi resultado do povoamento do rio Cotinguiba e Sergipe. As terras em que está ela edificada pertenceram a Pedro Barbosa Leal, que doou aos padres do Carmo a ermida de N. Sra. Das Brotas, em Santo Amaro. (...). Foi a vila de Santo Amaro a única criada no século XVIII.

[14] A escritura de doação foi transcrita por Roberta Bacellar Orazem e consta em sua tese de doutorado intitulada "Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580 – 1800)". Natal/RN, 2015.

A doação referida por Freire, que também consta em escritura, foi feita em 1721 por Pedro Barbosa Leal e sua mulher Mariana de Espinhoza – na época proprietários do engenho no Porto das Redes e de terras na vila – aos "Religiosos de Nossa Senhora do Carmo". Doaram a capela de Nossa Senhora das Brotas e terras adjacentes, incluindo terreno até a margem do rio Sergipe, como é explicado na escritura:

> E como sua Senhora é possuidora de muitas terras na Vila de Santo Amaro Capitania de Sergipe 'ElRei, onde tem uma ermida de Nossa Senhora das Brotas, cita na Vila de Santo Amaro do Cotinguiba com suas pertensas, assim como eles doadores as possuem as querem doar aos ditos Religiosos doados, para eles, e seus Senhores com duzentas brasas de terra em quadra, na mesma Vila que tem da dita Senhora das Brotas; e além destas lhes doam mais cem brasas principiando no dito sitio da Ermida, e continuando athe o Rio de Sergipe que se terminão.[15]

Desta forma, nos anos seguintes os frades carmelitas edificaram seus espaços religiosos na referida colina, a incluir a atual Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas. Com isso, o traçado urbano inicial foi se delineando em torno dos templos erguidos, nas proximidades da via de acesso ao Porto das Redes, o que hoje corresponde à margem oeste da cidade.

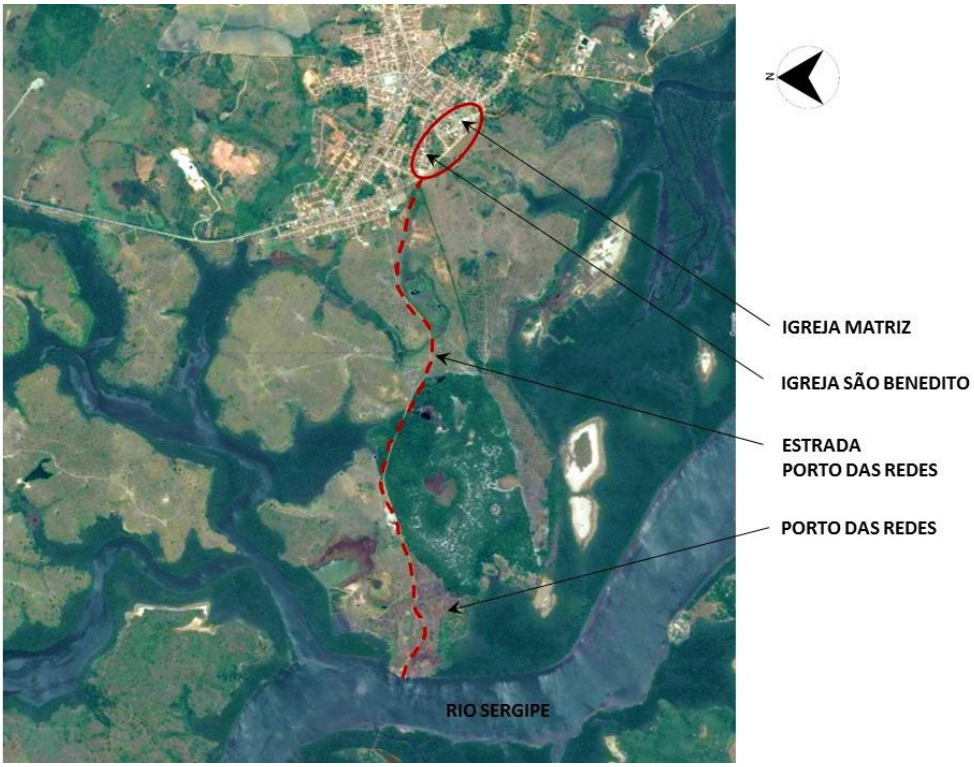


Figura 31 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com indicação, em vermelho, do núcleo urbano inicial da vila. Fonte: a autora (2016).

[15] A escritura de doação foi transcrita por Roberta Bacellar Orazem e consta em sua tese de doutorado intitulada "Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580 – 1800)". Natal/RN, 2015.

A disposição de propriedades rurais circunvizinhas às terras da vila direcionou o crescimento urbano para o norte e leste do núcleo inicial. O mapa a seguir indica algumas das propriedades rurais em torno do perímetro urbano atual, como a Fazenda Pipa, que se limita com o traçado inicial da vila, e a fazenda do antigo engenho Caieira, onde se localiza a capela tombada de Nossa Senhora da Conceição.

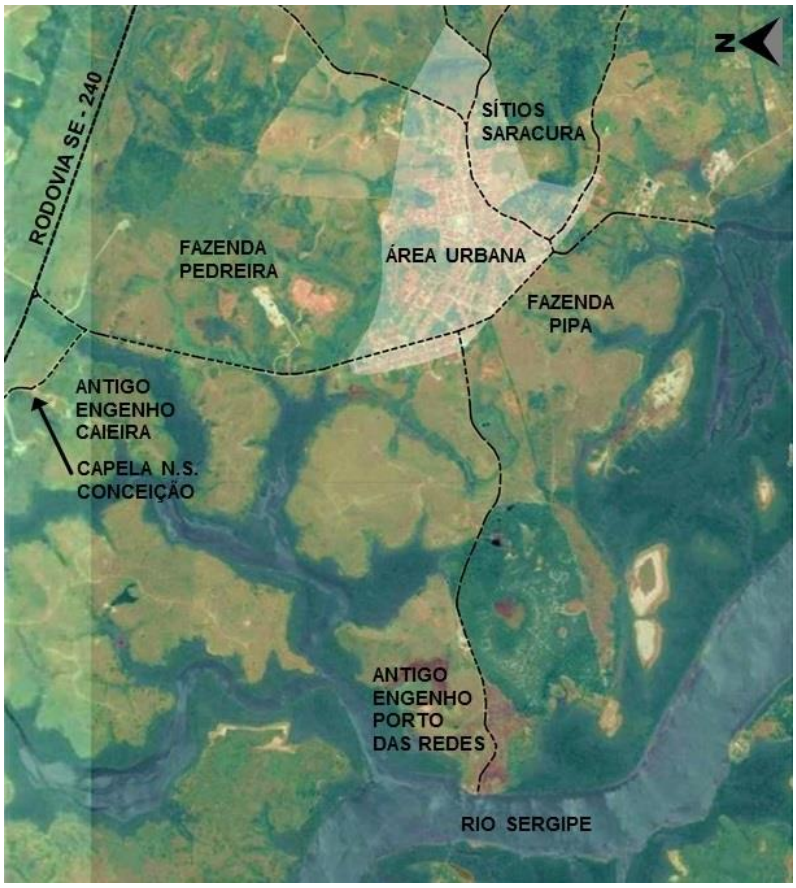


Figura 32 - Vista aérea da área urbana do município de Santo Amaro das Brotas e propriedades rurais vizinhas. Fonte: a autora (2016).

Durante o século XVIII, Santo Amaro se destacou economicamente pela quantidade de engenhos e portos para cabotagem em seu entorno, que propiciavam o fluxo das embarcações portuguesas. Freire (1914) transcreveu um documento elaborado pelas autoridades da vila no qual foram descritos os portos existentes na primeira metade do século:

> Contém no seu redor cinco portos de mar, diariamente frequentados de embarques e desembarques, que vem a ser, Porto das Pedras, Porto dos Cavallos, Porto das Redes, onde ancoram todas as embarcações de Cabotagem, em distância cada um quase meia légua, Porto do Furado e Tiririca, distantes trezentas braças, além do porto do Engenho de Caeira, pouco acima do da Tiririca com um Trapiche de recebimento, e exportação de caixas de açúcar, e o porto da Conceição, que também dista meia légua (FREIRE, 1914, p.190).

Em vista disso, como coloca Freire, “seu recôncavo era de grande importância econômica desde o meado do século” e, com a expansão da produção açucareira, se tornou “o maior centro de produção agrícola da capitania” (FREIRE, 1995, p. 63). Freire (1914) informou ainda que,

> Por muitos anos ela foi a antecâmara da capital que era então em São Cristóvão. Nela morava a elite da aristocracia sergipana, toda ela composta de senhores de engenhos de açúcar localizados nas bacias dos rios que correm na zona açucareira de Maruim, Laranjeiras, Japaratuba e Riachuelo. Nela reuniram-se as mais eminentes figuras da política sergipana e deliberavam o seu programa em face dos administradores, delegados do governo geral (FREIRE, 1914, p.187).

Desta forma, a prosperidade da vila de Santo Amaro das Brotas seguiu até meados do século XIX, quando se daria o aumento do número de engenhos no Vale do Cotinguiba. Figueiredo (1988, p.50), informa que no ano de 1802, Santo Amaro era o município mais populoso, com 8128 habitantes.

Sobre o crescimento dos engenhos em Sergipe, Amaral (2007) apresenta que “em 1798 a província possuía cerca de 140 engenhos, em 1856 já possuía cerca de 750 engenhos, e em 1881, segundo Pimenta Bueno, 724 engenhos. Desses, a maior parte estava localizada na região da Cotinguiba, que possuía 402 engenhos em 1856, e 462 em 1881” (AMARAL, 2007, p.33). Desta forma, com o aumento dos engenhos, cresceu o número de escravos na Província de Sergipe durante o século XIX.

> Manoel Diniz Vilas Boas, encarregado de organizar o mapa estatístico da população livre e escrava, conclui trabalho encaminhado em 9/9/1854 ao Presidente Inácio Joaquim Barbosa. Ele constata, na Província, 132.640 habitantes (66.561 homens e 66.079 mulheres), 100.192 livres e 32.448 escravos, excluídos alguns municípios (FIGUEIREDO, 1988, p. 50,51).

O maior número de escravos estava concentrado na região açucareira, incluindo Santo Amaro, cuja população era de maioria negra, como apresenta o Censo Demográfico de Sergipe do ano de 1872: dos homens, eram 481 brancos para 1471 pretos e pardos, enquanto das mulheres eram 535 brancas para 1542 pretas e pardas, somando 4029 habitantes (FIGUEIREDO, 1988, p.54). Já no ano de 1881, a população de Santo Amaro era de 4812 habitantes, sendo 1440 escravos e 3372 livres (FIGUEIREDO,1988, p.52). Nota-se, assim, a considerável diminuição da população de Santo Amaro no decorrer do século, comparado ao seu auge nas décadas anteriores.

No entanto, foi justamente o desenvolvimento de outras localidades da região o que colocou Santo Amaro em uma posição desfavorável nos fins do século XIX, diminuindo sua importância portuária com o deslocamento do eixo comercial para Laranjeiras e Maruim. Além disso, uma fusão de interesses políticos contrários daria início a um período de instabilidade administrativa que prejudicaria gravemente o desenvolvimento da vila. Nas palavras de Nunes (1992, p.127), “a conjuntura nacional permitiu, na província, a explosão das contradições

econômicas, sociais e políticas, que se vinham acumulando ao longo do tempo, como se sucederia em 1836, em Santo Amaro das Brotas, localidade já marcada por anteriores agitações populares".

Para compreender a situação política da vila em 1836, é importante voltar ao ano de 1825, quando se deu a primeira tentativa de transferência da sede administrativa da vila de Santo Amaro das Brotas para a povoação de Maruim, a 15 km de distância, solicitada por representantes da câmara local com o apoio do vice-presidente da província, José Pinto de Carvalho, dono de propriedades açucareiras em Maruim (FREIRE, 1914). No entanto, desde o primeiro momento, a população santoamarense se manifestou contrária à proposta enviando representações à câmara. Já em 1833, estando José Pinto de Carvalho no cargo de presidente interino da província, o mesmo transferiu a administração da vila de Santo Amaro para Maruim (LIMA JUNIOR, 1914). Como a primeira representação encaminhada em protesto pelas autoridades e habitantes de Santo Amaro não foi discutida pela comissão, outro documento contrário à deliberação foi enviado à Assembleia Geral. A mesma não se manifestou e as duas petições da população só foram respondidas dois anos depois pela Assembleia Provincial de Sergipe, quando o presidente da província Manoel Ribeiro da Silva Lisboa sancionou a lei de 19 de fevereiro de 1835 extinguindo a vila de Santo Amaro das Brotas, que ficaria então subordinada à Maruim (CAMPOS, 1972). Extinta a vila, a população mais uma vez enviou representações ao presidente, agora exigindo novas eleições e a revogação das leis baixadas, sob a liderança do coronel José da Silva Travassos. No entanto, não obtendo resposta, "os santoamarenses armados, em 25 de julho, marcharam para Maruim, donde trouxeram os cartórios e arquivos, que para lá haviam sido transladados" (NUNES, 1992, p. 132). Diante da rebelião e sem êxito em contê-la, o presidente restituiu a vila de Santo Amaro em lei de 11 de agosto de 1835 e manteve a categoria de vila à Maruim.

Os episódios da transferência da vila de Santo Amaro para Maruim elucidam um contexto político mais amplo instaurado com a autonomia sergipana em 1820, quando se deu a divisão da classe dominante de Sergipe em dois partidos: o Corcunda e o Liberal. Essa conjuntura sociopolítica instaurada em Sergipe no século XIX levou ao maior conflito armado da província, em 1836, conhecido pela historiografia sergipana como Revolta de Santo Amaro das Brotas. Sobre esse evento, do qual a vila de Santo Amaro foi palco, Oliva (2013) explica que,

> A eleição para a primeira Assembleia Legislativa Provincial, em 1825, transcorreu em clima de negociação, mas já em 1836, a eleição para Assembleia Geral trouxe de volta os conflitos, rompendo a situação de acordo. Disputaram as eleições os dois partidos, passando a denominar-se o Partido Corcunda de "Partido Legal". Derrotados e inconformados com a derrota, os corcundas falsificaram as atas da eleição de Lagarto,

> alterando os resultados para o que contaram com o apoio do então Presidente, o Barão da Cotinguiba. Diante dos protestos do Partido Liberal, o chefe Corcunda, Sebastião G. de A. Boto, cercou a Vila de Santo Amaro, um dos redutos de resistência dos liberais, fazendo fugir a população que abandonou a vila (15.11.1836). Segundo Felisbelo Freire, foram arrombadas e saqueadas as casas e mortos os habitantes ainda ali encontrados (OLIVA, 2013, p. 165).

Em vista disso, a vila de Santo Amaro vivenciou o cenário de destruição causado pelo conflito, sendo alvo de ataques posteriores contra o partido Liberal ali instalado, levando ao gradativo processo de esvaziamento populacional acompanhado do fraco desenvolvimento econômico. Neste mesmo período, foi instalado no Porto das Redes, em Santo Amaro, o primeiro trapiche alfandegário da província de Sergipe, entretanto sob influência da elite política de Maruim, que se destacava pelo estabelecimento de importantes transações comerciais com países europeus, com a implantação das primeiras casas de comércio na vila de Maruim, na década de 1830. Silva (2006) indica a relação da alfândega com Maruim, ao citar a declaração de Sobrinho Sebrão:

> O trapiche trouxe a Alfândega e a Mesa de Rendas, colocadas no Porto mais comercial de Sergipe, que servia também de Mesas de diversas Rendas, na conformidade com o artigo 2º do Regulamento de 20 de setembro de 1834, que acompanhou o decreto da mesma data, que a creou no Porto das Redes, onde o Rio Ganhamoroba, de Maruim, faz barra com o Sergipe. Era uma alfândega Maruinense, instituída por Decreto Régio, de 11 de agosto de 1835 (...) (SILVA, 2006, p.32 apud SOBRINHO SEBRÃO, 1955, p.38,39).

Silva (2006) apresenta, ainda, a reprodução fotográfica de um crayon pintado por Adolphine Schramm no século XIX que retrata o "Trapiche alfandegário do Porto das Redes em 1860", cujo registro teria sido enviado da Alemanha por Gebhard Schramm, em 2003.

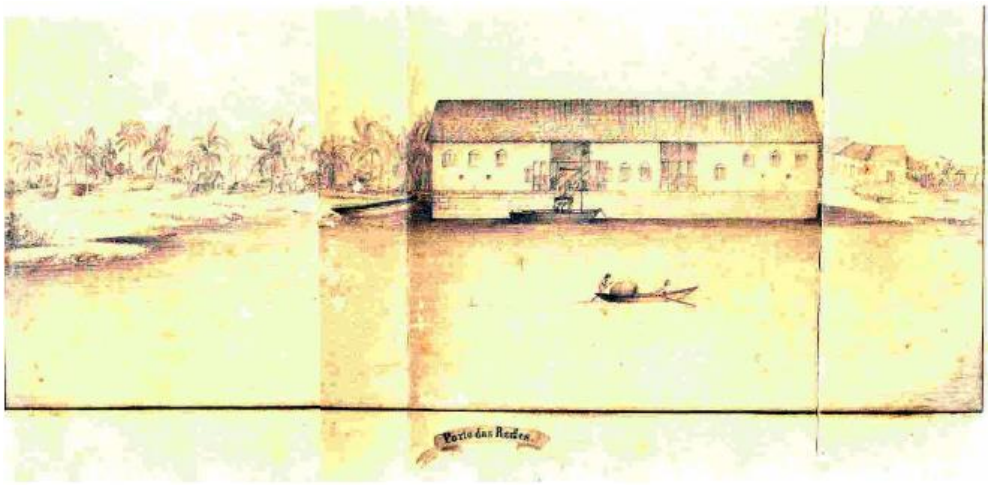


Figura 33 - Trapiche alfandegário do Porto das Redes em 1860.
Fonte: SILVA, 2006, p.31.

Segundo os relatos dos moradores de Santo Amaro das Brotas, no Porto das Redes haviam sido construídas, além do engenho e trapiche alfandegário, uma escola e uma capela votada a Nossa Senhora dos Navegantes. No entanto, após a construção de um estaleiro na região do porto, na

década de 1980, todos os vestígios se perderam. O estaleiro foi desativado e hoje se vê somente a base da estrutura.



Figura 34 - Porto das Redes, Santo Amaro das Brotas, 2016.
Fonte: a autora (2016).

O coronel Jacinto Ribeiro, importante figura política e santoamarense comumente referenciado nos escritos sobre Santo Amaro, cujo nome foi dado à praça da Igreja Matriz, deixou importante testemunho de época em sua publicação "Santo Amaro das Brotas: diário de um santamarense", onde fala sobre a situação da vila no final do século XIX:

> Em 1890 (...) afastei-me do Estado com destino à Escola Militar da Praia Vermelha (...). Na época do meu afastamento de Sergipe já era intensa a decadência da então vila de Santo Amaro das Brotas e quando tornei a vê-la, em 1915, tinha ela atingido o nível mais ínfimo do seu declínio. Eram trezentos e tantos tugúrios habitados por uma população pobre, humilde, resignada, sem ideais, atravessando uma vida pouco acima de vegetativa, cercando uma igreja majestosa, porém arruinada, mesmo assim único elemento assinalável de expressão social e civilização (...) (RIBEIRO, 1945, p.47).

Nos anos seguintes do século XX, o coronel Jacinto Ribeiro trabalharia no intuito de reverter a situação de enfraquecimento da vila, a começar pela mobilização da população para viabilizar obras na Igreja Matriz, as quais se estenderam até os anos quarenta. Ainda no início do século, Jacinto Ribeiro relata que realizou campanha de alistamento de eleitores para o município, que corria o risco de ser extinto, "não só pela sua receita ridícula, mas especialmente pelo ridículo número de eleitores a que estava reduzido, inferior a quarenta" (RIBEIRO, 1945, p.89). Esta iniciativa teria sido, portanto, fundamental para o reerguimento político do município. Sobre o resultado de sua campanha, Ribeiro (1945) traz o seguinte relato:

> Vi com a maior satisfação coroada do melhor êxito a minha propaganda feita naquela reunião, de cuja repercussão resultou que dentro de alguns meses já o município possuía cento e tantos eleitores, número que foi crescendo; e nunca mais se reduziu

> Santo Amaro eleitoral e politicamente, portanto, à situação periclitante a que chegou naquele ano de 1919 (RIBEIRO, 1945, p. 90).

Santo Amaro das Brotas foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei nº 150 de 15 de dezembro de 1938. Até a primeira metade do século XX, os índices demográficos de Santo Amaro das Brotas permaneceram similares aos do século anterior, quando da grande diminuição populacional da vila. Em 1970 o município apresentava um total de 5415 habitantes. A partir de então a população começou a aumentar. Em 1980 subiu para 7949 habitantes e, em 1996, para 10157 habitantes (SEPLANTEC, 1997). Já em 2017 a estimativa é de 12.146 habitantes (IBGE).

Atualmente a principal atividade econômica do município é a agricultura doméstica, centrada na produção de coco e cana de açúcar, seguida das atividades de pesca, comércio e serviços. Segundo dados do IBGE (2015), referente ao tópico "trabalhos e rendimentos", em 2015 o salário médio mensal dos trabalhadores formais era de 2,1 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 6,7%. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 50,9% da população nessas condições.

Em relação ao desenvolvimento urbano, conforme o tópico "território e ambiente" também de 2015, Santo Amaro das Brotas apresentava 7,4% de domicílios com esgotamento sanitário adequado; 14,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 27% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, ou seja, com presença de bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2015). A situação atual da cidade de Santo Amaro das Brotas continua a ser de infraestrutura urbana inadequada e insuficiente, que se apresenta nos espaços públicos pela ausência de equipamentos urbanos, arborização, passeios públicos, pavimentação e acessibilidade, assim como pela falha iluminação pública e limpeza urbana. Desta forma, o estado de descuido do espaço público prejudica os usos, o lazer e a qualidade de vida. A iluminação pública precária somada à falta de ocupação dos espaços públicos no período noturno contribui para a falta de segurança no município. As imagens a seguir ilustram a realidade urbana do município de Santo Amaro das Brotas.



Figura 35 - Santo Amaro das Brotas, Sergipe.
Fonte: a autora (2016).



Figura 36 - Santo Amaro das Brotas, Sergipe.
Fonte: a autora (2016).



Figura 37 - Santo Amaro das Brotas, Sergipe.
Fonte: a autora (2016).



Figura 38 - Santo Amaro das Brotas, Sergipe.
Fonte: a autora (2016).

2.4 O território religioso

A fim de aproximar o olhar aos bens tombados e seus espaços circundantes, a análise a seguir pretende fazer uma leitura do território religioso que os compreende, construído no

decorrer das primeiras décadas de formação da vila, e hoje estruturante do patrimônio cultural local. A experiência vivenciada no sítio e o contato estabelecido com os cidadãos santoamarenses revelaram importantes elementos que compõem o conjunto religioso junto aos bens tombados e outros já extintos que sustentam as narrativas memoriais da população. Assim, as narrativas apresentadas nos levam a pensar sobre os valores atribuídos pelos grupos locais.

O campo de estudo da sociologia explica que o fenômeno da memória, compreendida do ponto de vista individual ou coletivo, se manifesta como fonte de referência para a construção/reafirmação das identidades por meio das lembranças. As lembranças, entendidas como imagens ou sensações do passado que se transformam com o tempo e a cada processo de rememoração, ao serem revisadas renovam as identidades. No entanto, o processo de rememoração – de trazer à memória –, se estabelece a partir de "artefatos memoriais" (CANDAU, 2014), da presença de vestígios do passado – sejam eles testemunhos, relíquias ou discursos – que fazem emergir as lembranças (SOUZA, 2014). Como colocado por Souza, "a conservação de vestígios, no sentido preconizado por Candau, gera um patrimônio memorial, um arsenal material que 'serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado, e, em particular, a ilusão de continuidade" (SOUZA, 2014, p.107). Neste sentido, a memória se "materializa" através da narração, enquanto construções narrativas do passado que ao serem transmitidas e revisadas reafirmam os processos identitários. Desta forma, as narrativas memoriais apresentadas pela população de Santo Amaro acerca do território religioso ali criado, junto a documentos diversos como testemunhos de época, relatórios de visitas técnicas e registros fotográficos, contribuíram para a leitura desse espaço a partir de sua compreensão pela população local.

Além disso, para a leitura a ser feita, se tratando do território religioso criado no contexto de formação da vila, é importante considerar a influência que a igreja católica, enquanto religião oficial durante o período colonial, exerceu sobre os tecidos urbanos através de suas normas institucionais e a partir de seus templos edificados. Marx (2003) descreve o alcance dessa influência sobre as questões urbanas:

> (...) influência dos critérios para a concessão de determinada categoria ao povoado, para a localização das capelas, igrejas e clausuras, para definir a orientação dos templos e a abrangência de seus adros. Somente estes aspectos implicariam um forte condicionamento do espaço urbano, porém outros considerados pelas sinodais da Bahia também condicionariam o uso e o trato de nossas ruas e largos. Foi o caso do estrito controle sobre as datas, os horários, a duração e as maneiras detalhadas para se organizarem e fazerem as procissões, ou do cuidado revelado com o emprego das imagens dos santos e, sobretudo, da cruz (MARX, 2003, p.31,32).

Assim, estando o tratamento dos espaços públicos estritamente vinculado aos usos litúrgicos estabelecidos pela igreja neste primeiro momento – como a largura e o tratamento diferenciado

das ruas por onde passariam as procissões, ou os largos que se abriam para os templos e acolhiam as manifestações religiosas –, o entendimento dessa relação e de suas implicações urbanísticas contribui para a identificação de elementos que se materializaram na paisagem.

> A presença, diante do edifício religioso, de um espaço aberto, de seu adro, palco de tantos e tão variados agrupamentos, objeto do carinho e do gosto maior da comunidade, conservado, ampliado e composto sempre com mais empenho e capricho, alcançará também outra dignidade e expressão. O mesmo espaço aberto, a mesma articulação, todavia, ou seja, o ponto focal, institucional e espacial permanecerá o mesmo num outro estágio de evolução social e institucional, que reflete – o que realmente importa – uma outra etapa de evolução urbana da localidade (MARX, 1991, p. 27).

Deste modo, em Santo Amaro das Brotas o olhar foi direcionado a esses espaços a fim de refletir acerca do território religioso criado, dos elementos principais que ainda hoje compõem o conjunto religioso junto aos bens tombados e daqueles já extintos que se perpetuam através das narrativas memoriais expressas pela população santoamarense.

A começar pelos espaços religiosos edificados pelos frades carmelitas quando receberam a doação da ermida de Nossa Senhora das Brotas e terras adjacentes, em 1721, há diversas narrativas sobre a presença de um hospício, ou convento, que compôs o conjunto com a atual Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas, vinculada à mesma ordem e datada de 1728. O testemunho de época deixado por Jacinto Ribeiro (1945) em sua publicação "Santo Amaro das Brotas: diário de um santoamarense", trata do convento e do legado da ordem religiosa dos Carmelitas na região:

> Várias das missões que os Frades desse convento catequisaram foram mais tarde elevadas às prerrogativas de capelas, curatos, freguesias e vilas, que na sua maior parte são hoje prósperas cidades que enriquecem o Estado de Sergipe, das quais a história vindica a maternidade para Santo Amaro das Brotas, em cujo seio se formaram, com orgulho patriótico dos santoamarenses, que já possuíram o muito com que dotaram e engrandeceram a terra sergipana (RIBEIRO, 1945, p.12).

Em documento sobre a situação da vila no ano de 1833, transcrito por Freire (1914, p. 190), é citado o referido hospício já em ruínas.

> (...) compreende dentro em si perto de quatrocentas moradas de casas habitadas, tem Cadeia, Casa de Câmara feita naquela época à custa dos Povos, a Igreja Matriz (uma das grandes da Província), uma Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, outra de Nossa Senhora do Amparo dos Pardos, prescindindo de um Hospício de Nossa Senhora do Carmo, destruído e abandonado pela falta de religiosos, existindo sua Capela, onde ainda se celebra, doze fontes fertilíssimas de salutar água para todo o necessário consumo, além d'outras, que a abundância tem desprezado, boa vista para o mar e terra.

No arquivo central do IPHAN, na "Série Inventários", foram encontrados registros fotográficos de vistoria feita em 1952, onde o técnico identificou o "Convento do Carmo", dando o seguinte relato:

> Há ainda um lado do sóco do altar-mor em pedra trabalhada. Do outro lado resta um pequeno pedaço; não há mais nada, mas limpando-se o terreno devem-se encontrar os alinhamentos das fundações. Estão numa residência os restos de um grande ornato em

> pedra que foi deste convento. Parece pelo tamanho e disposição ser a decoração de uma portada ou de frontão. Vêm-se elementos do emblema carmelita (coroa) e duas figuras de anjos. A coroa é suportada por uma cabeça de anjo. Outras duas peças em que se veem uma mão segurando uma espada e mais acima um clarim. Estes elementos foram recolhidos pelo Padre Aurélio Vasconcelos e estão na residência de um seu irmão.



Figura 39 - Registros “Convento do Carmo de Santo Amaro das Brotas”.
Fonte: Série Inventário, Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro.

Apesar da coerência de se imaginar o convento construído ao lado da atual Igreja Matriz, como é comum à implantação da arquitetura religiosa carmelita – e mesmo por haver relatos de ruínas em sua lateral –, há o consenso por parte dos moradores de Santo Amaro de que o convento teria sido construído “em terreno mais adiante, atrás da igreja”. Segundo os relatos locais, na década de oitenta do século passado ainda se avistavam as ruínas no referido local. De fato, o local sugerido pela população está voltado para um dos largos conformados no traçado urbano, o que indica a possibilidade desse espaço ter sido contemplado por um edifício religioso, como é indicado na imagem a seguir pela seta vermelha.

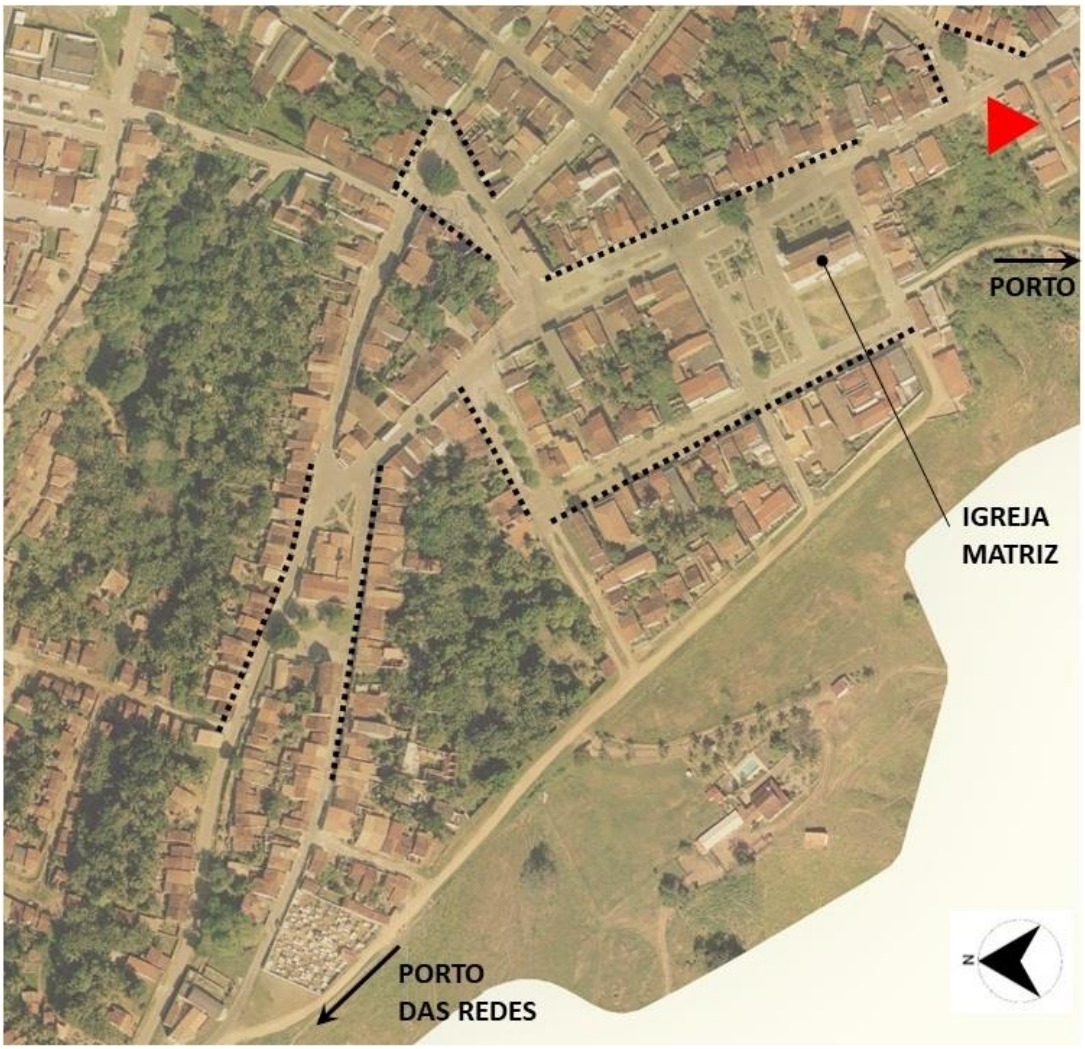


Figura 40 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com seta vermelha indicando a localização do antigo Hospício do Carmo sugerida pela população local.
Fonte: a autora (2016).

Roberta Orazem (2015), em sua tese de doutorado sobre a atuação dos carmelitas calçados nas Capitanias de Pernambuco e Bahia[16], pesquisa a ocorrência do Hospício do Carmo em Santo Amaro das Brotas. A autora apresenta importantes fontes documentais, como as duas escrituras de doação mencionadas anteriormente referentes aos anos de 1701 e 1721: da doação da ermida de Nossa Senhora das Brotas e terras adjacentes para construção da vila e em seguida aos padres carmelitas. Orazem (2015) também cita um depoimento do pesquisador Carlos Ott (s.d.) sobre conversa realizada com o ex-diretor do Sphan de Sergipe, José Calasans Brandão Silva, acerca do hospício do Carmo:

> Provavelmente, tratou-se de obras do hospício, construído numa colina para cima, mas pouco distante da Igreja de Nossa Senhora das Brotas. [...] Este pequeno convento não existe mais, como me informou o prezado colega e atual Vice-Reitor da Universidade

[16] Tese de doutorado de Roberta Bacellar Orazem, intitulada "Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580 – 1800)". Natal/RN, 2015.

> Federal da Bahia [foi Vice-Reitor de 1980 a 1986], José Calasans, pois quando ele era diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de Sergipe [na década de 1960], ele mandou transportar para o Museu de Arte Sacra de São Cristóvão os últimos restos de interesse artístico, como um Brasão da Ordem Carmelitana (OTT, [s.d], apud ORAZEM, 2015).

Por fim, a autora aponta duas hipóteses para a possível implantação do antigo hospício e reitera a versão apontada pelos moradores de Santo Amaro:

> 1) Na hipótese 1 (...), aparentemente, a Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas foi doada aos carmelitas calçados e foi construído o Hospício do Carmo ao lado dela, assim como vimos em outros conventos do Carmo da Bahia e Pernambuco; 2) Na hipótese 2 (...), aparentemente, o próprio Pedro Barbosa Leal doou a Igreja Matriz e construiu o hospício para os carmelitas calçados, só que ele não foi erigido ao lado da Igreja Matriz, mas sim próximo dela, um pouco mais afastado, segundo a pesquisa de campo e alguns documentos, esse hospício era um pouco mais atrás da Igreja Matriz. (...) Nesse caso, optamos pela hipótese 2, que parece ser a mais provável de ter acontecido (ORAZEM, 2015, p. 133).

Nas duas hipóteses, entretanto, ao considerar a capela doada de Nossa Senhora das Brotas, Orazem (2015) se refere à Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas, sugerindo que esta esteja situada no local da primitiva capela, ou que tenha sido implantada na mesma.

Campos (1972), por sua vez, apresenta um registro contrastante ao indicar, sobre a primitiva ermida Nossa Senhora das Brotas, que "a igrejinha localizava-se onde atualmente se acha o Mercado Municipal" (CAMPOS, 1972, p.6). Considerando que esse dado se refere aos anos setenta do século passado, na pesquisa de campo foi verificado o local do referido mercado, já extinto, porém ainda vivo na lembrança dos moradores. A mesma localização do antigo mercado também foi indicada pela maioria dos moradores quando questionados sobre as igrejas extintas, alguns defendendo se tratar do local da primitiva capela da vila, outros supondo ter sido ali a Igreja do Rosário, e outros sem posicionamentos precisos de qual capela seria. Na imagem a seguir é indicada a localização do antigo mercado pela seta vermelha.



Figura 41 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com seta vermelha indicando a localização do antigo Mercado Municipal, que havia sido construído no local da primitiva Ermida de Nossa Senhora das Brotas.
Fonte: a autora (2016).

Assim, conforme indicado pela imagem, nota-se que, segundo a referência de Campos (1972), a posição da primitiva capela – no local do antigo mercado –, estaria em frente à praça da Igreja Matriz, voltada para ela, o que conformaria um grande largo. Esta proposição coincidiria, também, com o que foi exposto por José Calasans, de que o hospício teria sido "construído numa colina para cima, mas pouco distante da Igreja de Nossa Senhora das Brotas". Ou seja, tendo como referência a capela de Nossa Senhora das Brotas situada no local do antigo mercado, o Hospício poderia ter sido construído junto à atual Igreja Matriz.

Entretanto, outra referência do hospício apresentado por Campos (1972, p.8) indicaria novamente que o mesmo se situava em local separado da Igreja Matriz:

> Vinte e quatro anos depois de ereta a vila, o coronel Pedro Barbosa Leal, (...) doava aos frades carmelitas, na parte elevada da colina de Santo Amaro uma área de terras para a fundação de um convento, hoje desaparecido, porém visíveis ainda os restos

> dos seus alicerces, os quais se situam na vivenda “SALESLÂNDIA”, entre as artérias Eronides de Carvalho e a Estrada do Porto.

A imagem a seguir indica a rua Eronides de Carvalho pela seta vermelha e a estrada do porto paralela a mesma. A referência coincide com a localização da Igreja Matriz, mas ao indicar as ruínas em uma vivenda, reitera a versão dos moradores interrogados.

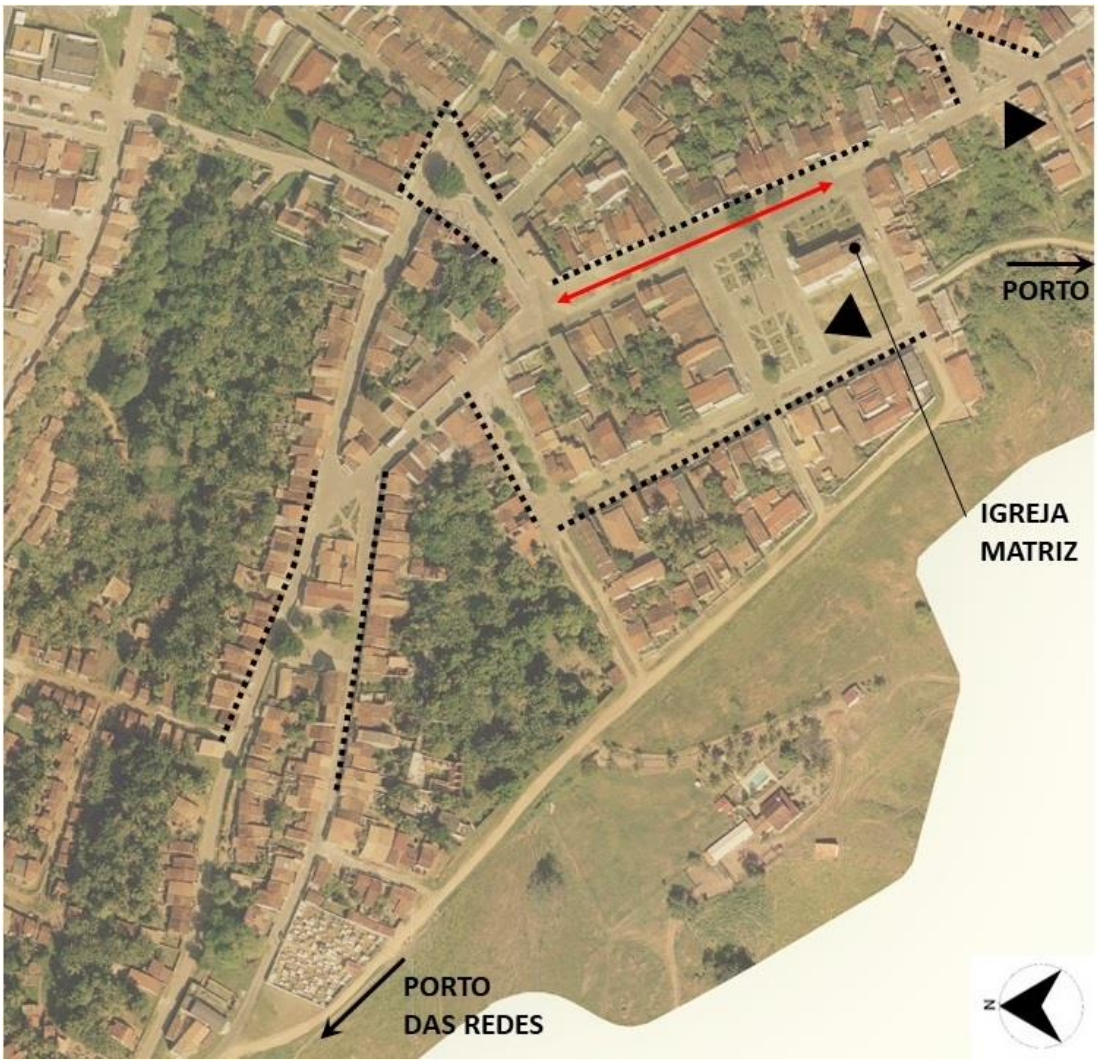


Figura 42 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com seta vermelha indicando a Rua Eronides de Carvalho apresentada como referência do extinto hospício do Carmo. As setas pretas indicam as duas possíveis localizações.
Fonte: a autora (2016).

Desta forma, podemos observar que diante da quantidade de edifícios religiosos que se perderam, o que não se sabe ao certo, a presença de ruínas identificadas em vários espaços e em vários momentos torna as narrativas memoriais ora coerentes, ora conflitantes. De fato, todos esses espaços e vestígios identificados, fazem referência à memória local da comunidade.

No testemunho escrito por Jacinto Ribeiro (1945), ao relatar o estado de abandono da vila de Santo Amaro nos fins do século XIX, descreve o estado de ruína das duas capelas de irmandades de negros que haviam se instalado no século anterior:

> Quando em 1890 afastei-me do Estado, existia em Santo Amaro das Brotas três igrejas em funcionamento, a Matriz e as capelas de Nossa Senhora do Rosário e de nossa Senhora do Amparo, as duas últimas dirigidas pelas respectivas irmandades. Quando em 1915, doente, voltei à velha vila, só funcionava a Matriz; as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora do Amparo haviam sido extintas, as imagens retiradas das respectivas capelas, que encontrei abandonadas e convertidas em pastos de cavalos, cabras, porcos, etc., que se despojavam e estercavam sobre as sepulturas de milhares de irmãos nelas inumados no transcurso de séculos (RIBEIRO, 1945, p.70).

Na visita dos técnicos do SPHAN à Santo Amaro das Brotas em 1952, registrada na "Série Inventários" do Arquivo Central do IPHAN, foi apresentada a situação de ruína das duas capelas das irmandades por relatos e fotografias. Este documento, sobre a capela do Rosário dos Homens Pretos, traz a seguinte descrição: "Capela do Rosário, terminada em 1755. Restam ruínas. Vê-se na parede um resto de moldura do púlpito de pedra". Junto ao relato, foi anexado o registro fotográfico apresentado na imagem a seguir, que mostra a ruína e parte de seu entorno.



Figura 43 - Capela de Nossa Senhora do Rosário em ruína.
Fonte: a autora (2016).

Capela do Rosário de Santo Amaro das Brotas em ruína. Fonte: Arquivo Central IPHAN, Série Inventários.

Sobre a capela de Nossa Senhora do Amparo dos Homens Pardos, o mesmo documento traz o seguinte relato junto aos registros fotográficos: "Capela do Amparo. Restam as paredes externas. Está descoberta. Vê-se ainda o frontão".



Figura 44 - Capela do Amparo (atual São Benedito) em ruína.
Fonte: Arquivo Central IPHAN, Série Inventários.

No entanto, apesar da Igreja do Rosário ter se perdido por completo, a capela do Amparo seria mais tarde restabelecida pela própria população local, que recompôs a antiga ruína e votou o templo à devoção de São Benedito, hoje co-padroeiro da cidade. A importância da igreja de São Benedito para a comunidade será discutida no próximo capítulo. Desta forma, a imagem a seguir indica duas possíveis localizações da extinta capela do Rosário pelas setas vermelhas: uma referente ao local já mencionado do antigo mercado municipal, onde há o consenso por parte dos moradores de que anteriormente havia ali uma igreja, alguns acreditando se tratar da capela do Rosário; e outra voltada a um importante largo conformado no traçado urbano, com elementos do entorno, como o direcionamento das construções, que se assemelham ao registro fotográfico da ruína.

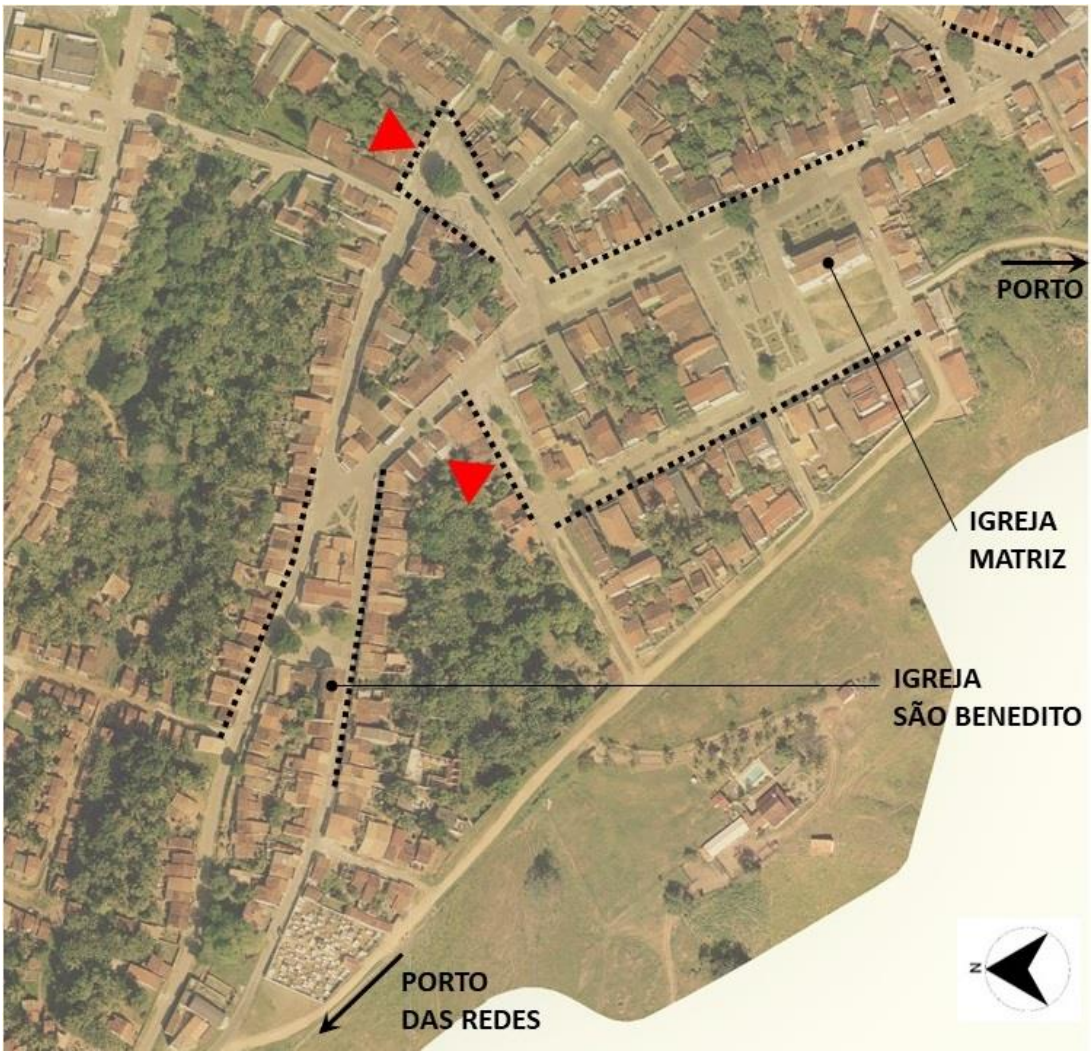


Figura 45 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com setas vermelhas indicando as possíveis localizações da capela do Rosário.
Fonte: a autora (2016).

Assim, a partir desse território religioso se conformaram as primeiras vias de habitação, delineando o núcleo urbano inicial à margem oeste da cidade, ligado aos dois portos fluviais: o Porto das Redes, onde se deu a primeira ocupação da sesmaria, e o segundo porto, construído no período setecentista. A imagem a seguir indica essa ocupação inicial no traçado urbano atual.

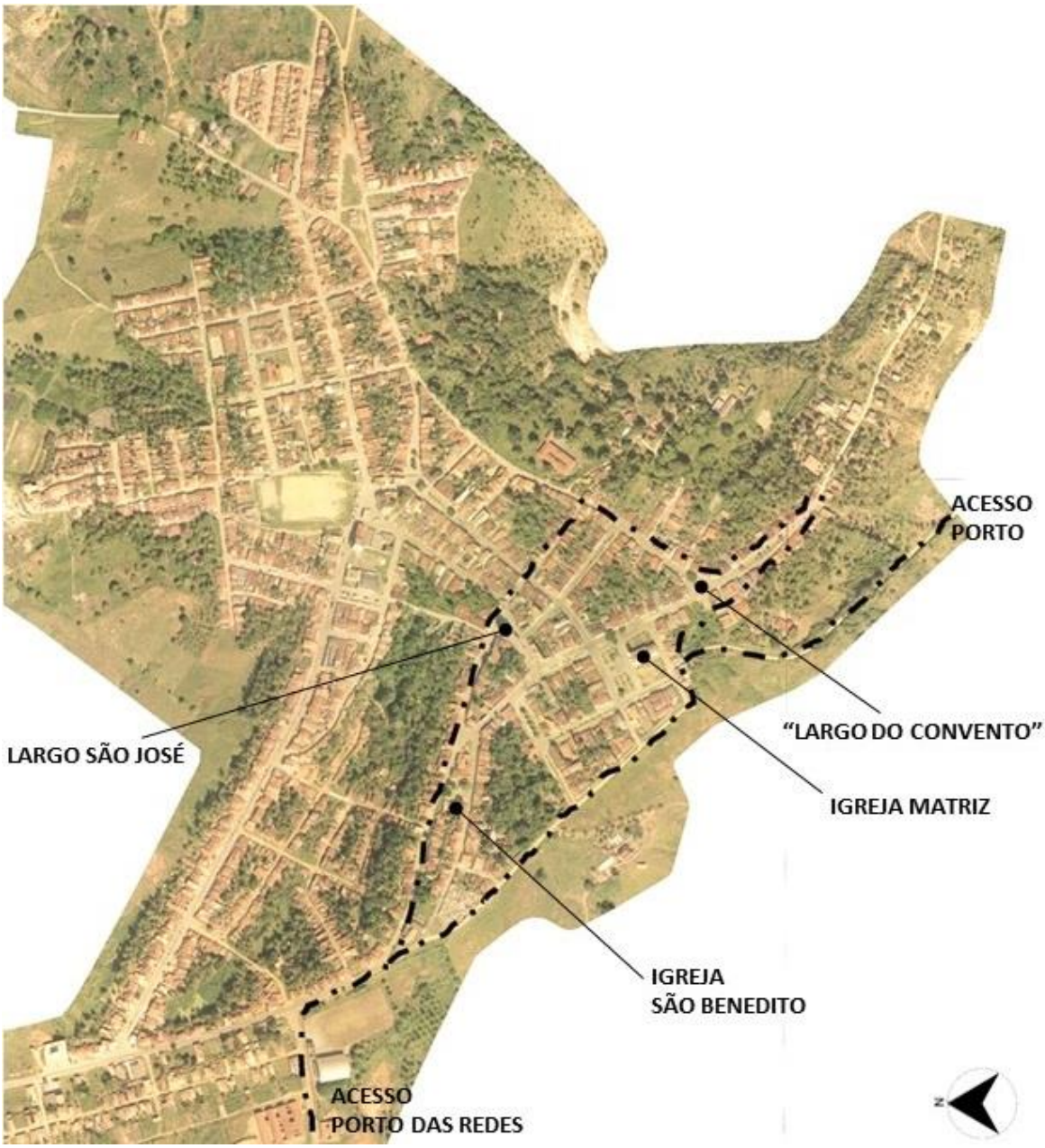


Figura 46 - Mapa de Santo Amaro das Brotas indicando a ocupação inicial da vila no traçado urbano atual.
Fonte: a autora (2016).

Por fim, podemos afirmar que as narrativas construídas socialmente a partir desse conjunto de referências temporais e espaciais contribuem para o fortalecimento dos valores atribuídos aos bens culturais. Junto a esse patrimônio materializado no espaço urbano e na memória local, o processo de reafirmação das identidades culturais pelo aspecto da religiosidade se dá ainda através da continuidade de práticas tradicionais e/ou reinvenção de manifestações populares, como procissões, cortejos, festejos religiosos e folclóricos.

Ainda relacionado ao contexto histórico de construção do território religioso – a partir da formação da vila e do desenvolvimento da região – e aos valores coletivos atribuídos através

das práticas religiosas tradicionais, encontra-se o outro bem religioso a ser considerado no estudo: a capela rural de Nossa Senhora da Conceição. A capela rural, tombada pelo IPHAN no mesmo período que a Igreja Matriz de Santo Amaro, por estar fora do centro histórico não foi apresentada pela superintendência de Sergipe entre as prioridades de trabalho com os entornos. No entanto, a partir do contato com o sítio foi identificada a relação tradicionalmente estabelecida entre a capela rural, a Igreja Matriz e as práticas religiosas da cidade, assim como importantes questões relacionadas ao seu entorno no momento atual, que exigem a atenção do instituto de preservação e que se apresentam como discussão fundamental dentro da abordagem de entorno proposta.

2.5 A Capela de Nossa Senhora da Conceição do antigo Engenho Caieira

Pela rodovia de acesso à Santo Amaro das Brotas é avistada a capela de Nossa Senhora da Conceição, implantada em terreno elevado e de destaque na paisagem, logo na entrada da sede do município, a aproximadamente três quilômetros de distância do centro urbano. A capela rural de Nossa Senhora da Conceição, construída em 1750 e tombada pelo IPHAN em 1941, é o único remanescente do conjunto do antigo Engenho Caieira.



Figura 47 - Capela Nossa Senhora da Conceição avistada da rodovia SE-240.
Fonte: a autora (2016).



Figura 48 - Capela de N. Sra. da Conceição avistada na entrada da cidade de Santo Amaro das Brotas.
Fonte: a autora (2016).



Figura 49 - Capela Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: a autora (2016).



Figura 50 - Vista aérea da área urbana de Santo Amaro das Brotas indicando a localização da capela rural de N. S. da Conceição, da Igreja Matriz de Santo Amaro e da Igreja de São Benedito.
Fonte: a autora (2016).

A Capela da Conceição guarda especificidades entre os bens tombados do Estado de Sergipe, seja pela sua arquitetura, com fachadas alpendradas, seja por ser um dos únicos bens religiosos rurais que ainda se encontra sacralizado, com uso e função social, em meio a tantas igrejas históricas, tombadas e não tombadas, abandonas e em ruína na zona rural do Estado. As missas acontecem regularmente e, como foi relatado pelos moradores e pelo padre da Paróquia de Santo Amaro, a capela do antigo engenho também é lugar de forte sincretismo religioso, onde acontecem rituais de origem africana. Além dos cultos frequentes, todos os anos, no dia da santa de devoção, são realizadas procissões seguidas da Festa de Nossa Senhora da Conceição, de tradição centenária. A procissão com o padre parte da Igreja Matriz de Santo Amaro em direção à capela, do mesmo modo que devotos de toda a região saem de diversos pontos em peregrinação até o bem.



Figura 51 - Vista aérea de Santo Amaro das Brotas com setas amarelas indicando o caminho da procissão que sai da Igreja Matriz em direção à Capela da Conceição, no dia de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: a autora (2016).



Figura 52 - Procissão em direção à Capela de Nossa Senhora da Conceição, pela rodovia de acesso à cidade, Roney Santos da Silva.
Fonte: a autora (2016).



Figura 53 - Procissão em direção à Capela de Nossa Senhora da Conceição, na Estrada Alto da Boa Vista.
Fonte: a autora (2016).



Figura 54 - Festa de Nossa Senhora da Conceição, 2016.
Fonte: a autora (2016).



Figura 55 - Festa de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: Gina Maynart, 2016.

Atualmente a propriedade rural onde está localizada a Capela da Conceição e as terras vizinhas foram vendidas à Companhia Industrial de Cimentos Apodi para a construção de uma fábrica de cimento. O projeto da fábrica abrange tanto as propriedades particulares como o trecho da rodovia SE-240 e a rodovia de acesso à área urbana, Rod. Durval da Cunha Maynard. A entrada da sede do município e a estrada de terra Alto da Boa Vista, que chega na capela, estão dentro da área de extração pretendida pela fábrica, cuja demarcação apresentada se limita com os fundos do bem tombado, como indicado nas imagens a seguir.



Figura 56 - Vista aérea de Santo Amaro das Brotas. Poligonal vermelha indicando área de extração da fábrica. Fonte: a autora (2016).

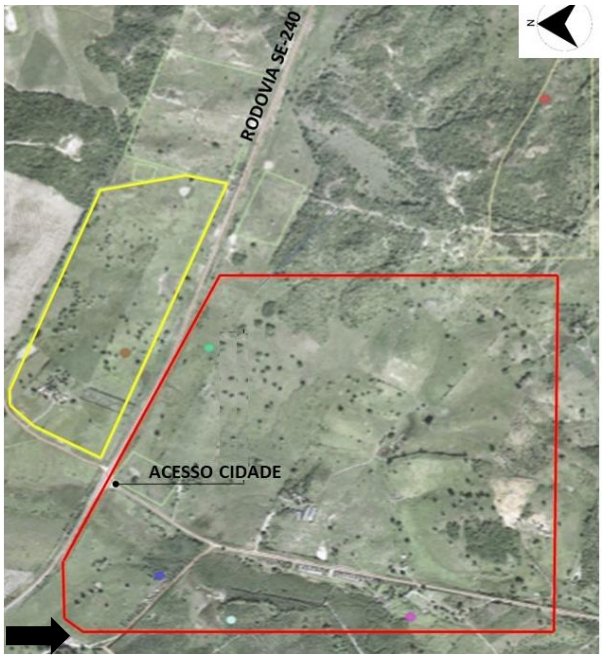


Figura 57 - Mapa de localização da fábrica de cimento Apodi conforme apresentado no relatório de impacto ambiental. A seta preta indica a localização da Capela da Conceição. Poligonal vermelha: área de extração; Poligonal amarela: área de construção da fábrica.



Figura 58 - Mapa esquemático da área de influência direta do empreendimento, apresentado pela empresa Apodi no relatório de impacto ambiental. A poligonal vermelha indica a Área Diretamente Afetada. A poligonal amarela indica a área de extração. A hachura branca indicada a área de construção da fábrica.
Fonte: Relatório Técnico Apodi.

No dia 7 de abril de 2015, foi aberto pelo IPHAN/SE o processo referente ao "Programa de Diagnóstico Arqueológico Etnohistórico e Educação Patrimonial na Área de Influência da Fábrica de Cimento Apodi, no município de Santo Amaro das Brotas". Neste momento já havia sido publicada a Instrução Normativa Nº 001, de 25 de março de 2015, que

> (...) estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta - AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal (Art. 1º IN 001/2015).

Na Informação Técnica Nº 22/2015/IPHAN/SE – "Consolidação Técnica relativa ao Programa de Diagnóstico Arqueológico Etnohistórico e Educação Patrimonial na Área de Influência da Fábrica de Cimento Apodi (fábrica, lavra e áreas afins), município de Santo Amaro das Brotas" –, datada do dia 29 de abril de 2015, contendo análise do material apresentado pela empresa, o IPHAN pontuou como "Consideração geral aos bens culturais tombados (Decreto lei nº 25/1937)" os seguintes tópicos:

> Destacamos a necessidade de encaminhamento do Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Tombados, segundo o estabelecido pela Instrução Normativa Nº 01/2014, contendo os itens descritos na mesma, em seu Art. 13, além da análise mais criteriosa sobre o impacto ocasionado pelas vibrações, mediante estudos sobre a consequência nas ações de explosivos previstos na extração mineral sobre os referidos Monumentos Históricos e contexto imediato, e que o referido estudo deverá compor

> o escopo do trabalho a ser realizado intitulado "Programa de Diagnóstico Arqueológico Etnohistórico e Educação Patrimonial na Área de Influência da Fábrica de Cimento Apodi – fábrica, lavra e áreas afins".
>
> Acrescentamos, ainda, que a elaboração de uma metodologia visando à análise deste impacto deverá se pautar também em dois aspectos que consideramos importantes: característica geotécnica; e estudo tipológico e diagnóstico arquitetônico do Bem Tombado. A elaboração de um Mapa de Riscos e seus respectivos impactos sobre os Monumentos Tombados é de suma importância para garantir a salvaguarda dos mesmos, segundo atesta a legislação que rege sobre tais objetos.

No dia 02 de junho de 2015 foi encaminhado ao IPHAN/SE pela empresa Ambientec – Consultoria Ambiental, contratada da Companhia Apodi, o projeto de pesquisa intitulado "Programa de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueologia e Bens Culturais Tombados na Área de Influência da Fábrica de Cimento Apodi – Fábrica, Lavra e Afins". Na data de 11 de junho de 2015 o IPHAN/SE emitiu o Parecer Técnico Nº 062/2015 assinado pelo setor de arqueologia da Divisão Técnica sobre as complementações do "Programa de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueologia e Bens Culturais Tombados na Área de Influência da Fábrica de Cimento Apodi – Fábrica, Lavra e Afins", considerando que este "ante aos requisitos exigidos pela Instrução Normativa 01/2015, no que tange à proteção do patrimônio arqueológico eventualmente existente na área de influência do empreendimento em questão". O parecer técnico também sugeriu a aprovação do documento e o encaminhamento do mesmo ao CNA para avaliação e, caso julgassem procedente, publicação de portaria autorizando a pesquisa. O Centro Nacional de Arqueologia publicou a Portaria CNA/DEPAM/IPHAN nº 45, de 6 de agosto de 2015, que expediu a autorização de três meses para "realizar prospecções e pesquisas na área do empreendimento para identificar sítios arqueológicos e avaliar previamente possíveis impactos da implantação da fábrica nesses sítios, bem como nos três bens tombados em âmbito federal existentes na região".

Em 18 de abril de 2016, o IPHAN emitiu o Parecer Técnico Nº38/2016/IPHAN/SE, sobre "Manifestação conclusiva relativa ao Programa de avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico e Bens Culturais Tombados, na área de influência da fábrica de cimento Apodi – fábrica, lavra e áreas afins, município de Santo Amaro das Brotas/SE", como base nos dados dos Pareceres Técnicos nº 062/2015, 006/2015, 024/2016 e 057/2016, e Pareceres Técnicos nº 1127/2015-CNA/DEPAM/IPHAN, 1350/2015-CNA/DEPAM/IPHAN e 1944/2015-CNA/DEPAM/IPHAN. Como manifestação conclusiva, foi assim exposto pelo parecer:

> Após a análise de toda documentação produzida no âmbito do Licenciamento Ambiental para a instalação da Companhia Industrial de Cimentos Apodi nos manifestamos conclusivamente a favor da Liberação da Licença Prévia e a realização da ETAPA DE RESGATE das áreas identificadas, a ser executado após a análise e avaliação do Programa de Resgate que deverá ser apresentado, no âmbito do Patrimônio Arqueológico. No âmbito dos Bens Culturais Tombados, reiterando a necessidade de elaboração do MAPA DE RISCOS na etapa de Licença de Operação,

> o que possibilitará o melhor entendimento relativo ao impacto às edificações e o plano de gestão. Nesse tocante, o IPHAN se reserva o direito de emitir qualquer tipo de suspensão e/ou paralização das licenças, caso as etapas seguintes não venham a ser cumpridas conforme apresentado.

O parecer técnico nº38/2016 foi o último documento anexado no processo até o momento. O IPHAN/SE ainda aguarda o mapa de riscos solicitado para a etapa de "licença de operação".

Desta forma, diante do que foi exposto, podemos observar que a avaliação técnica feita até o momento se limitou aos aspectos materiais e estruturais do edifício, sem colocar em questão a necessidade de delimitação da área de entorno da capela tombada e sem considerar a preservação deste bem cultural em seu sentido integral, ou seja, em suas dimensões materiais e imateriais, o que envolve os usos, as práticas sociais e os valores coletivos a ele atribuídos. Conforme recomendado pela Declaração de Xi'an,

> A responsabilidade sobre a conscientização do significado do entorno em suas diferentes dimensões cabe aos profissionais, às instituições, às comunidades locais e a outras relacionadas com os bens patrimoniais, os quais no momento de tomar decisões deveriam sempre considerar as dimensões tangíveis e intangíveis do entorno (Xi'an, 2005).

A importância de se considerar o aspecto das práticas sociais no estudo do entorno dos bens tombados, partindo da concepção constitucional de patrimônio cultural, é claramente compreendida no caso da Capela da Conceição, cujos usos e práticas religiosas tradicionais correm o risco de ser interrompidos pelo rompimento de seus espaços de influência e acessos. Neste sentido, o entorno do edifício religioso sacralizado deve ser entendido enquanto lugar que cumpre uma função social e religiosa, com significações e manifestações intrínsecas à sua condição de patrimônio cultural. Deste modo, a partir do olhar sobre as práticas sociais inicialmente voltado à Igreja Matriz, foi reconhecida a interação entre estes dois bens tombados pelo IPHAN, estando a capela da Conceição, apesar de rural, tradicionalmente incluída no ciclo religioso e nas práticas da cidade junto à igreja Matriz e a igreja de São Benedito.

3. O ESTUDO DE DELIMITAÇÃO DO ENTORNO DOS BENS TOMBADOS DE SANTO AMARO DAS BROTAS

Neste capítulo será desenvolvido o estudo de delimitação de entorno dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas. Assim, a partir do olhar sobre as práticas sociais, serão analisados os espaços de influência dos bens religiosos, assim como serão identificados sujeitos da atribuição de valor que promovem a apropriação social das áreas urbanas que compreendem os entornos. Desta forma, o estudo será desenvolvido no intuito de que a delimitação de entorno inclua os espaços de apreensão das referências culturais conferidas aos bens pelos grupos locais. Em seguida, serão apresentados os espaços públicos correspondentes a esse entorno e, a partir dos indicativos de melhorias urbanas expostos pelos sujeitos identificados, serão pontuados os princípios da qualificação dos entornos a serem trabalhados pelos órgãos responsáveis junto aos grupos locais, a fim de promover a proteção e valorização dos bens culturais e suas práticas.

3.1 Religiosidade e referências culturais: bases para a delimitação de entorno dos bens tombados

A Igreja Católica, religião estabelecida pelo sistema colonial brasileiro, além de legislar sobre o espaço comum, oficializava, ainda, seu calendário litúrgico, promovendo suas manifestações públicas como as grandes procissões (MARX, 2003). Essas, entretanto, representariam o principal meio de fruição e sociabilização em um espaço público de uso controlado e escasso: “eram seus acontecimentos maiores e transcendiam inegavelmente seu cunho litúrgico e sua função cívica; transcendiam para vazão das necessidades e aspirações de aglomerados tacanhos e de vida modorrenta” (MARX, 2003, p.64).

Valente (1994) mostra que o catolicismo no período colonial brasileiro teve caráter leigo e popular. “As confrarias – irmandades e ordens terceiras – tinham por finalidade a promoção da devoção a um santo. Os leigos reunidos em torno da devoção ao santo tinham o compromisso de angariar fundos para a construção da ermida ou capela, manter seu culto e promover sua festa” (VALENTE, 1994, p.45). Além disso, a autora explica que a religião carregava traços de “um catolicismo popular que se transplantou para o Brasil com a Igreja lusitana” e que “paulatinamente esse catolicismo foi sofrendo influência indígena e africana” (VALENTE, 1994, p.56). Essa influência ganharia forma na tradição dos ritos litúrgicos, apresentando “de um lado o aspecto formal da exteriorização religiosa e institucional, de outro, o aspecto espontâneo da manifestação popular, fosse em que nível fosse” (Marx, 2003, p.67).

> O que hoje se apresenta como uma rica tradição popular, uma pitoresca manifestação folclórica, um arroubo de sentimento religioso, constitui resquício de algo muito forte. Resquício da estrutura oficial de poder que existiu até muito pouco tempo entre nós, sendo alterada nesse aspecto apenas com a proclamação da república (Marx, 2003, p.62).

Dentro dos limites do catolicismo que legitimou o regime escravocrata, autores como Valente (1994) observam que as irmandades religiosas de negros foram fundamentais para a socialização dos escravos, proteção da ancestralidade religiosa africana e perpetuação de sua cultura. Como coloca Valente (1994, p. 46) "as irmandades de negros eram os únicos canais possíveis de organização dos escravos dentro do sistema colonial. Em certo sentido e curiosamente foi através da religião católica que o escravo encontrava algum lenitivo para sua situação".

> Em outras palavras, a religião africana ou aquela historicamente ligada ao grupo negro é uma das expressões mais significativas de uma *cultura resistente*. E, ao que parece, as irmandades foram utilizadas como "canais" que propiciaram essa cultura resistir (VALENTE, 1994, p.47).

Assim, o sincretismo religioso decorrente da apropriação de símbolos católicos para o culto das divindades africanas através das irmandades de negros, se apresenta como fruto de uma "identidade de resistência", definida pelo sociólogo Manuel Castells como aquela "criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade" (CASTELLS, 2008, p.24). Castells (2008, p.25) considera, ainda, que "é provável que seja esse o tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade. Ele dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável (...)". No caso da escravidão brasileira, "tudo leva a crer que a partir da realidade vivida naquela época, considerando as dificuldades, o negro recriou e reinterpretou a cultura dominante adequando-a à sua maneira de ser" (VALENTE, 1994, p.48). Portanto, as capelas e igrejas de irmandades negras se apresentam como símbolos dessa resistência religiosa, cultural e social, como importantes espaços que abrigavam seus costumes, práticas e a luta pela liberdade.

> Colabora para essa versão das irmandades como canais de resistência da religião negra o fato das irmandades de negros entrarem em decadência depois da abolição da escravatura e o advento da república, que pôs fim ao catolicismo como religião oficial e obrigatória. Segundo Beozzo, houve um renascimento cultural e religioso dos ex-escravos que passaram a se reorganizar em função de suas antigas nações e tradições (VALENTE, 1994, p. 47).

Neste sentido, com o processo de secularização no início da república se daria a migração dos afrodescendentes para os terreiros. No entanto, outro fator teria contribuído para a decadência das irmandades negras. Seria o processo apresentado por Valente (1994, p.59) de "romanização do catolicismo brasileiro", como "estratégia empreendida pela igreja com o

objetivo de desvalorizar o catolicismo laico com o desmantelamento das antigas irmandades e sua substituição por novas organizações leigas voltadas para a devoção de novos santos", pelo fato de que, "após a abolição, os próprios agentes eclesiásticos passaram a recusar as manifestações que caracterizavam o catolicismo negro".

Em Santo Amaro das Brotas, a presença das irmandades dos negros no século XVIII coincide com o aumento do número de escravos na vila. Pesquisas nos livros de batismo de Santo Amaro revelam a existência de africanos vindos de Angola, Guiné, Congo e Costa da Mina (CUNHA, 2013). O fato da Capela de Nossa Senhora do Amparo, único símbolo restante da presença das irmandades negras, ter sido salvo pela própria comunidade quando já em ruína, sendo então votada a outro importante santo negro, São Benedito, mostra o significado que esse templo ainda guarda enquanto lugar de resistência negra. Desde a recuperação do templo, São Benedito se tornou co-padroeiro da cidade e a festa popular de sua devoção, segundo o padre do município, é uma das maiores manifestações religiosas da localidade. Entre os moradores entrevistados na pesquisa de campo, o santoamarense Gilvan de Jesus Santos, coautor do livro "Santo Amaro das Brotas do Histórico ao Lúdico: século XX" (2017), deu seu depoimento sobre a capela de São Benedito, segundo o qual está localizada em um setor da cidade onde historicamente se concentrou a população negra de origem africana, para a qual o templo foi símbolo de resistência nos tempos de escravidão e posteriormente recuperado pelos seus descendentes quando em ruína no século XX. Segue a transcrição do depoimento dado pelo entrevistado sobre a Igreja de São Benedito:

> Localizada no bairro dos negros, outrora "Rua da Palha", Bairro da Santa Cruz. Habitado por uma esmagadora existência de pescadores e lavradores, os quais supriam a maior parte da comunidade dos produtos do mar (leia-se marés) e os produzidos na terra. Crustáceos, peixes, mariscos, esta era a nossa base alimentar. Com relação às origens daqueles trabalhadores e habitantes do "bairro", desconfia-se que os mesmos eram oriundos de resquícios de populações africanas que por aqui foram escravizadas, motivo pelo qual a maioria era negra. As habitações eram casebres cobertos de palha de coqueiros, o que fortalece ainda mais a outrora designação da Rua Manuel Alves Freire, aquela que dá acesso ao cemitério municipal, que sempre a conhecemos como Rua da palha. Provavelmente tenha sido a primeira igreja do município com devoção a Nossa Senhora dos Homens Pretos, Amparo e hoje São Benedito. Este templo pode ter sido o principal lugar de sociabilidade dos afrodescendentes santoamarenses com a formação das suas irmandades. Logo, símbolo de resistência do negro em terras dos tupinambás. Ali habitavam a maior concentração de afrodescendentes em área urbana em nosso município. No entanto, lá pelos idos da década de 40, moradores do bairro Santa Cruz, de forma simplória, iniciaram melhoramentos nas estruturas da velha Igreja. Recordemos, Mauro dos Santos, neto de negros escravizados no Engenho Caieiras, onde nasceu e constituiu família. Pai de 13 filhos, foi carreiro, pescador de caranguejos, de onde retirava o sustento de sua numerosa prole. "Seu Mauro da Santa Cruz", viveu 88 anos e notabilizou-se por ter sido um dos responsáveis pela reativação da velha igreja que até tempos pretéritos seus fiéis eram devocionários à Nossa Senhora do Amparo (Gilvan de Jesus Santos, 2016).

A partir disso, entendendo a religiosidade como aspecto da identidade cultural, e considerando a noção de descentralização e pluralização das identidades na sociedade pós-moderna defendida por Stuart Hall (2003), fica claro que em Santo Amaro das Brotas as identificações com os bens religiosos são diversas e coexistem num território religioso múltiplo, onde o catolicismo convive com as religiões afrodescendentes e protestantes. Valente (1994) traz uma afirmação que, apesar de ser considerada pela autora "genérica no tempo e no espaço face aos dados disponíveis atualmente", serve como parâmetro da complexidade dos aspectos identitários construídos a partir destes bens religiosos em vista de suas origens colonial, ao mostrar que, com o fim da imposição do catolicismo como religião oficial, a herança católica presente nos aspectos cívicos e nos sincretismos religiosos perpetuou na cultura dos ex-escravos.

> Conforme salienta Beozzo, muitos ex-escravos guardaram fielmente sua fé católica e foi grande sua participação nas novas associações criadas pela Igreja para substituir as antigas irmandades. Muitos também mantiveram a sua devoção aos santos tradicionais dos escravos. No entanto, "estas populações passaram muitas vezes a praticar os dois cultos, indo aos terreiros, numa espécie de fidelidade à sua herança africana, aos orixás, aos antepassados, e indo à Igreja para batizar seus filhos, em fidelidade à sua protetora Nossa Senhora, ao seu padrinho São Benedito e à sua condição de brasileiros" (VALENTE,1994, p. 56).

Desta forma, tanto nas igrejas valorizadas pelo IPHAN – Igreja Matriz de Santo Amaro e Capela de Nossa Senhora da Conceição – quanto na Igreja de São Benedito, aspectos religiosos, históricos, sociais e afetivos coexistem na conformação das identidades culturais. Na Igreja de São Benedito, mais ainda, coexistem aspectos da identidade de resistência da cultura negra, enquanto espaço de socialização e luta dos escravos através da irmandade dos negros. Essa realidade cultural múltipla da qual esses bens são portadores pode ser verificada ainda na fala do entrevistado anteriormente mencionado, que pertence ao Candomblé mas considera que "a Igreja Matriz é o maior símbolo de fé do nosso povo" (Gilvan de Jesus Santos, 2016).

Ademais, vale ressaltar que o reconhecimento da importância da Igreja de São Benedito no conjunto religioso se deu a partir da identificação dos atores locais que, ao promoverem a recuperação do bem e sua reinserção no calendário religioso da comunidade, agem como sujeitos da atribuição de valor ao mesmo. Na pesquisa de campo moradores e o padre local colocaram a mesma questão: o motivo desta capela histórica não ter sido protegida pelo IPHAN como foram a Igreja Matriz e a Capela de Nossa Senhora da Conceição. Certamente o motivo seria pela sua feição modesta, sem o caráter excepcional que determinou os tombamentos na época. No entanto, considerando as concepções patrimoniais e constitucionais atuais, a valorização cultural da igreja de São Benedito parte do entendimento do bem como portador de referência da cultura negra, no sentido que reforça uma trajetória de luta dos negros pelo

reconhecimento de sua cultura. As igrejas de irmandades de negros tombadas pelo IPHAN nas primeiras décadas da instituição federal foram valorizadas pelos seus aspectos artísticos, mas não pelo seu sentido cultural. A cultura negra que deu vida a esses bens não foi contemplada pelos discursos de valor nacional dos mesmos. Assim, entende-se que a presença e valorização da igreja do Co-padroeiro São Benedito junto às outras igrejas tombadas é fundamental para trazer essa nova narrativa patrimonial.

Em 20/11/2009 foi iniciado um movimento de valorização da identidade afrodescendente do povo santoamarense, idealizado pelo professor já mencionado Gilvan de Jesus Santos – na época vereador do Município –, e intitulado "Movimento Zumbi dos Palmares: Vive!". Em seu depoimento sobre o projeto, Gilvan Santos colocou que,

> Diante da ausência do auto reconhecimento enquanto afrodescendentes, viu-se a necessidade de que, através de políticas públicas, se ensejasse um trabalho através de todas as esferas de poder locais, dos agentes educacionais e culturais, para se trabalhar essa questão por toda a comunidade e assim se procedeu (Gilvan de Jesus Santos, 2016).

Assim, o dia 20 de novembro, que marca a morte de Zumbi dos Palmares, foi decretado feriado municipal de Santo Amaro das Brotas a partir de 2009, data em que, desde então, são promovidas manifestações em comemoração ao Dia da Identidade Negra. Nos dois primeiros anos do Movimento, as manifestações contaram com a lavagem das escadarias da Igreja de São Benedito pelos grupos das religiões de matriz africana. No entanto, esta manifestação não teve continuidade nos anos seguintes, como aponta Gilvan Santos na sequência de seu depoimento:

> Através da Lei Municipal nº 403 de 17/06/2009, fruto da iniciativa do Vereador Professor Gilvan, a partir desta data se estabeleceu neste município o dia 20 de novembro: Dia da Consciência Negra e Dia dos afrodescendentes santamarenses – Feriado Municipal. Para que durante o período que antecedia o feriado essa temática fosse trabalhada na comunidade. E as oficinas de teatro, danças, percussão, rodas de conversas, exibição de filmes, documentários, etc., contagiavam a todos. E no dia do feriado em praça pública tudo isso era apresentado à comunidade num grande festival. E o mais ousado era reunir os grupos e casas (terreiros) das religiões de matrizes africanas pelas ruas da reticente cidade, através da lavagem das escadarias da Igreja de São Benedito, ato não muito absorvido pelos moradores. Semente plantada, sementes jogadas ao vento, frutificaram. Hoje a data e o feriado municipal são comemorados principalmente nas escolas, celeiros formadores de novas consciências e novas posturas diante do mundo e da realidade (Gilvan de Jesus Santos, 2016).

As imagens a seguir são referentes ao cortejo e lavagem das escadarias da Igreja de São Benedito pelos grupos de matriz africana em 2010:



Figura 59 - Cortejo dos grupos de matriz africana de Santo Amaro das Brotas, em 20/11/2010.
Fonte: Márcio José.



Figura 60 - Lavagem das escadarias da Igreja de São Benedito pelas religiões de matriz africana.
Fonte: Márcio José.



Figura 61 - Lavagem das escadarias da Igreja de São Benedito pelas religiões de matriz africana.
Fonte: Márcio José.

Desta forma, tais manifestações reforçam a referência do edifício à cultura negra e, com isso, os grupos religiosos e os cidadãos responsáveis, como o idealizador do "Movimento Zumbi dos Palmares: Vive!", Gilvan Santos, agem como sujeitos da atribuição de valor ao bem, contribuindo assim para a construção e/ou reafirmação das identidades culturais locais. No entanto, em meados de 2015, foram executadas obras na Igreja de São Benedito pelos responsáveis da paróquia e, nesta ocasião, foi instalada uma grade cercando o edifício e sua escadaria. A intervenção, justificada como medida de segurança ao bem, compromete sua relação com a praça e, neste caso, enquanto antiga irmandade dos negros e votada ao santo negro Santo Benedito, prejudica a prática de rituais sincréticos tradicionais às religiões afro-brasileiras como são as lavagens das escadarias em celebração às divindades africanas simbolizadas pelos santos católicos. Neste sentido, mais uma vez é evidenciada a importância de que as intervenções nos bens culturais considerem o conjunto de práticas sociais a eles relacionadas.



Figura 62 - Igreja de São Benedito cercada com grade.
Fonte: a autora (2016).

Outros importantes sujeitos da ação, que promovem a reafirmação dos valores atribuídos aos bens através das práticas sociais a eles relacionadas, são aqueles ligados à igreja católica, como a equipe litúrgica da paróquia de Santo Amaro, responsável pela organização de missas, procissões e festejos religiosos. E, ainda, os grupos de devotos que organizam e participam das práticas religiosas. Assim como em todo o Estado de Sergipe, a força do catolicismo popular é notória em Santo Amaro das Brotas e atestada pelos dados do último censo do IBGE (2010) sobre a "população residente por religião" no município, que indicaram o total de 8026 fiéis da religião católica apostólica romana, acompanhados do total de 1244 seguidores da religião evangélica e do total de 105 seguidores das religiões espíritas. A força do catolicismo no município é evidenciada, ainda, pela tradição das manifestações católicas que integram os bens religiosos, fortalecendo o potencial dos mesmos como elementos de identidade local ao serem ressignificados pelos grupos a cada contexto histórico. Os seguintes registros históricos das procissões do padroeiro Santo Amaro foram apresentados pela paróquia.



Figura 63 - Procissão do padroeiro Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE, s/d.



Figura 64 - Procissão do padroeiro Santo Amaro, em Santo Amaro das Brotas.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE, 1981.

O calendário católico do município é marcado pelas celebrações aos santos de devoção, e entre as grandes manifestações religiosas se destacam as festas do padroeiro Santo Amaro e do co-padroeiro São Benedito, assim como a de Nossa Senhora da Conceição. Os tradicionais festejos em comemoração ao padroeiro da cidade incluem a novena no período que compreende o dia 15 de janeiro, dia de Santo Amaro, quando acontece a procissão seguida da festa na praça da igreja. A programação durante a novena é organizada pela equipe litúrgica da paróquia de Santo Amaro. No dia da festa é montado um palco na praça da Igreja Matriz, onde o padre celebra a missa campal que antecede a procissão com a imagem do santo. No retorno da procissão o festejo religioso acontece com apresentação da banda da igreja e queima de fogos. A cada ano, o percurso da procissão é previamente divulgado para que os fiéis enfeitem suas portas para saudar a imagem do santo. Assim, são montados pequenos altares com imagens de santos e arranjos de flores nas calçadas, portas e janelas das casas, que se abrem para a procissão.



Figura 65 - Festa do Padroeiro Santo Amaro, 2017.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE.



Figura 66 - Procissão do Padroeiro Santo Amaro, 2017.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE.



Figura 67 - Procissão de Santo Amaro, 2017.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE.



Figura 68 - Imagens dos enfeites e altares montados nas portas das casas pelos fiéis para a procissão de Santo Amaro.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE.

As novenas, procissões e festas também marcam as celebrações ao co-padroeiro São Benedito, comemorado em sua igreja histórica no dia 5 de outubro, com programação organizada pela paróquia de Santo Amaro. Os festejos em comemoração à São Benedito acontecem desde a década de 1940, quando a igreja foi recuperada da situação de ruína pela comunidade e votada ao santo negro. Assim como na festa de Santo Amaro, o palco é montado na praça da igreja de São Benedito para a missa campal e festa após a procissão.



Figura 69 - Festa do co-padroeiro São Benedito, 2016.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE.



Figura 70 - Procissão de São Benedito, 2016.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE.



Figura 71 - Procissão de São Benedito, 2016.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE.



Figura 72 - Procissão de São Benedito, 2016.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE.

Como mencionado anteriormente, o dia 8 de dezembro é celebrado em Santo Amaro das Brotas com procissão, missas e festa na capela rural de Nossa Senhora da Conceição, cuja tradição religiosa tem mais de um século. As celebrações, tradicionalmente organizadas pelos descendentes da família Maynart – proprietários das terras do antigo engenho Caieira – junto

aos párocos de Santo Amaro, têm início com a missa matinal na capela rural. Desta forma, desde cedo se percebe a movimentação de fiéis vindo de diferentes localidades. No período da tarde parte dos fiéis se concentra junto ao padre na praça da Igreja Matriz, de onde sai a procissão de aproximadamente três quilômetros até a capela da Conceição. O padre dá início aos cantos e orações orientando a caminhada, que parte em direção à estrada de acesso da cidade, passando em frente à igreja de São Benedito. A medida em que a procissão passa pelas ruas e residências, mais pessoas vão se juntando ao grupo. Outras muitas vão para a porta das casas assistir a procissão passar.

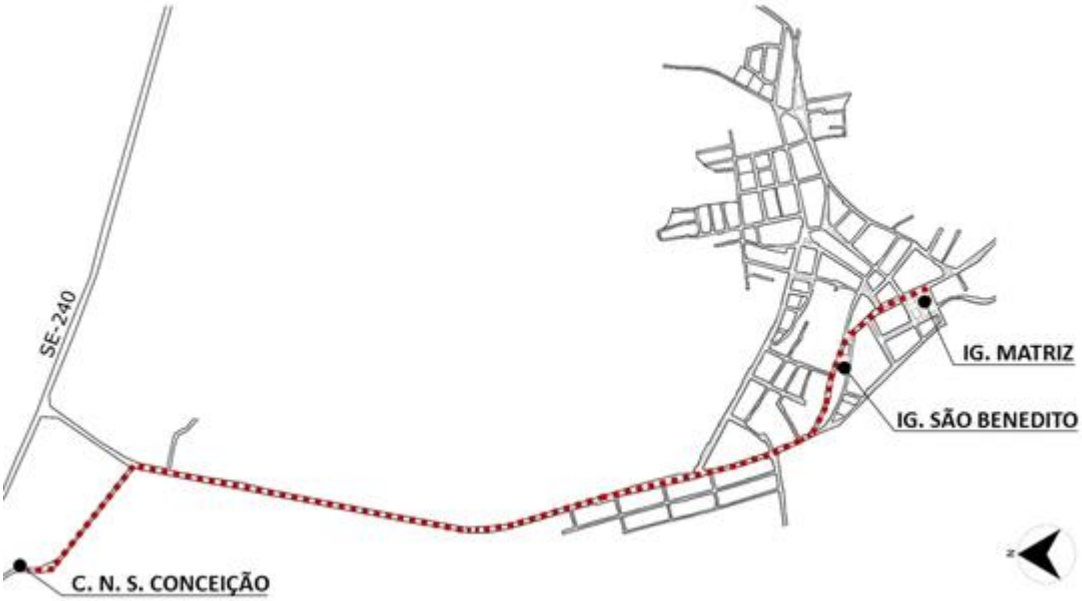


Figura 73 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com tracejado indicando o caminho da procissão de N. S. da Conceição.
Fonte: a autora (2016).



Figura 74 - Procissão de Nossa Senhora da Conceição, 2016.
Fonte: a autora.



Figura 75 - Procissão de Nossa Senhora da Conceição, 2016.
Fonte: a autora.

O uso de sombrinhas pela maioria alivia o calor intensificado pela ausência de árvores no caminho. Como a procissão ocupa as ruas e passa pelo trecho da rodovia de acesso à cidade, que não possui acostamento, um carro sai à frente dos fiéis indicando a presença do grupo. Ao se aproximar da estrada de terra Alto da Boa Vista, que dá acesso à capela rural, há o encontro da procissão com grupos vindos de toda a região. Ao redor da capela, grande número de fiéis já aguarda pela procissão guiada pelo padre, que traz a imagem de Nossa Senhora da Conceição. Devido à quantidade de pessoas, a missa é celebrada na área externa da capela. Os bancos e o altar com a imagem da santa são colocados no adro em meio ao cruzeiro.



Figura 76 - Festa de Nossa Senhora da Conceição, 2016.
Fonte: a autora.



Figura 77 - Missa de Nossa Senhora da Conceição, 2016.
Fonte: Gina Maynart.



Figura 78 - Missa de Nossa Senhora da Conceição, 2016.
Foto: Gina Maynart.

Durante a festa de Nossa Senhora da Conceição, vendedores populares movimentam o comércio local com a venda de comidas e bebidas. A festa dura até o período da noite, e o mesmo caminho da procissão é feito pela população que retorna à sede do município de Santo Amaro das Brotas. Em 2015, esse percurso foi favorecido pela obra de infraestrutura urbana

desenvolvida pelo governo estadual na rodovia de acesso à área urbana, rod. Roney Santos da Silva, com instalação de passeio público (de aproximadamente um metro de largura em um dos lados da via) e iluminação de todo o trecho. No entanto, ao chegar na cidade, a realidade de infraestrutura urbana inadequada e insuficiente é verificada em relação à ausência de calçadas e fraca iluminação pública das ruas, que prejudicam o percurso dos pedestres.



Figura 79 - Rodovia de acesso à sede de Santo Amaro das Brotas, mostrando parte do calçamento e iluminação pública instalados.
Fonte: a autora (2016).

Além destas manifestações religiosas, demais santos católicos e datas cristãs são celebrados com procissões que acontecem entre as três igrejas históricas, como exemplo a festa de Santa Luzia no dia 13 de dezembro, com procissão que parte da igreja Matriz para a capela da Conceição; a procissão de Nossa Senhora Aparecida em 12 de outubro, que parte da igreja Matriz para sítios particulares; a procissão de Nossa Senhora de Fátima no dia 13 de maio, que parte de diferentes pontos em direção à igreja Matriz; a procissão da Divina Misericórdia em 3 de abril, que parte da capela da Divina Misericórdia para a igreja Matriz; a procissão penitencial com a imagem de Nossa Senhora das Dores partindo da igreja Matriz em direção à capela de Nossa Senhora de Sion, no dia 12 de abril; a procissão do Domingo de Ramos na Semana Santa, que parte da igreja de São Benedito para a igreja Matriz de Santo Amaro; e a procissão do Senhor Morto na Sexta Feira da Paixão, dia 14 de abril. Esta última é seguida da Encenação da Paixão de Cristo, organizada pela igreja Matriz com o apoio da Prefeitura Municipal e do Movimento Cultural Ciranda Alternativa, a ser apresentado a frente. O evento é feito todos os anos na praça lateral da igreja Matriz, onde os organizadores montam um palco para as apresentações, como mostram as imagens a seguir.



Figura 80 - Procissão de Senhor Morto e Ofício da Paixão, 2015.
Fonte: Paróquia de Santo Amaro/SE.



Figura 81 - Encenação da Paixão e Morte de Cristo, 2017.
Fonte: Luiz Gomes.



Figura 82 - Encenação da Paixão e Morte de Cristo, 2017.
Fonte: Danilo Luky.

Ainda sobre o processo de secularização da Igreja Católica a partir do século XIX, outro fator se deu sobre o espaço urbano das cidades brasileiras, que lentamente começou a ganhar novos tratamentos a partir dos novos usos cotidianos. Começaram a surgir, então, equipamentos fundamentais para a ocupação dos espaços públicos, como a iluminação, o calçamento das vias, e elementos no sentido de proporcionar o lazer e o bem-estar, entre eles bancos e árvores.

> Luminárias de diferentes tipos e dimensões, bancos e placas, sinais de orientação específicos, bebedouros e até árvores e canteiros, elementos vivos para a fruição de todos! Na segunda metade dos oitocentos, esses novos figurantes se apresentam e difundem, alterando a feição centenária, desnuda e acanhada de nossos centros (MARX, 2003, p.156).

Murillo Marx, em sua obra "Nosso Chão, do sagrado ao profano", estuda a evolução dos espaços públicos brasileiros e a presença dos equipamentos urbanos ao longo do tempo, e considera que "cada um desses partícipes do espaço coletivo mereceria um estudo específico, que não apenas apontasse as linhas de sua presença entre nós, como sobretudo as possibilidades de mais bem contribuir para uma vida urbana mais digna" (MARX, 2003, p.156). Em seu estudo o autor conclui que o fato de serem recentes "o império da lei civil, o clamor das necessidades mais elementares, [e] a clareza dos limites do chão comum" (MARX, 2003, p.201) – face à lenta

secularização e tardia "mundanização" – torna compreensível a realidade de descuido dos nossos espaços públicos,

> O porquê de sua real pobreza, em número de elementos e quanto a sua pouca qualidade usual. O porquê dum notório descaso das autoridades municipais com sua feitura, seleção, disposição e manutenção. O porquê ainda mais triste e sintomático das fracas pressões, das tímidas exigências que a própria população, beneficiária de tal mobiliário, tem feito junto a seus governantes. E da falta de cuidado de uns e de outros com esses componentes que são de todos nós (...) (MARX, 2003, 157).

Entende-se, pois, que diante desse processo de evolução das formas de apropriação urbana, a proteção das áreas de entorno dos bens tombados e dos usos e valores a eles relacionados está diretamente relacionada às questões relativas ao espaço público e sua qualificação. Como defendem os novos discursos patrimoniais, o diálogo com a comunidade é fundamental para a atuação dos órgãos de preservação, considerando a realidade sempre distinta dos bens culturais e o papel dos sujeitos locais na apropriação e promoção desses espaços através dos usos e práticas sociais. Neste sentido, a arquiteta e urbanista Paola Jacques faz uma crítica à "espetacularização das cidades contemporâneas" ou "cidades-espetáculo", relacionada à "diminuição da participação popular, mas também da própria experiência física urbana enquanto prática cotidiana, estética ou artística" (JACQUES, 2005, p.16). A arquiteta indica aspectos urbanos pelos quais a "crise da noção de cidade" se torna evidente:

> (...) seja por congelamento – cidade-museu e patrimonialização desenfreada – seja por difusão – cidade genérica e urbanização generalizada. Essas duas correntes do pensamento urbano atual, apesar de aparentemente antagônicas, tendem a um resultado bem semelhante, que pode ser chamado de cidade espetáculo ou de "espetacularização" das cidades (JACQUES, 2005, p.17).

Diante disso, contra os processos de espetacularização, Jacques (2005) defende a importância da participação popular e vivência do espaço público nas questões relacionadas à qualificação urbana, o que também vale para a efetivação das políticas de preservação cultural.

> A tão sonhada (re)vitalização urbana – o sentido de revitalização aqui não seria mais o econômico, mas sim o de vitalidade, como vida decorrente de um público e atividades diversificadas – só poderia se realizar de forma não espetacular quando ocorrer uma apropriação popular e participativa do espaço público. O que evidentemente não pode ser completamente planejado, predeterminado ou formulado. A maior questão das intervenções não estaria na requalificação em si do espaço físico, material – pura construção de cenários – mas sim no tipo de uso que se faz do espaço público, ou seja, na própria apropriação pública desses espaços. Somente através de uma participação efetiva o espaço público pode deixar de ser cenário e se transformar em verdadeiro palco urbano: espaço de trocas, conflitos e encontros (JACQUES, 2005, p.19).

Essa perspectiva de apropriação popular e participativa do espaço público dialoga com o que o sociólogo Manuel Castells entende por "processo de mobilização social", a partir do qual são identificados significados e interesses comuns dentro de um contexto urbano. Em suas palavras:

> (...) sugeri que os movimentos urbanos (processos de mobilização social com finalidade preestabelecida, organizados em um determinado território e visando objetivos urbanos) estariam voltados a três conjuntos de metas principais:

> **necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos.** Contudo, em muitos casos, independentemente das conquistas mais evidentes do movimento, sua própria existência já produziu algum significado, não apenas para os atores sociais, mas para toda a comunidade. (...). Com efeito, argumentei, e ainda sustento essa opinião, que tal produção de significado é um elemento essencial das cidades, ao longo da história, pois o ambiente construído, bem como seu significado, são engendrados por um processo de conflito entre os interesses e valores de atores sociais antagônicos (CASTELLS, 2008, p.79,80; Grifo nosso).

Em Santo Amaro das Brotas esse processo de mobilização social acontece de forma consistente através de um dos sujeitos da atribuição de valor cultural identificados: o "Movimento Cultural Ciranda Alternativa". Tal movimento, formado em 2012 por jovens profissionais do município, entre eles historiadores, arquitetos, arqueólogos, administradores, designers e pedagogos, surgiu com o objetivo de vencer a situação de abandono dos espaços públicos e o enfraquecimento das práticas culturais e de entretenimento, propondo o envolvimento dos moradores na revitalização urbana, no fortalecimento de tradições culturais e recuperação ou reinvenção de manifestações que se perderam. Nas palavras de Márcio José, professor do município e um dos integrantes do Ciranda Alternativa:

> O movimento foi idealizado com o anseio de ocupar os espaços públicos do município, que a gente percebe que algumas praças estão vazias, sujas, com animais tomando conta; e com o anseio de despertar na comunidade o lazer, a criatividade, botar em prática a forma do artesanato, de você produzir a partir de oficinas.

Rodrigo Oliveira, que também é um dos idealizadores do movimento, enfatizou a importância da participação da sociedade no movimento:

> O que nos move, o que nos deixa felizes é quando a sociedade adentra o movimento, quando você está na rua e vem uma criança perguntar: quando é que vai ter o próximo ciranda? Ou quando um adulto, que também é um dos nossos focos, comenta: poxa, nunca vi isso em Santo Amaro, isso acontecia a décadas atrás e vocês vêm resgatando isso! Então isso é muito importante e é o que nós estamos querendo espalhar para as pessoas.

As atividades do Movimento Ciranda Alternativa têm a característica do cortejo. Partindo de um ponto da cidade, a concentração dos participantes tem início com a prática de pintar os rostos. Com os rostos pintados o grupo sai em cortejo pelas ruas e praças brincando e convidando os moradores a participar das atividades e a ocupar o espaço público. Nas palavras do grupo: "na exploração de novos espaços que se encontram em estado de abandono, levaremos o que temos de melhor para dar vida a esses espaços".



Figura 83 - Movimento Cultural Ciranda Alternativa em cortejo pela cidade de Santo Amaro das Brotas.
Fonte: Márcio José.



Figura 84 - Jovens santoamarenses em cortejo junto ao Movimento Cultural Ciranda Alternativa.
Fonte: acervo Ciranda Alternativa.

O percurso é finalizado na praça da Igreja Matriz, onde se localiza a sede do Ciranda Alternativa conhecida como Espaço Cirandar, construção pertencente à paróquia de Santo Amaro com cômodo que se encontrava sem uso e a partir de então foi disponibilizado ao Movimento. Por fim, na praça acontecem as demais atividades programadas. As imagens a seguir mostram a

localização do Espaço Cirandar, voltado para a Igreja Matriz e vizinho à escola estadual Esperidião Monteiro, compondo um rico ambiente cultural.



Figura 85 - Praça da Igreja Matriz indicando o Espaço Cirandar e a Escola Municipal Esperidião Monteiro.
Fonte: a autora (2016).



Figura 86 - Escola Municipal Esperidião Monteiro, à esquerda, e Espaço Cirandar, à direita.
Fonte: acervo Ciranda Alternativa, s/d.

Além das atividades mensais, o Ciranda Alternativa promove a cada ano a Semana do Folclore, com cortejos e festejos dos grupos folclóricos, a Semana da Identidade Negra, eventos alusivos à emancipação política de Santo Amaro, cortejos em datas significativas como o

intitulado “Intervenção da Primavera”, o encontro “Somos Santoamarenses: redescobrindo Santo Amaro” junto aos professores Gilvan Santos e Silvaney Santos, o passeio “Santo Amaro pelas Águas”, as festas e feiras natalinas, o bloco de carnaval “Pinto do Meio Dia”, a exposição de altares de Santo Antônio, entre outros, sempre com o intuito de reunir a população e os grupos culturais do município.

As atividades do Ciranda Alternativa contam com a participação do Grupo de Teatro Folclórico Pernas de Pau, criado em Santo Amaro das Brotas na década de 1990, cujo idealizador, ator e diretor artístico Anastácio Lima, assim como outros membros da companhia, apoiam e integram o movimento cultural. Em sua biografia o grupo teatral apresenta que,

> O grupo surgiu no ano de 1990, a partir de oficinas de artes ministradas pelo Professor e Ator Anastácio Barbosa Lima – o Tácio Lima - com alunos do Ensino Fundamental, na Escola Estadual Esperidião Monteiro e a princípio era chamado "Grupo Teatral Juruama" - antiga denominação dada à cidade de Santo Amaro das Brotas. Logo após, o grupo se torna independente e passa a se chamar "Teatro Pernas de Pau".

O teatro Pernas de Pau, que já recebeu diversos prêmios regionais e o prêmio Nacional de Culturas Populares “Mestre Duda” pelo Ministério da Cultura, se caracteriza pela atuação com uso de pernas de pau em espetáculos de rua e cortejos festivos. O grupo teatral se apresenta em todo o Estado de Sergipe e se faz presente no movimento cultural Ciranda Alternativa tanto nos eventos comemorativos quanto nas atividades mensais, quando são promovidas as oficinas de pernas de pau à população jovem.



Figura 87 - Bloco de carnaval “Pinto do meio dia” organizado pelo Movimento Cultural Ciranda Alternativa, com a participação do Grupo Teatral Pernas de Pau, 2014.
Fonte: Márcio José.



Figura 88 – Apresentação do Grupo Teatral Pernas de Pau, em Santo Amaro das Brotas.
Fonte: Anastácio Lima, s/d.

O resgate cultural promovido pelo Ciranda Alternativa também acontece dentro das escolas, através do Programa Mais Cultura nas Escolas, que desenvolve oficinas, apresentações teatrais e atividades de educação patrimonial. Dentre as conquistas alcançadas, segundo os integrantes, houve o fortalecimento de grupos folclóricos do município e a consolidação do Reisado Dona Lindolfa, fruto do programa nas escolas. Como conta o agitador cultural Lucas Ferreira, o Movimento também organiza passeios pelo centro histórico, exercícios de mapas mentais e visitas a outras cidades históricas do Estado, para despertar nos alunos o reconhecimento de seu patrimônio histórico e a importância de preservá-lo. As redes sociais também são usadas para divulgar as atividades e programações do Ciranda Alternativa, onde o mesmo se apresenta da seguinte forma:

> O Ciranda Alternativa é um movimento formado por jovens inquietos da cidade de Santo Amaro das Brotas, Sergipe. Juntos, procuram manter vivas as manifestações culturais locais. O primeiro encontro do movimento aconteceu no dia 4 de março de 2012, data que marcará o calendário cultural da cidade.
>
> Munidos de consciência ecológica, os integrantes ocupam civilizadamente os espaços públicos, desenvolvendo atividades que visam dois objetivos: o resgate da cultura de outrora, como as cirandas de roda, o uso de brinquedos artesanais e apresentações de grupos folclóricos, como também a introdução de novas perspectivas de entretenimento, como o "Cine Alternativo", e as oficinas de artesanato, pintura, etc. Essa pluralidade de atividades atrai um público diverso: pessoas de todas as faixas etárias podem participar, se encaixando nas que mais se identificam. O espaço é livre: a única regra é a diversão sem fronteiras.
>
> A atitude dos jovens fundadores vai de encontro à rotina monótona que frequentemente se observa nas regiões interioranas do Brasil, trazendo o despertar de muitos talentos, muitas vezes adormecidos. Seja na música, pintura, expressão corporal ou oral, verdadeiros artistas são revelados no decorrer dos encontros.
>
> O movimento é livre de qualquer conotação político-partidária, já que é formado por pessoas adeptas das mais diversas correntes. Como o nome sugere, é um movimento

> alternativo, sem restrições socioculturais. Cultura, opinião e filosofia de vida se unem, formando um "ponto de equilíbrio eclético". Os custos de aquisição e confecção de cenários, figurinos e oficinas são provenientes dos próprios integrantes, dos ingressos nas sessões do Cine Alternativo e de doações da comunidade local.
>
> O Ciranda Alternativa possui, de fato, um corpo diretivo que se reúne semanalmente, no intuito de organizar e planejar as atividades de cada encontro. Esse fato não dissolve o caráter democrático do movimento, pois qualquer um pode vir aos eventos, apresentar seus talentos e ensinar os interessados. Críticas e/ou sugestões também são bem-vindas e podem ser feitas estabelecendo contato com os organizadores, por meio da fanpage no Facebook: https://www.facebook.com/cirandaalternativa ou ainda via e-mail:cirandalternativa@hotmail.com

Diante disso, observamos que o principal fator da revitalização urbana defendido por Jacques (2005) – a apropriação popular do espaço público – se tornou real em Santo Amaro das Brotas através do Movimento Cultural Ciranda Alternativa. Desta forma, retomando a concepção de Alain Touraine sobre os sujeitos na democracia, enquanto atores sociais que se colocam como agentes da transformação de uma realidade estabelecida e da proteção de sua identidade cultural, cabe reconhecer o Movimento Cultural Ciranda Alternativa e os grupos por ele organizados como sujeitos da ação, os quais atribuem sentidos aos bens culturais em sua relação com os espaços públicos que constituem as áreas de entorno.

Dentre as atividades promovidas pelo Ciranda Alternativa desde sua formação, a Semana do Folclore acontece a cada ano no período que compreende o dia 22 de agosto, dia do folclore comemorado em todo o país. Sobre o intuito do Movimento com a organização da Semana do Folclore, o grupo coloca que,

> O movimento Ciranda Alternativa, preocupado com a valorização da nossa identidade, vem através deste projeto incentivar as práticas de reafirmação cultural do nosso povo, através de oficinas realizadas junto às escolas do nosso município e a inserção dos grupos folclóricos na comunidade. Temos o intuito de levar aos alunos um despertar sobre a sua importância no processo de formação e reafirmação dessa "tal identidade", apresentando a eles o deslumbrante mundo das histórias populares, dos jogos e brincadeiras perdidas no nosso inconsciente, e revivendo histórias de mestres populares e grupos folclóricos existentes em nosso município (Ciranda Alternativa, 2014).

Deste modo, a rica programação durante a semana, junto às escolas municipais, é encerrada com a culminância dos grupos folclóricos do município no último dia do evento, quando acontece o cortejo folclórico seguido do festejo na praça da Matriz. No mesmo dia, durante a tarde, as crianças das escolas saem em cortejo e se apresentam em frente à Igreja Matriz.



Figura 89 - Cortejo folclórico com as crianças da escola Menino Jesus de Sion.
Foto: a autora (2017).



Figura 90 - Apresentação de Maculelê com o professor de capoeira da escola Menino Jesus de Sion.
Fonte: a autora (2017).

Para a organização do festejo, o Ciranda Alternativa faz o contato direto com os grupos folclóricos, muitos deles residentes dos povoados do município. O Espaço Cirandar é então preparado para receber os grupos durante o festejo, onde são servidos lanches e bebidas aos mestres e brincantes. Além disso, o Movimento solicita o reforço da iluminação pública da praça à prefeitura, e organiza o ordenamento das feirinhas de comida e artesanato que movimentam o comércio local. A concentração dos grupos folclóricos e da população para o início do cortejo acontece no largo da rodoviária (ou largo Tiradentes), em frente à praça de

eventos. Esta praça é comumente usada pelo Ciranda Alternativa em seus eventos e na realização dos cortejos como ponto de ligação com a praça da Igreja Matriz. De lá o cortejo parte em direção à praça da Igreja Matriz, pelo trajeto indicado a seguir.



Figura 91 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com tracejado vermelho indicando o caminho do cortejo folclórico.
Fonte: a autora (2017).



Figura 92 - Foto aérea de Santo Amaro das Brotas com tracejado indicando o caminho do cortejo folclórico.
Fonte: a autora.

As imagens a seguir mostram a participação dos grupos folclóricos na Semana do Folclore, entre eles o Batalhão Senhor do Bonfim, o Batalhão de São Pedro, o Reisado Belas Estrelas, o Reisado Tia Lindolfa, o Reisado Dona Anúzia, o Guerreiro Estrela de Ouro, o Samba de coco São Benedito, o Grupo de Capoeira Dendê, o Grupo Teatral Pernas de Pau, entre outros.



Figura 93 - Cortejo Folclórico V Semana do Folclore. Santo Amaro das Brotas, 2016.
Fonte: Rodrigo Oliveira.



Figura 94 - Cortejo Folclórico IV Semana do Folclore. Santo Amaro das Brotas, 2015.
Fonte: acervo Ciranda Alternativa.



Figura 95 - Reisado Tia Lindolfa, Vª Semana do Folclore, 2016.
Fonte: Rodrigo Oliveira.



Figura 96 - Cortejo IV Semana do Folclore, 2015.
Fonte: acervo Ciranda Alternativa.



Figura 97 - Grupo Teatral Pernas de Pau no cortejo da Vª Semana do Folclore, 2016.
Fonte: Rodrigo Oliveira.



Figura 98 - Cortejo da VI Semana do Folclore, 2017.
Fonte: acervo Ciranda Alternativa.



Figura 99 - Culminância dos grupos folclórico na praça da Igreja Matriz, Vª Semana do Folclore, 2016.
Fonte: Rodrigo Oliveira.



Figura 100 - Batalhão Senhor do Bonfim no cortejo da Vª Semana do Folclore, 2016.
Fonte: Rodrigo Oliveira.

3.2 Os Espaços das Práticas Sociais

Para orientar a identificação dos espaços de influência dos bens culturais, é importante retomar a motivação da nova abordagem proposta para a delimitação do entorno de bens individualmente tombados: atestar a contribuição do entorno na proteção dos bens e das práticas que os integram, considerando a definição de patrimônio cultural pelo Artigo 216 da Constituição de 1988, como "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira". Deste modo, o entorno do bem isolado é aqui entendido como o espaço que compreende as práticas sociais a ele relacionadas e, junto a aspectos da história e da memória, sustenta a construção e reafirmação das identidades culturais. Ou seja, a abordagem em questão pretende que o entorno seja delimitado e trabalhado de forma a garantir que esse patrimônio isoladamente tombado tenha sentido enquanto bens culturais de referência à memória, à identidade e à ação dos grupos locais.

O conhecimento das práticas sociais que integram os bens tombados de Santo Amaro das Brotas deu o suporte necessário para uma delimitação de entorno fundamentada na apreensão e preservação das referências culturais manifestadas a partir desse patrimônio, colocando a fala dos sujeitos identificados como a fala legítima em relação aos valores dos bens culturais. Ao analisar as diferentes práticas por meio da experiência e vivência no sítio, foi possível verificar uma característica comum a elas: o cortejo, seja ele religioso, folclórico, festivo, ou voltado à mobilização social. A prática do cortejo, cuja influência decorre das tradicionais procissões católicas e, ainda, do carnaval – festejo popular de rua oriundo do cristianismo ocidental, que no período colonial brasileiro ganhou traços das culturas portuguesa, indígenas e africanas –, marca o conjunto de manifestações culturais relacionadas aos bens culturais.

Neste sentido, partindo do entendimento das práticas sociais como elemento qualificador do entorno, a rua, enquanto espaço de realização das mesmas, é então apreendida como suporte físico que estabelece a relação entre os edifícios religiosos e os valores a eles atribuídos através dos usos. Desta forma, temos a rua como componente da materialidade a ser trabalhado e qualificado no intuito de valorizar as práticas sociais que integram os bens tombados. Além da rua, outros suportes físicos importantes na preservação dos bens culturais e na qualificação de suas ambiências são as praças: assim como a rua, as praças ou adros das igrejas são tidos, tradicionalmente, como extensão dos espaços religiosos em suas

manifestações. Assim, praças e ruas, enquanto espaços públicos e espaços de entorno dos bens tombados, devem assegurar a qualidade necessária para o uso e apropriação dos bens culturais.

Em Santo Amaro das Brotas a ausência de calçadas de pedestre nas ruas é uma realidade constante. A área do passeio público é frequentemente usada para vencer os diferentes níveis topográficos de cada construção, resultando em um espaço inacessível ou de difícil circulação, tomado por degraus, rampas e muros. Desta forma, é comum a circulação dos pedestres pela faixa de rodagem dos veículos. No entanto, as ruas da cidade em sua maioria são largas e, com isso, possibilitam o agenciamento urbanístico e paisagístico de forma a qualificar os espaços das práticas sociais e favorecer a circulação dos pedestres. Além disso, em geral as ruas funcionam como pistas de mão dupla para os veículos e, deste modo, um projeto de trânsito também poderia ser proposto junto ao plano de qualificação dos espaços urbanos de entorno dos bens tombados. A percepção destes aspectos do espaço urbano foi intensificada durante a participação no cortejo folclórico e na procissão de Nossa Senhora da Conceição, quando também foi verificada a fraca iluminação pública em trechos dos percursos.







Figura 101 - Ruas de Santo Amaro das Brotas.
Fonte: a autora (2017).



Figura 102 - Avenida de Santo Amaro das Brotas observando a ausência de passeios públicos.
Fonte: a autora (2017).

Como ponto de partida para a delimitação de entorno dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas, nos vale refletir acerca das referências culturais apreendidas que se deseja preservar. É importante, a princípio, recapitular que os dois edifícios tombados, a Igreja Matriz de Santo Amaro das Brotas (datada de 1728) e a Capela de Nossa Senhora da Conceição do antigo Engenho Caieira (datada de 1750), fazem referência ao mesmo contexto histórico: o contexto de formação da vila, determinado pela prosperidade da produção açucareira e da atividade portuária na região. Além de suas referências à memória e história local, a partir destes bens coexistem referências múltiplas que puderam ser identificadas, seja da força religiosa, das tradições festivas, dos espaços de encontro ou das formas de expressão. No entanto, tais referências culturais dos bens tombados são expressas em meio ao seu contexto espacial e através das práticas sociais. Neste sentido, no exercício de delimitação do entorno devemos considerar o território religioso no qual esses edifícios estão inseridos, que apresenta elementos fundamentais à sua apreensão como referências culturais.

Atualmente, as três igrejas históricas, a igreja matriz do padroeiro Santo Amaro, a capela rural de Nossa Senhora da Conceição e a igreja do co-padroeiro São Benedito, compõem o ciclo religioso católico do município. Como foi visto, as manifestações religiosas acontecem entre elas, inclusive das demais igrejas do município e povoados. Além disso, estes três edifícios históricos também são marcos referenciais das demais manifestações culturais da localidade. A capela da Conceição, além das celebrações católicas, recebe em seu adro, em meio ao cruzeiro e sua paisagem natural, manifestações tradicionais africanas. Da mesma forma, a igreja de São Benedito também apresenta registros de celebrações dos grupos religiosos de matriz africana da cidade.

A Igreja Matriz, enquanto símbolo da passagem dos Carmelitas e do poder da igreja católica no período colonial, conta sobre o princípio da história do povo santoamarense. No entanto, por si só ela não faz referência à grande parcela daquela primeira geração de seu povo: a população negra e escrava. É através da Igreja de São Benedito, que representa o primeiro território negro conformado naquele conjunto religioso construído pela igreja católica, que a referência à história do povo santoamarense se torna completa. Entendemos, pois, que a Igreja de São Benedito é parte importante dessa referência cultural e do espaço de sua apreensão. Além disso, no traçado urbano, a Igreja de São Benedito contextualiza, junta à igreja matriz, o território religioso criado na vila. Assim, a partir desta análise, concluímos que, para a apreensão destas referências culturais, o entorno da igreja Matriz tombada deve incluir a igreja de São Benedito e o espaço das práticas a elas relacionadas.

Além disso, deixamos aqui registrada a importância de um processo de valorização da Igreja de São Benedito pela instituição federal, considerando as concepções patrimoniais atuais e, ainda, considerando que a memória e o discurso do que o IPHAN legitima é muito importante para o que é propagado como patrimônio cultural. Desta forma, cabe ao IPHAN o reconhecimento do bem como portador de referência à cultura negra e seu processo de resistência, de modo a valorizar e promover, ainda, as manifestações a ela relacionadas da tradição afro-brasileira. No século XX, quando a Igreja de São Benedito ainda se encontrava em ruína, seu largo começou a ser ocupado, inicialmente para a construção da escola municipal D. Adélia do Prado Franco. Mais tarde, a ocupação foi intensificada por construções residenciais e comerciais, resultando nas porções de praça indicadas nas imagens a seguir. Desta forma, a partir de sua inserção na área de entorno dos bens tombados, estes espaços públicos deverão ser protegidos.

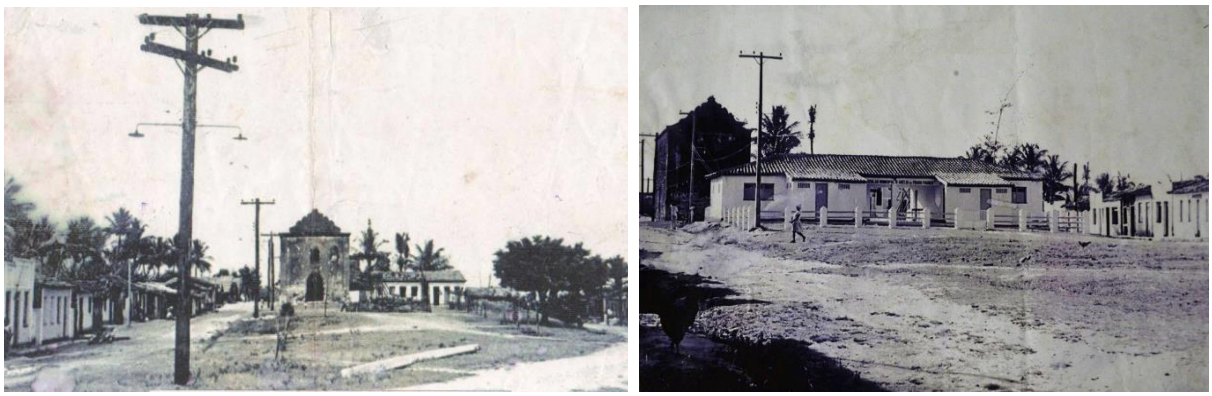


Figura 103 – Vistas do largo da Igreja de São Benedito, quando ainda em ruína no século XIX.
Fonte: acervo pessoal Gilvan de Jesus Santos.



Figura 104 - Ocupações na praça da Igreja de São Benedito, que está indicada pela seta vermelha.
Fonte: a autora (2017).

No dia 26/08/2017, foi feita uma reunião com os integrantes do Movimento Cultural Ciranda Alternativa, a fim de discutir a respeito dos espaços de suas práticas culturais e das qualificações urbanas almejadas. Questionados a respeito da praça lateral da Igreja Matriz, que se encontra descampada, o grupo debateu sobre os usos tradicionais e as potencialidades do local para as atividades culturais e religiosas do município. Assim, concluíram que seria interessante que aquela porção da praça preservasse sua qualidade de espaço livre e amplo, que comporta as atividades em grupo ali desenvolvidas, como apresentações culturais, de palestras, e a encenação da Paixão de Cristo. Além disso, colocaram como equipamentos públicos necessários o reforço da iluminação de toda a praça, a instalação de bancos e arborização.

Em relação às demais práticas culturais e espaços de interesse, os integrantes do Ciranda Alternativa comentaram sobre a utilização da Praça de Eventos para as suas atividades. Segundo eles, houve um período em que foi proibido o uso da praça pela prefeitura municipal, pelo motivo da obra de urbanização da mesma não ter sido concluída. No entanto, a praça nunca foi inaugurada, e o espaço público se manteve sem uso até que o movimento cultural começou a ocupá-lo. O grupo relatou que a iniciativa de dar uso à praça teve um retorno positivo, sendo frequentemente ocupada atualmente, inclusive pela secretaria municipal de cultura, que passou a utilizá-la para seus eventos depois de acompanhar os festejos folclóricos promovidos pelo Ciranda Alternativa no local.

Além disso, o largo Tiradentes em frente à praça de eventos, mais conhecido como largo da rodoviária, é um ponto importante na realização dos cortejos folclóricos organizados pelo movimento cultural. Como já foi mencionado, neste espaço se concentram os grupos folclóricos vindos dos povoados, e de lá partem em cortejo até a praça da igreja matriz. Desta forma, o grupo comentou na reunião que faz falta, neste local, um espaço fechado para os mestres e brincantes trocarem de roupa e se prepararem para o cortejo. A praça de eventos possui vários quiosques que se encontram sem uso, e que poderiam atender a essa necessidade. Além disso,

outra questão que prejudica o uso do espaço, colocada pelo grupo e verificada pela autora, é o frequente acúmulo de lixo ao redor da praça. Em relação às ruas usadas nos cortejos folclóricos, o grupo evidenciou a fraca iluminação pública e a falta de arborização na cidade.



Figura 105 - Praça de Eventos de Santo Amaro das Brotas.
Fonte: a autora (2017).



Figura 106 - Praça de Eventos de Santo Amaro das Brotas.
Fonte: a autora (2017).

Neste sentido, pelas observações de campo junto aos representantes do Ciranda Alternativa, ficou claro que o espaço que compreende a praça de eventos e o largo da rodoviária funciona como ponto de ligação com a praça da Matriz em suas práticas. Além disso, foi identificado que o caminho do cortejo folclórico, pela rua Valdemar Sobral e travessa de mesmo nome, assim como a rua paralela, rua Matias Curvelo de Melo, que também chega no largo da rodoviária – e por onde passa o cortejo folclórico dos alunos das escolas –, são comumente atravessados pelas procissões católicas. Apesar das procissões do padroeiro Santo Amaro e do co-padroeiro São Benedito não terem um percurso definido, sendo alterado a cada ano, as ruas

citadas, nos trechos que vão do largo da rodoviária até a avenida Lourival Batista, que ladeia a praça da Igreja Matriz e a praça de São Benedito, são acessos frequentes nos caminhos das procissões, como relatado pelas pessoas interrogadas. As imagens a seguir indicam os referidos trechos das ruas usadas nos cortejos e procissões.



Figura 107 - Mapa de Santo Amaro das Brotas indicando a rua e travessa Valdemar Sobral em vermelho, a rua Matias Curvelo de Melo em azul e a Avenida Lourival Batista em amarelo.
Fonte: a autora (2017).



Figura 108 - Vista aérea de Santo Amaro das Brotas indicando a rua e travessa Valdemar Sobral em vermelho, a rua Matias Curvelo de Melo em azul e a Avenida Lourival Batista em amarelo.
Fonte: a autora (2017).

Alguns dos caminhos das procissões de Santo Amaro e de São Benedito já realizadas, descritos pelos moradores interrogados, foram indicados nos mapas a seguir, que mostram a alteração dos percursos e a frequência dos trechos referidos nos diferentes trajetos.

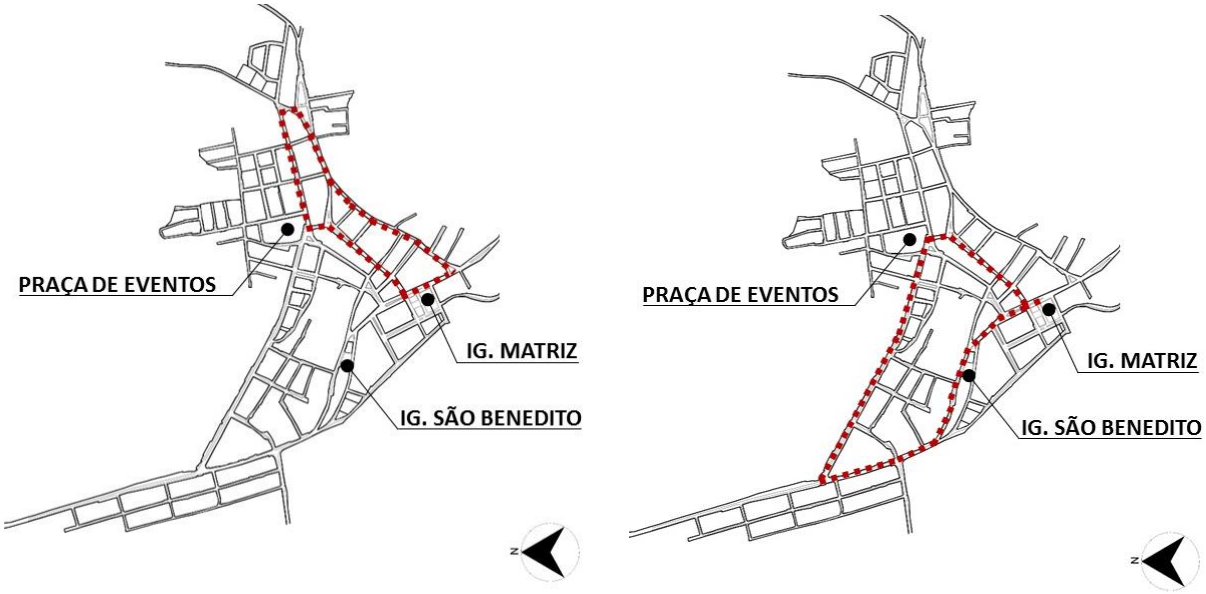


Figura 109 - Mapas de Santo Amaro das Brotas indicando caminhos já realizados na procissão de Santo Amaro das Brotas.
Fonte: a autora (2017).

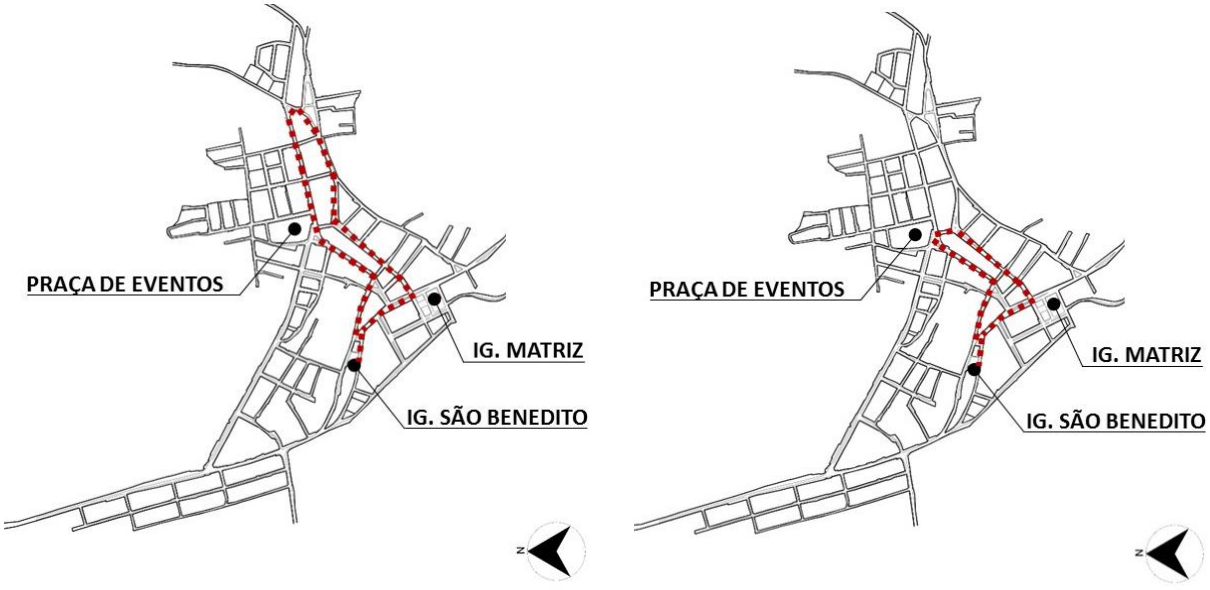


Figura 110 - Mapas de Santo Amaro das Brotas indicando caminhos já realizados na procissão de São Benedito.
Fonte: a autora (2017).

Desta forma, entendemos que os trechos das ruas indicadas, por onde passam os cortejos folclóricos e as procissões religiosas, chegando ao conhecido largo da rodoviária em frente à

praça de eventos, são espaços importantes na promoção das práticas culturais relacionadas aos bens religiosos, e por isso devem ser incluídos na área de entorno.

Em relação ao entorno da capela rural de Nossa Senhora da Conceição, é fundamental que o mesmo garanta a proteção de seus acessos de forma a preservar os usos e a interação estabelecida com os demais bens religiosos da cidade por meio das práticas tradicionais. Desta forma, o estudo de entorno da capela rural deve considerar a estrada de terra Alto da Boa Vista e a rodovia Roney Santos da Silva, que ligam o bem tombado à área urbana. Neste caso, a distância entre o bem e a rodovia Roney Santos da Silva pela estrada de terra Alto da Boa Vista, coincide com o raio mínimo de 500 metros adotado como critério de definição de entorno por legislações estrangeiras (como a francesa) e já usado pelo órgão nacional, por exemplo para a demarcação do entorno da Base Aérea de Santa Cruz: Hangar e Zepelin, no Rio de Janeiro (MOTTA, THOMPSON, 2010).

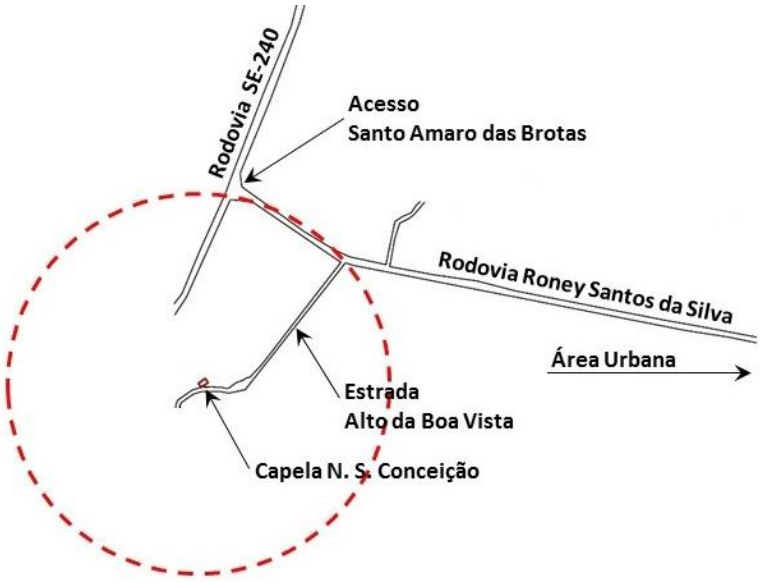


Figura 111 - Área correspondente ao raio de 500 metros a partir da capela da Conceição.
Fonte: a autora (2017).

Com isso, nota-se que esta predefinição do entorno pelo critério objetivo da distância de 500 metros a partir do bem garantiria uma proteção mínima da capela tombada com seu acesso pela Estrada Alto da Boa Vista. Ressalta-se ainda que, sendo o bem tombado uma capela rural, a paisagem livre de obstáculos e de alterações da conformação topográfica é um elemento importante a ser preservado. E essa paisagem é apreendida por meio de visuais importantes, como mostram as imagens dos caminhos de acesso ao bem, os quais abrangem aproximadamente 500 metros de distância a partir do edifício. Assim o valor de uso do bem religioso pelos grupos locais e sua apreensão como elemento da história desses grupos configurada na paisagem, se completam, atribuindo ao bem valor de referência cultural local

pela reapropriação do sítio e nacional pelo tombamento do IPHAN. No entanto, a demarcação deste perímetro, por si só, não garantiria a preservação da relação do bem com a cidade, sendo fundamental que o conjunto das práticas sociais que integram o bem tombado seja tratado como parâmetro norteador da análise e proteção de seu entorno pelo órgão de preservação, a cada tomada de decisão. Considerando o projeto de instalação da fábrica de cimentos em andamento, com área de extração indicada no entorno imediato da capela tombada de forma a romper seus acessos – e para o qual o IPHAN/SE não se posicionou contrário –, faz-se necessária uma proposta de atuação que responda à essa situação atual.

3.3 A proposta de delimitação e os princípios de qualificação do entorno

A noção de patrimônio como referência cultural expressa pela Constituição Federal de 1988, que pressupõe a participação dos grupos sociais na identificação dos valores atribuídos aos bens culturais – e que, a partir disso, motivou a abordagem de estudo do entorno dos bens isolados pelo aspecto das práticas sociais a eles relacionadas –, também prevê a criação de "outras formas de acautelamento e preservação" que respondam a essa nova complexidade do campo do patrimônio. Conforme o parágrafo primeiro do Artigo 216A da Constituição, "o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação". Desta forma, o entorno dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas, enquanto espaço de apropriação das práticas sociais e de apreensão de suas referências culturais, foi pensando com o intuito de valorizar, promover e qualificar as relações estabelecidas entre os três bens religiosos.

A partir disso, propõe-se que o entorno dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas compreenda os seguintes trechos: o entorno da Igreja Matriz, abrangendo a Igreja de São Benedito; e o entorno da capela da Conceição, que inclui a estrada de terra Alto da Boa Vista e a rodovia Roney Santos da Silva, a fim de garantir os acessos ao bem rural protegido e sua relação com os demais bens religiosos.

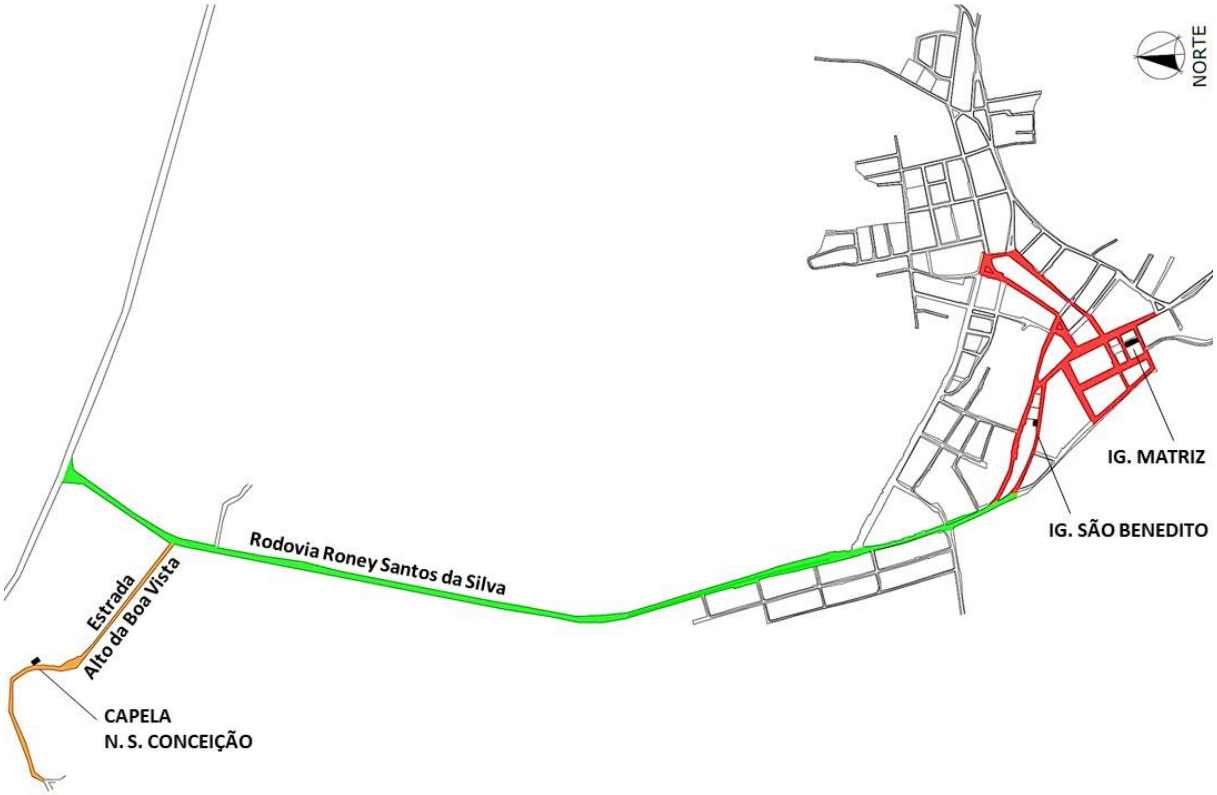


Figura 112 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com a proposta de delimitação de entorno dos bens tombados.
Fonte: a autora (2018).

Conforme mostra o mapa acima, a área de entorno da Igreja Matriz, indicada pelo traçado urbano em vermelho, abrange a Igreja de São Benedito e as ruas correspondentes aos espaços apropriados pelas manifestações culturais a elas relacionadas, incluindo aquelas que chegam no largo da rodoviária (ou largo Tiradentes), tradicionalmente percorridas por procissões católicas e cortejos folclóricos. Desta forma, o trecho em questão deve ser qualificado com agenciamento urbanístico e paisagístico.

Em relação à Capela da Conceição, a área de entorno proposta ao bem protegido abrange a estrada de terra Alto da Boa Vista, em amarelo, assim como a rodovia Roney Santos da Silva e logradouro subsequente, em verde, correspondentes ao acesso da capela rural e ao caminho das práticas tradicionais que integram os bens religiosos. Isto posto, levando em consideração a instalação da fábrica de cimentos, qualquer intervenção nos trechos definidos deverá implicar no cumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), como, no caso em questão, medidas compensatórias aos danos causados pelas atividades de extração no entorno imediato do bem tombado e pelo rompimento de seus acessos.

Como uma das medidas compensatórias para pactuação do Termo de Ajustamento de Conduta com o IPHAN, os responsáveis pela instalação da fábrica de cimento deverão se responsabilizar pelo projeto e execução de nova estrada de acesso ao bem tombado, para

substituir a rodovia Roney Santos da Silva, que ficou incluída na área de extração da fábrica. A localização da nova estrada foi sugerida pela linha preta tracejada do mapa abaixo, com distância próxima ao percurso atual, de forma que a manifestação não seja inviabilizada. Além disso, a estrada deverá ser tratada com agenciamento urbanístico e paisagístico, e ter ponto de apoio à visitação e procissões. A construção da nova estrada deverá ser feita em prazo que não comprometa as práticas religiosas tradicionais, devendo ser consultado o calendário religioso da cidade.

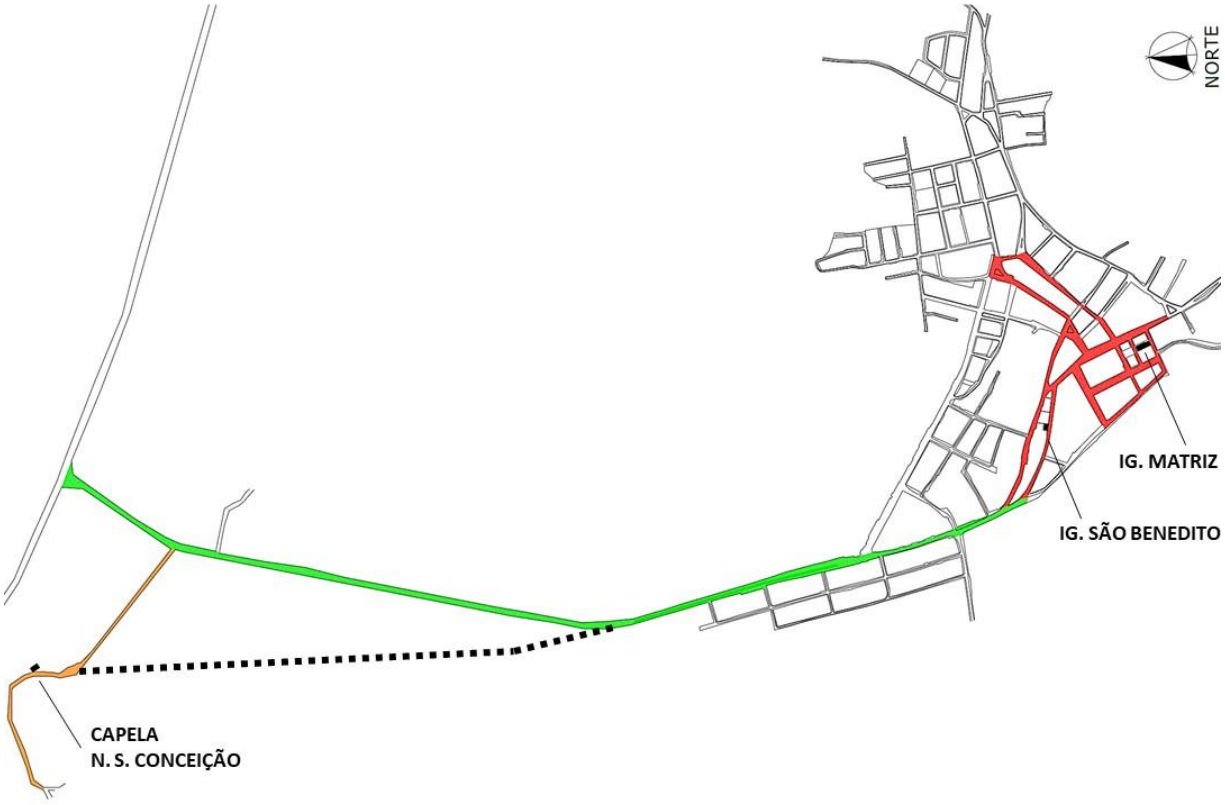


Figura 113 - Mapa da proposta de delimitação de entorno dos bens tombados de Santo Amaro das Brotas, com linha tracejada em preto indicando a localização sugerida para a nova estrada de acesso à capela rural tombada. Fonte: a autora (2018).

Além disso, também é indicado como medida compensatória aos responsáveis da fábrica de cimento, o agenciamento urbanístico e paisagístico do trecho correspondente ao logradouro de entrada da cidade – subsequente à rodovia Roney Santos da Silva, agenciada pelo governo do Estado com calçada e iluminação –, que segue até as ruas que ladeiam a praça da Igreja de São Benedito, incluídas no entorno da Igreja Matriz tombada. O trecho em questão – destacado no mapa abaixo pela cor verde –, por onde passam as procissões que integram as três igrejas históricas, é o de mais difícil circulação, devido à ausência de passeio público e acostamento, à pista de mão dupla para veículos, e ao tráfego mais intenso pelo acesso da rodovia. No entanto, o logradouro existente oferece condições de tratamento como a construção

de passeios públicos, implantação de arborização e reforço da iluminação, no intuito de qualificar as práticas religiosas entre os bens tombados.

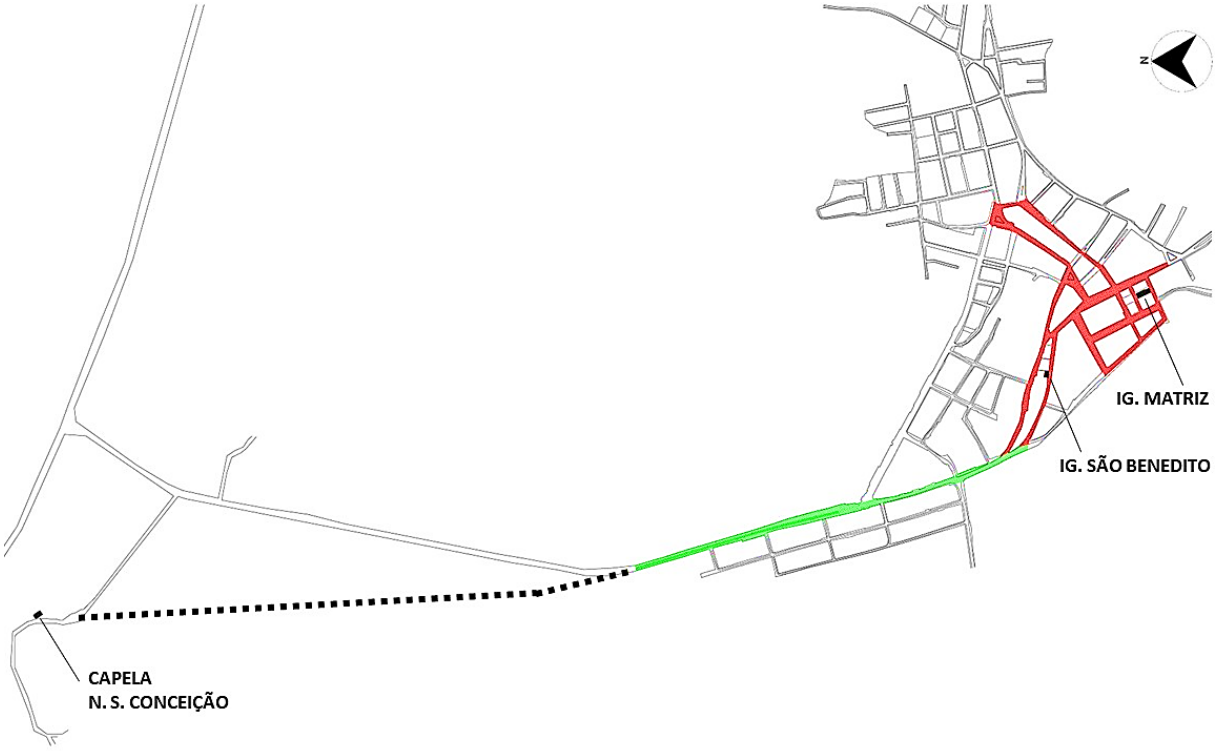


Figura 114 - Mapa de Santo Amaro das Brotas com trecho verde da delimitação de entorno indicando o logradouro de entrada da cidade proposto para receber agenciamento urbanístico e paisagístico como TAC. Fonte: a autora (2018).

A partir da delimitação de entorno proposta, os parâmetros de atuação sobre o espaço urbano correspondente, visando sua proteção e qualificação, se fundamentam no princípio de "cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural", estabelecido pelo Artigo 216A da Constituição Federal. Desta forma, diante das concepções patrimoniais atuais e da nova abordagem proposta aos entornos, tendo identificado os sujeitos da atribuição de valor cultural, cabe ao IPHAN o estabelecimento de um canal de diálogo e negociação junto à Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas e os grupos sociais – como o Ciranda Alternativa, representantes da igreja católica e dos grupos afrodescendentes, entre outros –, visando a legítima preservação dos bens tombados, de suas práticas e espaços de influência. A importância da participação dos grupos locais junto aos órgãos públicos nas questões relativas à preservação do patrimônio cultural foi evidenciada pela secretária de cultura de Santo Amaro das Brotas, Valdenis Barreto, que falou sobre a contribuição do Movimento Ciranda Alternativa no fortalecimento das práticas e tradições culturais do município. Conforme colocado por Valdenis Barreto, "a cultura de um povo não morre, a

cultura permanece viva, porém em Santo Amaro se manteve um tempo adormecida". Segundo a secretária de cultura,

> O papel da Secretaria de Cultura é cuidar, zelar da cultura popular e estimular os grupos populares. Intermediar os grupos em programas de incentivo estaduais e federais, dando o suporte necessário. A Secretaria está buscando resgatar a confiança, o contato e a aproximação dos grupos populares do município por intermédio do Ciranda Alternativa, que já tem a confiança e o convívio direto com os mestres e brincantes. O Ciranda começou a trabalhar com as práticas e os grupos se abriram para essas práticas. (Valdenis Barreto, 2017).

Através do contato estabelecido com os sujeitos da atribuição de valor aos bens culturais, foram compilados os desejos e as necessidades de melhorias por eles apontados a respeito dos espaços de entorno dos bens tombados. Assim, a partir desses indicativos para a valorização dos bens e práticas culturais, o quadro a seguir traz a síntese dos princípios de qualificação do entorno dos bens tombados, a fim de orientar um projeto participativo de ordenamento urbanístico e paisagístico entre os agentes públicos e grupos locais.

Sujeitos da Ação	Princípios de Qualificação do Entorno dos Bens Tombados
Ciranda Alternativa	Iluminação das praças, imediações das Igrejas e do caminho do cortejo folclórico.
	Arborização das praças e do caminho do cortejo folclórico.
	Limpeza pública das ruas e praças, em especial do entorno da Praça de Eventos/largo da rodoviária.
	Segurança pública.
Representantes Igreja Católica	Respeito ao caráter histórico e religioso das igrejas e capela nos projetos de urbanização das praças e entorno dos bens.
	Iluminação dos caminhos das procissões.
	Calçamento público e arborização dos caminhos das procissões.
	Execução dos estudos arqueológicos na praça lateral da Igreja Matriz para direcionar o tratamento da área.
	Controle do gabarito no entorno imediato das praças das igrejas.
Representantes Grupos Afrodescendentes	Reconhecimento da igreja de São Benedito como referência cultural no Brasil e de grupos sociais de Santo Amaro das Brotas.
	Remoção da grade cercando as escadarias da Igreja de São Benedito.

Quadro 2 - Princípios de qualificação do entorno dos bens tombados sintetizados a partir do contato com os sujeitos locais.
Fonte: a autora (2017).

Desta forma, cabe à Prefeitura Municipal de Santo Amaro das Brotas promover as melhorias urbanas que lhe competem, reconhecendo a importância dos espaços públicos da cidade e de seu tratamento para a valorização do patrimônio cultural em suas dimensões

materiais e imateriais. Ao IPHAN, cabe o papel de levar esse entendimento aos órgãos municipais, apresentando a delimitação de entorno dos bens tombados e os princípios de qualificação do mesmo, assim como estabelecendo metas a serem seguidas e medidas compensatórias – com relação ao impacto da fábrica de cimento – que qualifiquem o sítio urbano de entorno. Retomando o exemplo de Divina Pastora, podemos considerar que, no Estado de Sergipe, a cultura de qualificação dos espaços públicos pelo princípio de valorização das práticas culturais relacionadas aos bens tombados já é uma realidade a ser disseminada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Entorno de bens tombados é um tema complexo cuja evolução conceitual pelas recentes discussões vem buscando acompanhar a atualização das concepções patrimoniais. A partir da definição de patrimônio cultural pela Constituição Federal de 1988, o entendimento acerca dos valores atribuídos pelos grupos sociais que se apropriam desse patrimônio mostrou a necessidade de aproximação entre as instituições de preservação e as comunidades detentoras dos bens culturais. Com isso, a partir das noções patrimoniais expressas constitucionalmente, as ações referentes ao patrimônio material – reconhecido por seus valores artísticos e monumentais no contexto inicial da política nacional de preservação –, demonstram a necessidade de somar à conservação de seus atributos de valor patrimonial, a preservação de seus valores como referência cultural para os grupos locais que com ele se relacionam através dos usos e tradições. Nesse sentido, as formas de proteção dos bens materiais mostraram a importância de um processo de revisão prático-conceitual, a fim de assegurar essa nova complexidade do patrimônio cultural e de proteger, para além de sua materialidade, suas dimensões intangíveis.

Assim como as noções patrimoniais, o conceito de entorno também foi atualizado e ampliado da noção inicial de visibilidade, expressa no Artigo 18 do Decreto-Lei 25/1937, para a noção de ambiência, indicada em documentações e orientações técnicas da instituição federal específicas sobre o tema, como a Nota Técnica 001/2011/DEPAM – "Estabelecimento de procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados". Ao indicar as características que configuram a ambiência do bem tombado, entre elas as "manifestações de natureza imaterial diretamente relacionadas ao bem protegido" (NT 001/2011/DEPAM), as recomendações técnicas do IPHAN apontam o aspecto das práticas sociais que integram os bens tombados na definição das áreas de entorno. No entanto, pesquisas recentes sobre os métodos de atuação do IPHAN mostraram que, apesar da evolução dos conceitos, na prática o trabalho institucional de delimitação e gestão das áreas de entorno continua a ser orientado pela abordagem tradicional da visibilidade, tendo como critérios principais a definição de planos visuais do edifício protegido e o controle de gabarito das construções circunvizinhas.

Em Sergipe, para a presente dissertação, os estudos foram direcionados às igrejas individualmente tombadas em centros urbanos não tombados do Estado, apresentadas pela Superintendência do IPHAN/SE como prioridades a serem trabalhadas diante dos problemas enfrentados com a ausência de delimitação das áreas de entorno. Desta forma, os casos

analisados nas cidades sergipanas foram capazes de evidenciar os problemas e as potencialidades a serem considerados nos estudos de entorno dos bens tombados. Além disso, a avaliação dos casos sergipanos foi capaz de elucidar os limites da abordagem tradicional de entorno do IPHAN na proteção das referências culturais atribuídas aos bens religiosos pelos grupos locais.

A partir do exame das realidades urbanas e culturais das áreas envoltórias dos bens tombados, considerando as noções patrimoniais atuais e a abrangência multidisciplinar atribuída ao entorno dos bens tombados por recomendações nacionais e internacionais, foi proposta a reflexão de uma nova abordagem ao trabalho com os entornos, no intuito de responder ou orientar as questões norteadoras da pesquisa: como esse patrimônio religioso reconhecido pelo IPHAN em um contexto anterior pode contribuir, hoje, para a valorização e preservação cultural que dê sentido às relações estabelecidas entre os bens, as áreas de entorno e o uso social do conjunto que formam? Em que medida, partindo das concepções patrimoniais atuais, as áreas de entorno podem contribuir para a proteção dos bens e das práticas sociais que os integram e lhes dão sentido enquanto elementos da coletividade e da vida urbana? Além disso, considerando a realidade urbana do interior do Estado de Sergipe, em que medida o trabalho com os entornos pode contribuir para a qualificação dos sítios relacionados aos bens religiosos e para a construção de uma identidade urbana?

O estudo de Santo Amaro das Brotas mostrou, pois, que a partir de um novo olhar sobre os bens tombados, considerando suas apropriações pelas práticas sociais e os valores a eles atribuídos por sujeitos locais, foi possível chegar a uma delimitação de entorno que abrange espaços de apreensão dos bens como referências culturais, identificando princípios para a qualificação do entorno e para a construção de uma identidade urbana. Desta forma, conclui-se que esses bens patrimoniais tombados individualmente em um contexto anterior e a partir de valores preestabelecidos, nos contextos atuais se constituem como importantes referências de identidade local, que devem ser consideradas nos estudos de entorno e nos parâmetros de atuação de forma que, além da conservação de seus atributos de valor patrimonial, seja preservada sua inclusão na vida e nas relações socioculturais locais.

A experiência em Santo Amaro das Brotas mostrou, ainda, que os princípios de qualificação do entorno apresentados pelos grupos locais se tratam, em sua maioria, de equipamentos públicos básicos para a acessibilidade e fruição dos espaços urbanos pelas práticas sociais, como são a iluminação, o passeio público, a limpeza urbana, a arborização. Deste modo, a delimitação de entorno e os princípios de qualificação do mesmo, construídos a partir da participação social, evidenciam os sentidos atribuídos aos espaços urbanos pelos

grupos locais e ressaltam a necessidade de seu tratamento, se apresentando, assim, como um importante meio para que as diretrizes de preservação dessas áreas sejam transmitidas aos órgãos municipais responsáveis, favorecendo uma atuação conjunta e efetiva. Além disso, a pesquisa em questão deixa evidente a importância de se investir em práticas de campo nos trabalhos com os bens individualmente tombados e seus entornos, idealmente por meio de processos etnográficos, a fim de promover a identificação da realidade local, de usos e práticas relacionados aos bens, assim como dos processos de suas reapropriações e ressignificações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Uma unidade açucareira em Sergipe: o engenho Pedras.** Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, Sergipe. Volume II – A propriedade rural. São Paulo, Brasil, 1976.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. **Escravidão, Liberdade e Resistência em Sergipe: Cotinguiba, 1860-1888**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História – este exemplar corresponde à redação final defendida e aprovada pela comissão julgadora em 29/10/07. Salvador, 2007.

ARNAUT, Jurema Kopke Eis. Morro da Conceição, Rio: uma proposta de preservação sem tombamento. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 97-111, 1984.

ARRELARO, Rafael. **Estudo de Delimitação dos Perímetros de Entorno aos Bens Protegidos de Sabará-MG.** Monografia (Programa de Especialização em Patrimônio) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, PEP/IPHAN, Belo Horizonte, 2008.

BONFIM, Luiz Fernando Costa. Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe. **Diagnóstico do Município de Santo Amaro das Brotas.** Projeto Cadastro da Infraestrutura hídrica do Nordeste – Estado de Sergipe. Ministério de Minas e Energia. Aracaju: CPRM, 2002.

BRASIL. Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade e Legislação Correlata**. 2. ed., atual. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002. 80 p.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1937.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.551**, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimonio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em junho de 2016.

CAMPOS, João Sales de. **Dados Históricos sobre Santo Amaro das Brotas,** 1972. Doação ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade.** Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CUNHA, Joceneide. **Entre padrinhos e compadres: os africanos nos livros de batismos em Sergipe (1785-1835).** XXVII Simpósio Nacional de História. Natal – RN, 2013.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo, 2008.

CABREIRA, Cristiane Vieira; RIBEIRO, Rosina Trevisan; KRAUSE, Cláudia Barroso. **Critérios, Métodos e Parâmetros de atuação no entorno de bens tombados isolados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a visibilidade em questão.** PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção. Unicamp, Campinas, 2013. Vol 4; n.1; p. 034-045.

CABREIRA, Cristiane Vieira. **Qualidade ambiental de edifícios históricos em ambiente urbano: agregando novos atributos à delimitação do Entorno**. Rio de Janeiro: UFRJ/ FAU, 2016. Tese (doutorado) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, 2016.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Desenho contextual: uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem.** Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Área de Concentração Conservação e Restauro. Salvador: UFBA/ PGA, 2007.

_____. A ética das intervenções. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza, ARAÚJO, Guilherme Maciel, ASKAR, Jorge Abdo. Mestres e Conselheiros: Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. p. 76-90.

Declaração de Xi'an sobre a Conservação do Entorno do Edifício, Sítios e Áreas do Patrimônio Cultural. Adotada em Xi'an, China 21 de Outubro de 2005. Tradução em Língua Portuguesa: ICOMOS/BRASIL – Março 2006. Disponível em: <https://www.icomos.org/xian2005/xian-declaration-por.pdf>. Acesso em janeiro de 2017.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro escravo em Sergipe, uma introdução ao seu estudo.** Ci & Trop., Recife, 16(1): 45-56, 1988.

FONSECA, Maria Cecilia Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ. Minc – Iphan, 2005.

_____. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, R; CHAGAS, M. (orgs.). Memória e patrimônio. Ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: MinC/IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação.** Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. p. 111-120.
FREIRE, Felisbelo. **A antiga villa de Santo Amaro das Brotas.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 1914.

_____. **História de Sergipe: 1975-1855**. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1891. 422 p.

_____. **História territorial de Sergipe.** Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe/ Secretaria de Estado da Cultura/ FUNDEPAH, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 102 p.

IBGE. **Panorama de Santo Amaro das Brotas.** Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/santo-amaro-das-brotas/panorama. Acesso em outubro de 2016.

IPHAN. [Nota Técnica nº 001/2011/DEPAM]. **Estabelecimento de procedimento para delimitação de poligonal de entorno de bens tombados**, Brasília, 2011.

IPHAN. **Portaria nº 11, de 11 de setembro de 1986**. Consolida as normas de procedimento para processos de tombamento.

JACQUES, Paola Berensteim. Errâncias urbanas: a arte de andar pela cidade. 2005.
LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Tradução Rubens Eduardo Frias. Título original: Le Droit à la Ville. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA JUNIOR, Carvalho. Revolução de Santo Amaro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, p. 251-296. Nº 5, Vol. 1, 1914.

MARX, Murillo. **Nosso Chão: do Sagrado ao Profano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. **Cidade no Brasil, terra de quem.** Editora Nobel. 1991.

MOTTA, Lia. Valor de Patrimônio e saber técnico institucional. In: CUREAU, Sandra et. al. **Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultura**l. Belo Horizonte: Forum, 2011.

_____. **Patrimônio urbano e memória social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural: 1975 a 1990.** Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento. Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO, 2000.168 f.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. [Pesquisa e texto de Lia Motta e Analucia Thompson]. 174 p.: il.; 23cm. – (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 4) – Rio de Janeiro: IPHAN/ DAF/ Copedoc, 2010.

NUNES, Maria Thétis. **Insurreição de Santo Amaro das Brotas – Antecedentes.** Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº31, 1992.

ORAZEM, Roberta Bacellar. **Arquitetura, cidade e território no Brasil colonial: a contribuição dos carmelitas calçados da Bahia e Pernambuco (1580-1880).** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Tecnologia. Departamento de Arquitetura. Natal, RN, 2015, 407 p.
OLIVEIRA, Tamyres Fontenele de Freitas. **Entorno de bens tombados em áreas rurais face a processos recentes de ocupação agrária: o caso da Capela da Penha em Riachuelo/SE.** Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO, Jacintho Dias. **Santo Amaro das Brotas: diário de um santoamarense.** Rio de Janeiro, 1945.

RISÉRIO, Antônio. **Uma história do povo de Sergipe.** Aracaju, SE: Seplan, 2010, 612 p.

SANT'ANNA, Márcia. **Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma ideia.** In: GOMES, M.A.A. Filgueiras, CORREA, Elyane Lins (orgs.). Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 193-198.

SANTOS, Claudefranklin Monteiro. **Patrimonialização da Peregrinação ao Santuário Nossa Senhora Divina Pastora – SE.** Dossiê: Devoções Religiosas e Manifestações Culturais. Revista de Tecnologia e Ciências da Religião; Universidade Católica de Pernambuco – V. 6; n. 1; janeiro-junho/2016; p. 033-044.

SANTOS, Gilvan de Jesus. **Santo Amaro das Brotas do histórico ao lúdico: século XX** / Gilvan de Jesus Santos e Silvaney Silva Santos. Aracaju: J. Andrade, 2017.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC. Superintendência de Recursos Hídricos – SRH. **Gestão participativa das águas de Sergipe.** Aracaju, 2002. 72 p.

SEPLANTEC. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia/SEPLANTEC. **Perfis Municipais: Santo Amaro das Brotas.** Aracaju, 1997.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Revista literária do gabinete de leitura de Maroim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe.** Universidade Federal de Sergipe. Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa/Núcleo de pós-graduação em Educação. São Cristóvão/Sergipe, 2006.

SOUZA, Marcos Antônio. **Memória sobre a capitania de Sergipe.** Sergipe, Aracaju. 2005.

SOUZA, Mariana Jantsch. **A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade.** Revista Graphos, vol. 16, n° 1, 91-117, UFPB/PPG, 2014.

TOURAINE, Alain. **O que é democracia.** 2 ed. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 286p.

VALENTE, Ana Lúcia E. Farah. **O negro e a igreja católica.** Campo Grande, MS: CECITEC/UFMS, 1994.